



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

VANUZA SILVA SOUZA

**AGRICULTURA FAMILIAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS:
O DESENVOLVIMENTO RURAL EM AMARGOSA/BA**

Salvador
2014

VANUZA SILVA SOUZA

**AGRICULTURA FAMILIAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS:
O DESENVOLVIMENTO RURAL EM AMARGOSA/BA**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Orientadora: Dr^a Cristina Maria Macêdo de Alencar.

Salvador
2014

UCSal. Sistema de Bibliotecas.

S729 Souza, Vanuza Silva.
Agricultura familiar e as políticas públicas: o desenvolvimento rural
em Amargosa/BA/ Vanuza Silva Souza. – Salvador, 2014.
153 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em
Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.
Orientação: Profa. Dra. Cristina Maria Macêdo de Alencar.

1. Agricultura Familiar 2. Políticas Públicas 3. Desenvolvimento
Socioeconômico I. Título.

CDU 711.3:631(813.8)



Universidade Católica do Salvador

Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social
Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

TERMO DE APROVAÇÃO

VANUZA SILVA SOUZA

Agricultura familiar e políticas públicas: o desenvolvimento rural em Amargosa/BA

Dissertação aprovada como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 15 de outubro de 2014

Banca Examinadora:

PROFA. DRA. CRISTINA MARIA MACÊDO DE ALENCAR (ORIENTADORA)
DOUTORA EM GEOGRAFIA CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE
UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR - UCSAL

PROF. DR. AMILCAR BAIARDI
DOUTOR EM CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR - UCSAL

PROFA. DRA. GILCA GARCIA DE OLIVEIRA
DOUTORA EM ECONOMIA APLICADA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA

In memoriam

Os primeiros passos dessa jornada, ele caminhou ao meu lado, em todos os momentos que precisei ele se fez presente, em todas as oportunidades demonstrou seu amor.

A meu amado,

Dedico.

“Debulhar o trigo, recolher cada bago do trigo, forjar no trigo o milagre do pão, e se fartar de pão.”
Chico Buarque de Holanda

AGRADECIMENTOS

À Universidade Católica do Salvador, pelo acolhimento.

À CAPES – pelo apoio oferecido através do programa de bolsas

Ao corpo docente do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

As professoras Maria Helena Ochi Flexor e Silvana Carvalho, que me apoiaram com palavras de conforto em momentos muito difíceis.

Ao professor Amílcar Baiardi, que disponibilizou muitos dos seus trabalhos e contribuíram ricamente na construção dessa dissertação.

Aos funcionários da secretaria do mestrado, com toda paciência resolvendo as demandas dos alunos.

À todos os colegas e amigos do grupo de pesquisa Desenvolvimento Sociedade e Natureza -DSN, que me receberam e apoiaram com todo carinho em momentos difíceis.

Aos colegas da turma de mestrado, que com a convivência, pude perceber que podemos aprender com as diferenças.

Sem ela, não conseguiria chegar até aqui. Muito mais que excelente orientadora, professora Dr^a Cristina Maria Macedo de Alencar: Trilhei por caminhos de pedra, cheguei mais forte a meu destino e sou grata por tudo que você me ensinou. Quando “crescer” quero ser como você!

À toda minha família, pelo amor e pelo apoio incondicional.

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Amargosa, principalmente o presidente Antônio Maia, que viabilizou a investigação de campo.

Aos agricultores familiares de Amargosa, pela boa vontade em contribuir com a pesquisa, maior demonstração de sabedoria.

À todos que direta ou indiretamente fizeram parte dessa jornada.

Obrigada Senhor!

SOUZA, Vanuza Silva. **Agricultura familiar e as políticas públicas: o desenvolvimento rural em Amargosa/Ba.** 153 f. 2014. Dissertação. (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) Universidade Católica do Salvador (UCSAL), 2014

RESUMO

Analisou-se neste trabalho a agricultura familiar em Amargosa- Ba, e sua inserção nas políticas públicas que contemplam os agricultores familiares no período de 2000 até 2014. A partir da sistematização de conceitos de agricultura familiar nos debates científicos e no discurso de governo definiu-se agricultor familiar para o município. Caracterizou-se a área municipal por sua localização, estrutura fundiária, e produção agropecuária, identificou-se políticas, ações e programas de governo direcionados aos agricultores familiares, e examinadas as formas de acesso e o perfil dos agricultores contemplados, bem como as condições efetivas de participação e representação dos agricultores familiares. A abordagem descritiva e analítica possibilitou caracterizar a produção e correlaciona-la com as políticas vigentes no município, para obter o perfil dos agricultores familiares. O município foi escolhido como objeto de estudo por trazer características rurais com grande potencial para desenvolvimento socioeconômico possibilitados pela característica edafoclimático e pela variedade de produtos cultivados. Apresentamos as dificuldades que os agricultores familiares encontram para comercializar seus produtos devido a carência de políticas públicas mais específicas.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Políticas públicas. Desenvolvimento socioeconômico.

SOUZA, Vanuza Silva. **Agriculture family and public policies: rural development in Amargosa/Ba.** 153 f. 2014. Dissertation. (Master of Planning and Social Development) Universidade Católica do Salvador (UCSAL), 2014.

ABSTRACT

This work analyzes family farming and its insertion in public policies in the period of 2000 till 2014, situated in the city of Amargosa, in the State of Bahia. First, the concepts of family farming are defined as they occur in scientific literature and government communication, as well as the definition of family farm for the municipality. The municipal area is characterized in terms of its location, land ownership as well as agricultural production. Government policies, actions and programs that are directed towards family farms are identified. Furthermore, ways in which the farmers can be accessed and profiled are examined as well as the actual terms of participation and representation of family farms. The descriptive and analytical approach followed in this thesis enables to characterize the agricultural production and its correlation with the prevailing policies in the municipality, in order to obtain a profile of the family farmers. The municipality was chosen because of its rural characteristics that offer great potential for socio-economic development due to its edaphoclimatic conditions and the variety of crops grown. We present the difficulties that farmers are facing to commercialize their products due to the lack of more specific policies.

Keywords: Family farm. Public policies. Socio-economic development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa das localidades pesquisadas	22
Figura 2 - Fluxograma dos procedimentos da pesquisa.....	27
Figura 3 - Armazém de secos e molhados.....	45
Figura 4 - Teatro municipal.....	45
Figura 5 - Umas das principais boutiques –moda <i>de influência</i>	46
Figura 6 - Praça Lourival Monte	46
Figura 7 - Locomotiva a vapor e da estação ferroviária de Amargosa, provavelmente anos 1950.	48
Figura 8 - Domínio climático Amargosa e municípios vizinhos.....	50
Figura 9 - Imagem de satélite próximo ao Sítio Urbano do município de Amargosa.	51
Figura 10 - Paisagem do alto da serra	52
Figura 11 - Mapa de Localização de Amargosa/Ba.....	54
Figura 12 - Mapa de densidade demográfica por setores censitários de Amargosa - 2010.....	56
Figura 13 - Mapa de base produtiva do município de Amargosa/Ba – 2013.....	57
Figura 14 - Feira municipal de Amargosa	58
Figura 15 - Área com predomínio de formações florestais secundárias.....	59
Figura 16 - Área com predomínio de caatinga.....	59
Figura 17 - Gráfico de área por estabelecimentos agropecuários.....	62
Figura 18 - Mapa de Renda por setores censitários Amargosa/Ba - 2010.....	63
Figura 19 - Política governamental que é contemplado	64
Figura 20 - Mercado Municipal de Amargosa.....	66
Figura 21 - Supermercado.....	66
Figura 22 - Ateliê de Costura.....	66

Figura 23 - Farmácia	66
Figura 24 - Fábrica de Calçados	66
Figura 25 - Torrefação.....	66
Figura 26 - Banco Bradesco.....	67
Figura 27 - Banco CAIXA.....	67
Figura 28 - CETEP	67
Figura 29 - Escola Municipal Rural	67
Figura 30 - Casa de Farinha de Corta-Mão.....	69
Figura 31 - Cantina de alternativa de Corta-Mão	69
Figura 32 - Casa de Farinha Comunitária da Barra e Bambu	69
Figura 33 - Viveiro comunitário.....	69
Figura 34: Horta comunitária.....	69
Figura 35: Horta Comunitária em perímetro urbano.....	69
Figura 36 - EBDA	70
Figura 37 - Gráfico de outras fontes de renda familiar.	74
Figura 38 - Sistema de cultivo agroflorestal (banana e cacau).....	78
Figura 39 - Sistema de plantio consorciado (milho e abóbora)	78
Figura 40 - Produtos considerados mais importantes pelos agricultores familiares nas localidades.....	79
Figura 41 - Gráfico de cultura que traz maior retorno econômico.	80
Figura 42 - Como são realizadas as tarefas nas unidades de produção.....	82
Figura 43 - Número de pessoas na família que desenvolve atividade na casa e na produção.....	83
Figura 44 - Reunião com agricultores e agricultoras familiares para decisões políticas.	84
Figura 45 - Caminhada de reivindicação política.....	84

Figura 46 - Sede da cooperativa - COOAMA.....	87
Figura 47 - Feira municipal de Amargosa	88
Figura 48 - Gráfico de valor investido em bilhões de reais.....	95
Figura 49 - Situação da agricultura familiar no Brasil.	100
Figura 50 - Programas de governo que mais ajudam no incentivo à produção.	102
Figura 51 - Adesão dos agricultores no Garantia Safra	103
Figura 52 - Gráfico de municípios aderidos pelo Garantia Safra.....	103
Figura 53 - Habitação de família de agricultores familiares.....	108
Figura 54 - Carro pipa abastecimento localidades que não dispõe de água encanada (recursos do PAC).	110
Figura 55 - Programa mais cisternas	114
Figura 56 - Programa mais cisternas	114
Figura 57 - Abrangência de programa/projeto nas localidades dos domínios de vegetação de Amargosa/BA.....	115
Figura 58 – Mapa de Abrangência de políticas públicas para agriculturaem Amargosa/Ba – 2014.....	117
Figura 59 – Grafico de articulação do produtor com alguma organização	119
Figura 60 - Participa de reuniões de interesse dos agricultores familiares	120
Figura 61 - Sede da Associação da comunidade.....	120
Figura 62 - Como tem acesso às notícias	121
Figura 63 - Sede do sindicato próximo à feira municipal.....	122
Figura 64 - Participa das decisões da prefeitura	123
Figura 65 - Movimento dos agricultores contra a implantação de outro sindicato ...	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Investimentos do pronaf nos últimos anos	39
Tabela 2 - Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar e patronal no Brasil - 2006	41
Tabela 3 - Número de estabelecimentos agropecuário com agricultura familiar no brasil, região e Amargosa –Ba, 2006 (unidades)	42
Tabela 4 - População residente por situação do domicílio – Amargosa/Ba - 1970-2010	54
Tabela 5 - Área dos estabelecimentos agropecuários por condição do produtor – Amargosa/Ba - 2010	60
Tabela 6 - Unidades familiares que possuem título de terra em Amargosa/Ba.....	61
Tabela 7 - Quantidade produzida lavouras – Amargosa e Jaguaquara/Ba 2012	64
Tabela 8 - Participação da agricultura familiar na produção de alimentos- 2006.....	74
Tabela 9 - Área plantada (hectares) produção a lavoura temporária Amargosa/Ba- 2000-2012	75
Tabela 10: Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (unidades) por tipo de mão-de-obra – FAO- Amargosa/Ba-2006.....	76
Tabela 11 - Rendimento médio da lavoura temporária de Amargosa/Ba- 2000-2012	77
Tabela 12 - Rendimento médio* da produção da lavoura permanente de Amargosa/Ba- 2000-2012	81
Tabela 13 - Efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho – Amargosa/Ba – 2000-2012	81
Tabela 14 - Programa de aquisição de alimentos no município de Amargosa-Ba, 2011/2012.	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comparação entre os modelos de agricultura patronal e familiar	37
Quadro 2 - Quadro das tipologias da agricultura familiar relacionando as características que correspondem a agricultura familiar em Amargosa/Ba.....	71
Quadro 3 - Políticas públicas para agricultura familiar em todos os níveis de governo.	109

LISTA ABREVIATURAS E DE SIGLAS

AATR	Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia
ADAB	Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
AF	Agricultura Familiar
ANFAVEA	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
APA	Área de Proteção Ambiental
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BACEN	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAR	Coordenação de Ação Regional
CDA	Coordenadoria do Desenvolvimento Agrário
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CEPEC	Centro de Educação Pesquisa e Consultoria
CEPLAC	Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira
CETEP	Centro Territorial de Educação Profissional do Vale do Jiquiriçá
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNDRS	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CODES	Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONAB	Conselho Nacional de Abastecimento
COOAMA	Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Vale do Jiquiriçá
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPRM	Serviço Geológico Do Brasil
DAP	Documento de Aptidão ao Pronaf
DESER	Departamento de Estudos Socio-econômicos Rurais
DIREC	Diretoria Regional de Educação
DIRES	Diretoria Regional de Saúde
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENECULT	Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura

FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura familiar
FIPE	Fundação Instituto de pesquisas Econômicas
FRIGAMAR	Frigorífico de Amargosa
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAMPS	Instituto nacional de Assistência Médica e Previdência Social
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEB	Movimento de Educação de Base
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MPA	Ministério dos Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PENAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PGPAF	Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
PIB	Produto Interno Bruto
PMA	Prefeitura Municipal de Amargosa
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNDTR	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNHR	Política Nacional de Habitação Rural
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSF	Posto de Saúde da Família
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SDR	Secretaria do Desenvolvimento Rural
SEAGRI	Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPLAN	Secretaria de Planejamento

SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUAF	Superintendência de Agricultura Familiar
UCSAL	Universidade Católica do Salvador
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNICAFS	União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	19
1.1	OS CAMINHOS PERCORRIDOS.....	19
2.	AGRICULTURA FAMILIAR NO CENÁRIO BRASILEIRO	29
2.1	ABORDAGENS CIENTÍFICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR	29
2.2	ABORDAGENS GOVERNAMENTAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	38
2.2.1	Implicações das abordagens governamentais da agricultura familiar ..	42
3	O MUNICÍPIO DE AMARGOSA E AGRICULTURA FAMILIAR	45
3.1	CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO	45
3.2	CARACTERIZAÇÃO SÓCIOECONÔMICA	52
3.3	AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DE AMARGOSA.....	70
3.3.1	Aspectos Da Comercialização.....	86
4.	AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	90
4.1	POLÍTICAS PÚBLICAS E INTEGRAÇÃO INTERSETORIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR	92
4.2	POLÍTICAS PÚBLICAS VIGENTES NO MUNICÍPIO	107
4.3	AGRICULTORES FAMILIARES E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	118
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
	REFERÊNCIAS	129
	ANEXOS	135
	ANEXO A - PLANILHA DE QUESTÕES PARA OFICINA COM AGRICULTORES FAMILIARES.	135
	ANEXO B - QUESTÕES PARA OFICINA COM AGRICULTORES FAMILIARES – DIRETORES / POR LOCALIDADE	137
	ANEXO C - ENTREVISTA COM A PREFEITA DE AMARGOSA	140
	ANEXO D - ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA	142
	ANEXO E - ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS.....	143

ANEXO F - PLANILHA COM LEVANTAMENTO GEOREFERENCIADAS DAS LOCALIDADES RURAIS E PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE AMARGOSA-BA	145
ANEXO G - QUESTÕES PARA OFICINA COM AGRICULTORES FAMILIARES –DIRETORES DE COMUNIDADES	148
ANEXO H - REGISTRO FOTOGRÁFICO: MOMENTOS COM OFICINAS- ENTREVISTAS.....	151
ANEXO I - PROGRAMAS E PROJETOS DENOMINADOS POLÍTICAS PÚBLICAS PELO GOVERNO FEDERAL.....	153

1. INTRODUÇÃO

1.1 OS CAMINHOS PERCORRIDOS

As perspectivas abstratas e históricas das ligações do homem do campo com a terra, o significado da terra, o significado de plantar e colher, o que representa a terra em seu contexto de vida, são questionamentos que permaneceram na empiria por muitos anos, até que a formação teórica em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, dessem conteúdos científicos.

Vivencia-se contexto profissional da educação rural, uma cultura de negação desta identidade, enquanto observa pessoas que se orgulhavam de viver no campo, tirar dele seu sustento, e lamentar-se apenas de não usufruir com justiça dos direitos preconizado para todos os cidadãos.

Esses direitos revestidos em políticas, atenderiam a eles, homens, mulheres e jovens do campo, com políticas que trouxessem recursos, incentivos e melhorias de qualidade de vida para permanecerem com dignidade no campo.

A motivação da escolha do município de Amargosa- BA para realização da pesquisa tem forte justificativa subjetiva pela minha naturalidade mas, sua relevância social e acadêmica está no fato de que se trata de município basicamente rural, com uma economia fortemente baseada na agricultura e com grande potencial climático e de solo para o cultivo diversificado, além de propícia integração econômica com pólos regionais que possam proporcionar maior desenvolvimento regional.

Posso afirmar que muitas informações básicas foram somadas ao meu conhecimento enquanto articulava a metodologia de pesquisa e preparava “o terreno que iria pisar”, junto ao coletivo de agricultores familiares com os quais precisei ter uma relação muito próxima para realizar as entrevistas. Apesar de conhecer muitos desses agricultores, em outras oportunidades, a ocasião da pesquisa, exigia uma aproximação mais efetiva. Não posso deixar de considerar que os fatores: residir no município, ter grande parceria com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais foram preponderantes para abrir caminhos ou tornar a jornada de pesquisa menos árdua. Assim sendo:

[...] quando se decide tomar sua própria sociedade como objeto de pesquisa, é preciso sempre ter em mente que sua subjetividade precisa ser “incorporada ao processo de conhecimento desencadeado” [...], o que não significa abrir mão do compromisso com a obtenção de um conhecimento mais ou menos objetivo, mas buscar as formas mais adequadas de lidar com o objeto de pesquisa (DUARTE, 2002, p.148).

Ademais, o prévio conhecimento da realidade e do objeto de estudo facilitava a escolha dos procedimentos, instrumentos de coleta, amostra e colaboradores, bem como, evitava a “estranheza” comum entre pesquisador/objeto de estudo. Superando as dificuldades e permitindo que essa aproximação possibilite maior confiança entre as partes (FOKUYAMA, 1996).

Aos poucos e durante o curso das disciplinas, especialmente a disciplina “territorialidade da relação campo e cidade”, ministrada pela professora Cristina Alencar, minha orientadora, em que a temática permeava a discussão da relação cidade/campo e rural/urbana, foi mais uma experiência que fez tomar corpo o desejo de aprofundar estudos sobre o tema escolhido. O tema, a princípio, era investigar quais as políticas públicas existentes no município contemplavam os agricultores familiares com incentivo à produção.

Com as leituras e a compreensão sobre o conceito de agricultura familiar ao longo do processo de construção do projeto de pesquisa, compreendi que a mudança do foco para investigar a Agricultura Familiar no município e quais as políticas que os agricultores tem acesso tornava-se mais instigante. O contato com as disciplinas correlatas com o tema, as considerações dos professores nas aulas e principalmente a percepção do significado da agricultura familiar para Amargosa, levou-me a uma reflexão mais profunda e finalmente a decisão de colocá-la como central nas políticas a serem pesquisadas.

Compreender os problemas, as demandas e os gargalos que bloqueiam o desenvolvimento de um setor tão importante para o município, aumentou meu interesse. Isto porque essa problemática era sempre colocada em debate em muitas circunstâncias de reuniões do Conselho Regional de Desenvolvimento (CODES), em reuniões de pais e mestres na escola, onde os problemas não deixavam de ser abordados, mesmo que de forma sutil ou agregado a outro problema de dificuldades dos filhos na escola e sempre em oportunidades que a categoria se fez presente.

Esta dissertação visa analisar a efetividade das políticas públicas para agricultura familiar, no que se refere a inserção pelo público alvo no município de Amargosa, a partir da organização política onde se insere.

Assim, os agricultores familiares de Amargosa, os gestores do poder público municipal¹ e de organizações sociais, compõem nossas fontes orais, numa perspectiva de avaliar qualitativamente a inserção da agricultura familiar no contexto das políticas públicas bem como no contexto do município. Contudo, esse procedimento não foi plenamente atendido por haver recusa, pela gestora municipal, de ser entrevistada (vide roteiro em anexo).

As entrevistas em grupos focais viabilizaram alcançar os objetivos, pois propiciaram maior compreensão coletiva a respeito do objeto estudado.

Na primeira coleta de dados, mapeamos uma área coletando pontos com GPS. Foi então que fizemos levantamento da área rural de Amargosa, identificando quase toda área agricultável, sua produção, nome de cada localidade, fotografando cada unidade produtiva e as atividades desenvolvidas em cada localidade visitada (Figura 1).

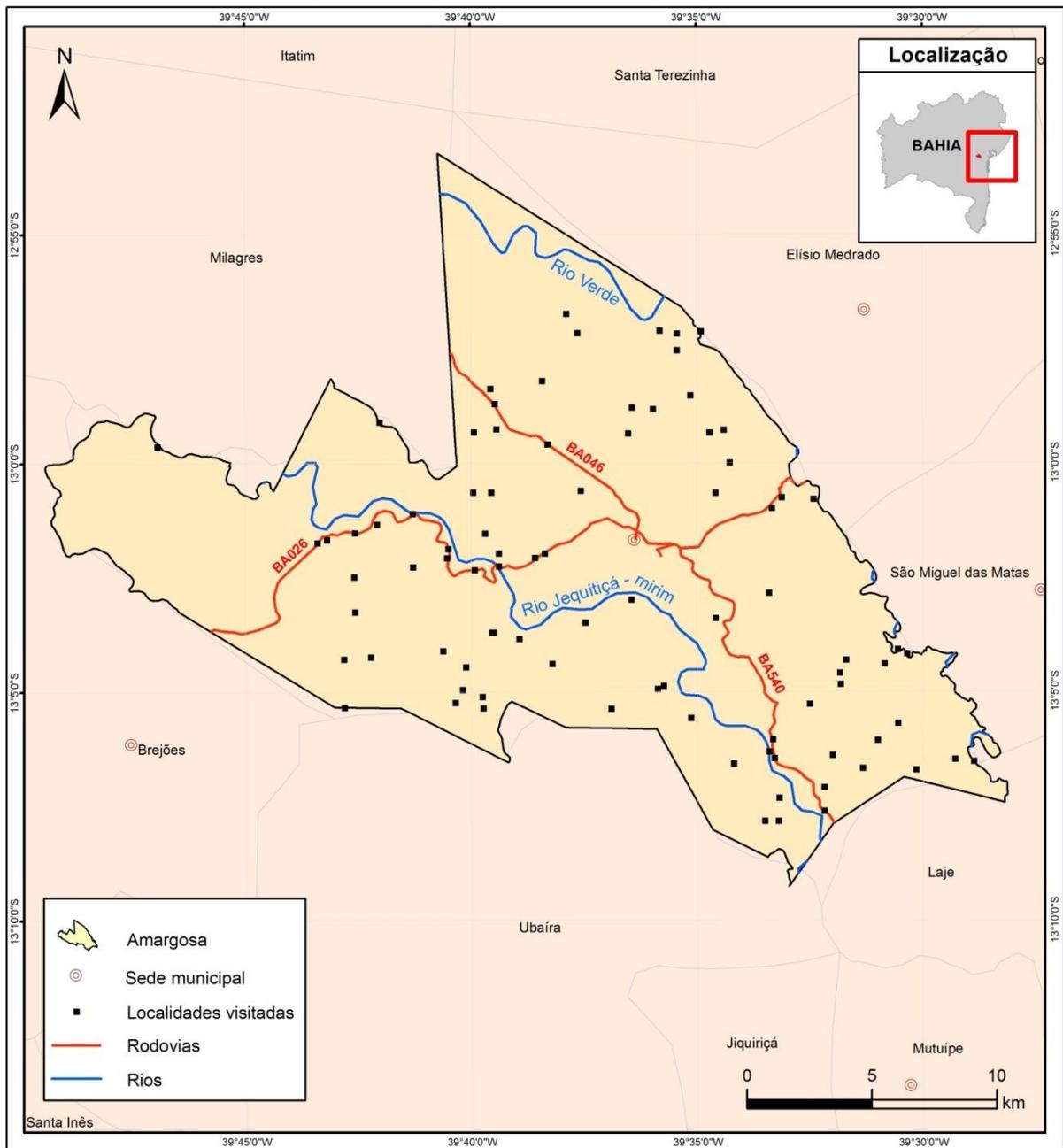
A partir desse trabalho tive uma visão mais clara do perfil da agricultura familiar no município e sua base produtiva. O percurso para fazer todo levantamento da área rural do município precisou ser feito em quatro dias; saíamos pela manhã e só retornávamos ao final da tarde. Foi um trabalho que exigiu coragem, paciência, e planejamento, para o qual o apoio do Presidente do STTR nos acompanhando em todo percurso, fez toda diferença, pois se tratava de área que ele conhecia e pessoas que ele tinha proximidade e que o respeitavam; isso nos deu segurança para fazer todo trabalho sem preocupações com estranheza dos agricultores diante de pessoas para eles desconhecidas, transitando e buscando informações sobre suas propriedades. Esse trabalho deu subsídio para construção de grande parte do artigo que constituía uma das etapas do seminário obrigatório do curso do mestrado.

A realização de uma pesquisa, entre outras coisas, possibilita compreender que muitos caminhos podem ser traçados para se chegar aos resultados esperados, e que a escolha desses caminhos está longe de ser um processo simples e fácil. A

¹O roteiro de entrevista está em anexo.

escolha dos instrumentos adequados é sempre composta por dúvidas e anseios, já que durante a realização de uma pesquisa algumas questões são colocadas de forma bem imediata, enquanto outras vão aparecendo no decorrer do trabalho de campo (DUARTE,2002, p.140).

Figura 1 - Mapa das localidades pesquisadas



Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Optamos por aplicar os questionários em oficinas onde se reuniam os agricultores familiares de localidades distintas,² com realidades e contextos distintos, permitindo qualificar os dados que abrangessem as diferentes características sociais, culturais, geográficas e econômicas. As reuniões não foram planejadas para fins da pesquisa, aproveitamos as reuniões dos agricultores e agricultoras familiares com o STTR, que nos concederam um espaço para aplicarmos os questionários. Com o aval do presidente do STTR, que na oportunidade nos apresentou e falou sobre a importância da pesquisa pedindo a colaboração dos presentes para que respondessem às questões.

Não é fácil reunir agricultores familiares de localidades diferentes, num município onde a zona rural é extensa, as estradas e os meios de transportes não facilitam o deslocamento, especialmente para tratar de questões que não lhes trazem retorno imediato ou que lhes causem estranheza.

Esse tipo de pesquisa de campo com entrevistas diretas com agricultores familiares não é comum em Amargosa, especialmente em situação em que o pesquisador não tenha um contato mais frequente com o segmento.

Aproveitamos as oportunidades nas reuniões do STTR³, para realizarmos as oficinas, não tivemos intuito de provocar surpresa aos entrevistados mas de evitar evasão, na hipótese de marcarmos uma reunião para este fim e comparecer uma quantidade homogênea de determinada localidade, por alguma influência, ou mesmo por tratar de localidades mais próximas, deixando brecha a uma pesquisa tendenciosa. É imprescindível garantir a heterogeneidade do universo pesquisado.

Entendeu-se que deveria aplicar os questionários em três modalidades de oficinas: uma por unidade de produção (família), por localidade (grupo de famílias) e a terceira com os diretores de localidades⁴, com o intuito de confrontar as mesmas questões, para garantir a legitimidade das respostas. Devemos considerar como hipótese que a existência de lideranças ligadas e organizadas por uma Instituição pode incorrer no risco de respostas tendenciosas. Ademais, a participação de grupos

² A Figura 1 “Mapa das localidades do município de Amargosa/Ba 2013”, situa essas localidades.

³ O STTR é a única organização dessa classe existente no município. Outra organização que seria implantada foi considerada judicialmente como ação ilegal.

⁴ Esta é a denominação dos Agricultores familiares, representantes de sua localidade, na instância do STTR.

heterogêneos era garantida nesse espaço, uma vez que, o que os atraíam para aquele espaço eram assuntos que respondiam às demandas em cada localidade, além de disponibilizarem um tempo já planejado nas reuniões ordinárias do STTR.

Por fim, os assuntos de que se trata nessas reuniões estão fortemente relacionados às questões da pesquisa, daí a justificativa de se optar por esses espaços e pela amostragem intencional não probabilística, o que possibilitou visão mais abrangente dos aspectos pesquisados no município.

Além do tipo de produção, retorno financeiro, as questões elaboradas traziam elementos que podiam identificar o significado de viver no campo, com o mundo do trabalho, questões relacionadas à representatividade do rural e do urbano e o que pensam sobre desenvolvimento e as perspectivas para o futuro. Para identificar cada elemento foram definidas as questões por bloco, sem tempo exato para as entrevistas; o tempo variava muito de acordo com o entrevistado, alguns traziam dificuldade para entender as questões, daí a importância do entrevistador converter para uma linguagem mais acessível; outros optaram por responderem em casa, por sentirem-se mais confortáveis com ajuda dos filhos. Por fim, foram necessárias todas essas flexibilidades para darmos conta das entrevistas.

A realização das oficinas possibilitou um contato direto com agricultores do município de Amargosa; o grupo de agricultores sindicalizados e que não ocupam cargos de liderança no STTR trouxe uma carga de demandas bem próprias e representativas do segmento de agricultores familiares.

As entrevistas semi estruturadas foram realizadas com os dois grupos de agricultores familiares: os diretores de localidade que assumem liderança frente à localidade e os demais sindicalizados com o propósito de cruzamento de posicionamentos e avaliar o ponto de vista diante de algumas variáveis que apareciam no questionário. Com esse mesmo propósito foram feitas as entrevistas com os gestores municipais. Os sistemas de produção existentes, a renda, e quanto produz foram descritos e quantificados enquanto o entendimento sobre as transformações nos aspectos sociais e socioeconômicas dos agricultores familiares foram interpretados analiticamente.

Em síntese, nesta pesquisa utilizou-se procedimentos de pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

A superação da pesquisa formal em muitos casos pode partir do próprio pesquisador, podendo haver interferências que estão relacionadas ao contexto da pesquisa, mas colocadas com um caráter muito pessoal, que retrata a opinião do pesquisador. (TRIVIÑOS, 1995). Assim, durante toda pesquisa, e observando os dados coletados tive oportunidade de fazer muitas reflexões frente àquelas informações que muitas vezes pareciam muito óbvias, repetitivas, como se em outros momentos já houvesse conhecido tudo que estava diante de mim. Entretanto, alguns dados pareciam estranhos à minha experiência; sem dúvida, nesse conflito de conhecimento e finalmente na produção que redesenhamos a pesquisa, com elementos da nossa vivência e nosso projeto de vida, chegamos ao perfil muito próximo do que pensamos.

Das entrevistas com agricultores familiares optou-se por omitir a identidade dos entrevistados indicando apenas a localidade que pertencem; com essa informação nos questionários de pesquisa, pode-se descrever a diversidade dos agricultores, levando em consideração as particularidades ambientais e socioeconômicas que permeiam as localidades que vivem.

A elaboração do mapa para alocar as políticas públicas e relacionar cada política ao bioma inserido no município utilizou dois padrões técnicos.

Para o Mapeamento no bioma caatinga foram seguidos os seguintes padrões técnicos de mapeamento:

Projeção cartográfica: Geográfica e UTM, com Datum SAD 69, sendo que os arquivos vetoriais vêm com arquivos de projeção.

- A unidade mínima de mapeamento (UMM) foi ≤ 40 ha, considerada a escala final de 1:250.000.
- Os dados digitais para verificação estão compatíveis com a escala 1:100.000.
- A acurácia de classificação (acurácia temática) utilizou estatística Kappa, tendo como limiar mínimo 85% de acerto.
- O PEC (padrão de erro cartográfico) assumido foi de 0,5 mm da escala, ou seja, 125 metros no terreno.
- Os arquivos vetoriais foram construídos com consistência topológica (inexistência de sobreposição entre polígonos, de vazios entre polígonos, de polígonos com área zero, de laços nos arcos, de polígonos sem classe, etc.)

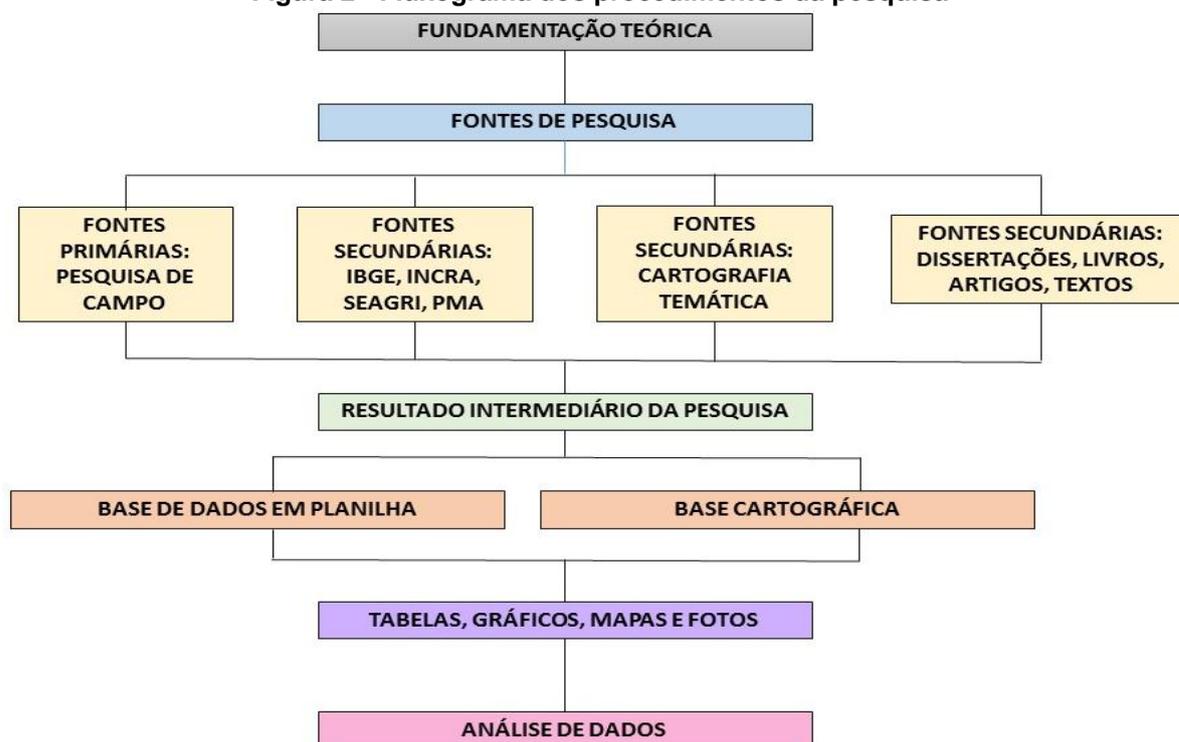
- O padrão de erro locacional foi de 0,5 sobre o fator de escala.
- Classificação de tipologia de vegetação: segundo o manual técnico de vegetação do IBGE.
- Edição das folhas impressas: seguiram o layout do IBGE com pequenas modificações.
- Confecção de carta-imagem em formato digital em composição R-3, G-4, B-5.8, (PROBIO, 2004)

No caso do mapeamento da cobertura vegetal e uso do solo da área de abrangência do bioma Mata Atlântica foi necessário o processamento de quase uma centena de imagens de satélites. Sendo um mapeamento em meso-escala (1:250.000), adequado para áreas de grande abrangência, foi indicada a adoção de cenas do satélite Landsat 7, sensor ETM+, cuja resolução espacial é de 30m (o que significa que o menor detalhe capturado pelo sensor compreende uma área de 30mx30m, ou 900m²).

O ano base selecionado para o mapeamento foi 2002, com uma flexibilização de mais ou menos um ano, definindo-se desta forma o intervalo ideal para seleção de cenas entre 2001 e 2003. Esta definição temporal foi considerada (IESB, 2004) para todos os biomas brasileiros. Optou-se por essa proposta metodológica devido as dimensões da área, 1.110.182 km² (IBGE, 2006) e pela complexidade da legenda final, que foi trabalhada através do estabelecimento de uma hierarquia e agrupamento de classes, de forma a atender ao Sistema Fisionômico-Ecológico de Classificação segundo o Manual Técnico de Vegetação do IBGE (1992), (IESB, 2004).

O levantamento bibliográfico e documental foi feito com coleta de dados em órgãos públicos e em sites oficiais, enquanto a observação foi realizada com levantamento de toda área rural documentando, fotografando e georeferenciando os aspectos e dados pesquisados e posteriormente sistematizando-os e convertendo-os em mapas, tabelas e gráficos (Figura 2).

Figura 2 - Fluxograma dos procedimentos da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

Esta dissertação compõe-se de quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção é discutida a evolução dos conceitos de agricultura familiar e campesinato, como este último deixou heranças nas formas de organização social, servindo de base para direcionar as políticas públicas, chamando atenção para o enfoque central da dissertação. Em seguida apresentam-se alguns aspectos da evolução histórica da estrutura agrária brasileira desde a abolição da escravatura até a industrialização no campo, as contribuições para a marginalização e expulsão do homem do campo, uma abordagem do perfil da agricultura familiar e as imbricações no contexto da economia capitalista, fazendo uma análise das formas relacionadas ao ambiente que se insere, traz ainda o conceito de agricultura familiar no enfoque da legislação brasileira. Por fim, discute alternativas de desenvolvimento pautado no reconhecimento da importância do desenvolvimento deste setor e mostra estratégias de desenvolvimento pautado também na pluriatividade e multifuncionalidade.

A terceira seção faz um percurso histórico desde a década de 1840, quando se formou o povoado à elevação de cidade em 1891, com uma pequena síntese do panorama histórico e suas transformações, até a dinâmica atual. Traz características

morfoclimática do município, destacando a importância deste sediar dois importantes biomas com propensão à diversificação da agricultura familiar. Na segunda sub-seção é apresentada a inserção do município no território e na Região Econômica, apresenta as características socioeconômicas. A terceira sub-seção apresenta dados da pesquisa de campo realizada com a população de agricultores familiares.

A quarta seção com título: “As políticas públicas para agricultura familiar no Brasil” apresenta uma revisão bibliográfica do conceito de políticas públicas, faz ainda um percurso histórico da evolução da agricultura familiar no contexto político brasileiro. As demais sub-seções tratam das políticas para a agricultura familiar, descrevendo as políticas em todos os níveis de governo, apontando as políticas que atendem os agricultores familiares de Amargosa. Foi feito mapeamento das políticas no território rural, avaliando a inserção das diversas políticas e relacionando-as com os biomas do município.

O último capítulo, ao contrário de trazer respostas aos problemas da pesquisa, traz considerações, reconhecendo a importância social e econômica da agricultura familiar para o município e apontando o gerenciamento das políticas públicas como uma alternativa de desenvolvimento para este setor no município.

2. AGRICULTURA FAMILIAR NO CENÁRIO BRASILEIRO

A agricultura familiar, designação bastante difundida nos dias atuais, passou a integrar estratégias de desenvolvimento rural no Brasil, a partir de meados da década de 1990 através de políticas públicas. Nas políticas anteriores a esta década esse público era denominado pequeno produtor ou produtor familiar, entre outras denominações.

O surgimento do conceito de Agricultura Familiar, nos leva a refletir, como e porque o termo familiar foi agregado ao termo Agricultura e com qual propósito ele nos traz essa formulação conceitual que deixa de ser um mero adjetivo e passa a integrar um arcabouço de teorias sociais.

2.1 ABORDAGENS CIENTÍFICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

A principal característica da constituição do trabalho rural brasileiro, a partir das duas últimas décadas do século XIX, após a abolição da escravatura, foi o surgimento de trabalhadores livres e sem meios de produção, organização social própria de economia capitalista, portanto, baseada na propriedade privada de terras e dos demais meios de produção.

No Brasil foi a grande exploração agromercantil, de base territorial necessariamente extensa, que figurou no centro das atividades rurais na generalidade de suas regiões e zonas geo-econômicas. E que foi em função desse “setor principal” que se constituiu, se manteve, e evoluiu o outro “setor secundário” das atividades rurais. Esse último setor, diz Caio Prado Jr., se apresenta em duas formas: a) incluído nos grandes domínios, constituindo aí atividade suplementar e marginal dos trabalhadores empregados na grande exploração; b) constituindo atividade autônoma de pequenos produtores que trabalham por conta própria em terras suas ou arrendadas (VEIGA, 2000, p.1).

A condição de setor principal e de setor secundário para a grande exploração agrícola e para a atividade autônoma rural, respectivamente, pode ser vista também nas estratégias de desenvolvimento.

[...] no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor “bloqueado” impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção (WANDERLEY, 1995 *apud* WANDERLEY, 2001, p. 36-37).

O advento da industrialização no campo, após os anos 60, com a chegada de equipamentos, fertilizantes, etc., fortaleceu o processo de marginalização da população rural dos meios de produção e conseqüentemente a expulsão do homem do campo e expansão da população no espaço urbano. Esse processo trouxe também sérios impactos ambientais e sociais, agregados à ausência de políticas públicas para agricultura familiar até final da década de oitenta, sobre o que Veiga (2000) afirma:

[...] no final do milênio, o essencial da estrutura agrária brasileira continua a ser o bimodalismo engendrado pelos “velhos padrões do passado colonial”. Durante a segunda metade do século XX, saltou de 50% para quase 80% a participação dos urbanos na população total, e nem todos os que continuam a fazer parte dessa minoria rural são dependentes de atividades agropecuárias para sobreviver, ao contrário do que acontecia em 1950. Mas apesar dessa verdadeira reviravolta, quase não se alterou a distribuição dos recursos naturais e humanos entre os tais dois “setores”. Tanto os peões das grandes fazendas quanto a esmagadora maioria dos agricultores familiares permanece nessa ‘deplorável situação de miséria material e moral’, que, para Caio Prado Jr., era cerne da questão agrária brasileira (VEIGA, 2000, p. 3).

Reiterando o que fora destacado anteriormente, a estrutura agrária brasileira sofreu intensas alterações. Além das migrações campo-cidade, ocasionando a ocupação das periferias, esses imigrantes do meio rural submeteram-se a subempregos no meio urbano. Enquanto o processo de urbanização brasileiro teve o êxodo rural como aliado, o processo de migração rural-urbana tem diversas causas e a mais importante foi a redução do número de trabalhadores no campo, em virtude da industrialização.

A designação agricultura familiar tem servido de fundamento em oposição ao conceito de camponês, para designar o quão os agricultores estão inseridos no mercado, público alvo de políticas públicas no tocante à questão agrária. Neste sentido, torna-se indispensável uma reflexão sobre política e ideologia. Entendo que

o debate sobre os conceitos de agricultura familiar e campesinato devem ser entendidos neste âmbito.

Tratando-se dos conceitos de agricultura de base familiar, trazemos autores como: WANDERLEY (1997), ABRAMOVAY (1998), CHAYANOV (1974), ALTAFIN (2005), BAIARDI (1999), dentre outros.

O uso da expressão agricultura familiar no Brasil é muito recente. Os documentos oficiais usavam de maneira indiscriminada e como noções equivalentes “agricultura de baixa renda”, “pequena produção”, quando não “agricultura de subsistência” (ABRAMOVAY, 1998). Esse conceito tem servido de fundamento para as políticas públicas relacionadas às questões agrárias, visto que ele enuncia uma carga de valores sociais e políticos, abrindo espaço para uma discussão ideológica desse modo de vida e como esse segmento relaciona-se com a sociedade de mercado.

Como já afirma Maria Nazareth B. Wanderley: “A agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação entre propriedade, trabalho e família”. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global (WANDERLEY, 1997). Ainda sobre o conceito de agricultura familiar Wanderley afirma; “[...] a agricultura familiar é um conceito em evolução, com expressivas raízes históricas” (WANDERLEY, 1999, p.22). Portanto, para essa autora, ao contrário de ser um novo personagem na sociedade, desvinculado das heranças históricas camponesas, o agricultor familiar, mantém-se estritamente vinculado a essas heranças pretéritas do campesinato de fundamental importância para o fortalecimento do patrimônio sócio-cultural que não podem deixar de ser reconhecidas pela sociedade contemporânea, pois elas agregam elementos a fortalecer sua autonomia sobre a sociedade global.

A produção camponesa tem uma racionalidade organizacional centrada na propriedade dos meios de produção e reprodução pela realização do trabalho, teoria de Alexander Chayanov (1974). Para este autor, o que determina o grau de exploração da força de trabalho familiar é a satisfação das necessidades desta. Portanto não existe uma lógica racional e relacional do lucro, porque, dispondo de maior ou menor intensidade de trabalho, a finalidade está na obtenção de recursos, nessa lógica, a existência de excedente indica o rendimento familiar.

Sem dúvida, os fatores usuais tais como, melhores solos e melhor situação em relação aos mercados, seguramente existem para unidades de produção mercantis baseadas na força de trabalho da família. Eles devem ter a finalidade de aumentar os outputs e o montante de retorno para cada unidade de trabalho, mas o camponês produtor, ao notar o incremento da produtividade de seu trabalho, introduzirá um balanço entre os fatores econômicos internos de sua granja com menor autoexploração de sua força de trabalho. Satisfaz as demandas de sua família de maneira mais completa com menor desgaste de trabalho, e assim decresce a intensidade técnica de sua atividade econômica como um todo (CHAYANOV, 1966 *apud* PONTES, 2005, p.39).

Essas características são percebidas claramente nas unidades de produção de agricultores familiares no Brasil, pois eles almejam por melhorias que venham a suprir as necessidades da família; a maioria dessas famílias está à margem das necessidades básicas.

A agricultura familiar deve ser percebida como uma forma social de produção que ainda preserva características do camponês. Para o caso dos agricultores familiares de Amargosa o que diferencia deste é basicamente, como são executadas estratégias de reprodução social, visto que a agricultura familiar de hoje requer uma dinâmica capaz de abarcar uma diversidade de sistemas de produção mais próximo do perfil exigidos no mercado atualmente, já que o estudo se dá nos marcos de uma sociedade capitalista. Abramovay (1998) traz uma definição mais aproximada de agricultura familiar nos moldes da sociedade contemporânea,

[...] cuja integração ao mercado é completa e cuja base técnica acompanha os principais avanços permitidos pelo conhecimento científico. [...] o que se escamoteia sobre o nome “pequena produção” é o *abismo social* que separa *camponeses* – para o qual o desenvolvimento capitalista significa [...] total desestruturação – de *agricultores profissionais* – que vêm se mostrando capazes não de sobreviver (porque não são resquícios de um passado em via mais ou menos acelerada de extinção), mas de formar a base fundamental do progresso técnico e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura contemporânea (ABRAMOVAY, 1998: p.211).

Mesmo que os agricultores profissionais, os atuais agricultores familiares serviam de base para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura contemporânea, não é suficiente diferenciar agricultores familiares de grandes proprietários de terra ou mesmo de grandes empreendedores. É necessário um conhecimento aprofundado e uma definição contundente da unidade de análise da realidade estudada, para que nas imbricações da complexidade empírica, a teoria não se torne vulnerável. Nesta dissertação, a unidade é agricultura familiar, sendo

necessário compreender algumas nuances acerca da sua reprodução social nessa nova realidade⁵. Uma das análises concisa dessas complexidades é trazida por Wanderley (1997), com válidas contribuições para operar sobre esse conceito.

Não é mais possível explicar a presença de agricultores familiares na sociedade atual como uma simples reprodução do campesinato tradicional, tal como foi analisado pelos seus “clássicos”. Esteve e está em curso, inegavelmente, um processo de mudanças profundas que afetam precisamente a forma de produzir e a vida social dos agricultores e, em muitos casos, a própria importância da lógica familiar (WANDERLEY, 1997, p.48).

Para a autora, a agricultura familiar traz duas características elementares: a propriedade dos meios de produção e o trabalho realizado pela família, características essas que a torna genérica por assumir no tempo e no espaço uma diversidade de formas sociais. Portanto, o que está na essência que rege a compreensão é a centralidade do patrimônio familiar.

Segundo Baiardi (1999), a agricultura familiar assume níveis diferenciados, uma vez determinados pelo modo de produção ao qual estão inseridos. Há uma subordinação relacionada também às políticas econômicas, instituições que determinam e mediam a sociedade global, além de fatores ligados a condições naturais, formações históricas e seus resultados perante o papel do estado. As tradições culturais que regem a sociedade, disponibilidade de recursos e modelo de ocupação, relacionada ao seu território, participação e organização em redes, consórcios, proporciona a inserção desses agentes no fluxo de comércio internacionais. Essas diferenças dão lugar à formação de categorias para agricultura familiar, formando uma tipologia:

O tipo A, o mais tecnificado e mais mercantil, inclusive em termos de mercado internacional, seria a agricultura familiar “farmerizada”, predominantemente localizada no cerrado, cuja gênese tem relação com a migração de pequenos produtores das regiões de colonização européia.

O tipo B seria a agricultura familiar integrada verticalmente, cuja gênese tem relação com a implantação de agroindústrias em regiões de colonização européia e com a generalização para outras áreas do modelo denominado por alguns autores de ‘subordinação do trabalho camponês ao capital’ (dos Santos, 1978) e por outros como ‘complexo integrador camponês-agroindústria’ (Sorjet alii, 1982).

O tipo C seria a agricultura familiar tipicamente colonial que ainda expressa valores dos imigrantes e com maior presença no Planalto Gaúcho, no sul de

⁵ Tema de discussão do grupo Desenvolvimento Sociedade Natureza – DSN, da Universidade Católica do Salvador- UCSAL

Minas Gerais, na região serrana do Espírito Santo e em algumas áreas do Paraná e Santa Catarina. Sua gênese se relaciona à permanência dos seus agentes na área original de ocupação colonial de famílias.

O tipo D seria a agricultura familiar semimercantil, que opera com área muito variável, mas geralmente inferior a 50 ha, e que tem sido ultimamente supervisionada ou tutorada em graus variáveis. Sua gênese em termos de agentes não tem relação com a imigração européia não ibérica. As raízes se encontram em dois grupos: 1) nos descendentes de homens livres, inclusive nativos, colocados à margem da sociedade de corte patriarcal e patrimonialista e 2) nos descendentes de uma minoria de escravos que, fugindo à regra, demonstrava alguma ambição em se tornar produtor rural.

O tipo E seria aquela agricultura familiar completamente desassistida e cujos agentes têm, em princípio, a mesma gênese histórica do tipo D. A diferença em relação à anterior está nos seguintes fatos: 1) estabelecer-se em áreas com menor dotação de recursos naturais ou em condições de grande carência de infraestrutura; 2) configurar-se com base em segmentos populacionais dispersos, com maior grau de anomia e descrentes quanto à possibilidade de mudar as condições em que vivem, fatalistas portanto, e 3) ter ficado à margem dos processos de diferenciação relatados acima. (BAIARDI, 1999, p.287-289).

O autor identifica cinco tipos de agricultura familiar no Brasil baseado num instrumental sugerido por North (1990) e Putnam (1993) onde cada um traz suas complexidades ligadas a uma conduta de heranças históricas. Para esse autor é possível que a agricultura familiar no Brasil sintonize com os fluxos de comércio, se considerado aspectos culturais e condução dos agentes à organização no sentido de trabalhar em cooperação.

Numa análise mais detalhada dessas categorias de agricultura familiar podemos considerar que os fatores eleitos pelo autor dão importante caráter a cada categoria; percebe-se também que os fatores secundários como, lugar que predomina e tipo de produção possuem um forte elo de existência e dão pressuposto ao fator preponderante que é o acesso ao mercado.

Uma sociedade ou uma família se institui, social e economicamente em acordo com o contexto que a cerca, no entanto o zelo pela permanência do objetivo central garante sua integridade. No caso da agricultura familiar, embora haja perfis diferenciados, que foram ajustados, às possibilidades disponíveis no contexto de vida, podemos perceber importantes resistências desse segmento que asseguram sua permanência e construção histórica na sociedade. Reforça Altafin (2009):

[...] o uso do termo “agricultura familiar” no Brasil se refere a um amplo guarda-chuva conceitual, que abriga distintos tipos e situações, não apenas entre as regiões, mas dentro de cada região, de cada estado, de cada município ou de um território. Conhecer e compreender as especificidades de uma dada

situação concreta torna-se imprescindível para todos os envolvidos em processos de desenvolvimento sustentável. Além de bases teóricas sobre características comuns, estratégias globais e princípios gerais ao conjunto da produção familiar, é fundamental a valorização do conhecimento dos agricultores e a reflexão sobre as particularidades de cada local (ALTAFIN, 2009, p. 15).

Ainda permanece em algumas discussões o conceito de agricultura familiar diferenciado da patronal pautado no tamanho do estabelecimento. De modo que o fator tamanho da propriedade é relacionada à insuficiência econômica. Entretanto, Veiga (1995) considera que uma pequena propriedade que incorpore nos meios de produção, inovações tecnológicas, poderá dar respostas positivas com relação a dimensão da produção.

A importância econômica de unidade produtiva de pequeno porte na agricultura está mais ligada à possibilidade de adoção de inovações tecnológicas, à localização e à qualidade do solo, do que à área inicial do estabelecimento (VEIGA, 1995, p.129).

A agricultura familiar é um segmento que assume várias formas, que se diferencia a depender de fatores como: sistema de produção, característica de exploração de recursos naturais, ambiente natural onde a unidade de produção está inserida, além do nível econômico, sua inserção e participação, com intuito de desenvolvimento e reprodução. Portanto, a agricultura familiar tem estreita ligação com o perfil local onde está inserida, consolidando-se assim não apenas como um segmento econômico, mas uma forma social genérica ligada a formas sociais específicas.

Segundo Fernandes (2002), a característica da agricultura familiar que é baseada no trabalho familiar, é herança de diversos períodos da sociedade seja ela feudal, escravista, socialista ou capitalista. Hoje ela permanece consolidada tanto nos modos capitalistas, como não capitalistas, mas longe de chegar ao fim, como apostaram alguns autores. Alguns apontam até mesmo para uma relação de integridade entre a propriedade capitalista e familiar.

Outros afirmam que existiria dificuldades da agricultura ser inserida ao capitalismo, pelo fato de não encontrar um equilíbrio entre o tempo gasto na produção e o de trabalho, dessa forma, o que poderia atenuar esse desequilíbrio seria o avanço tecnológico. O primeiro autor a analisar a viabilidade da agricultura familiar a partir de

fatores diferentes da taxa de lucratividade por suas atividades foi Alexander Chayanov. Para esse autor, mesmo com o processo de expansão do capitalismo, a propriedade familiar persiste na agricultura, e para obter recursos, aumenta as necessidades de incremento tecnológico, contudo, mantendo o caráter indivisível e racionalidade própria da unidade familiar. Portanto, não sendo objetivo central o lucro e sim a satisfação das necessidades da unidade familiar, daí é explicável a permanência desse segmento, sempre buscando alternativas e reagindo as imposições do capitalismo (CHAYANOV 1974 *apud* PLEIN E FILIPP, 2011).

Portanto, os debates tomaram outro rumo e passou a focar na persistência das unidades agrícolas familiares no capitalismo.

Nesse sentido, Baiardi (1999) afirma:

No fim da década de oitenta passou-se a ter a sensação de que se ingressara em uma nova era nas investigações sobre o rural brasileiro. Os velhos debates sobre o caráter capitalista ou não capitalista, sobre as vias de desenvolvimento, sobre os bloqueios e sobre o papel da agricultura no desenvolvimento econômico – este último como repertório de índole neoclássica - já não tinham sentido. As evidências eram muito fortes no apontar que o impulso de expansão capitalista tinha transformado e modernizado a agricultura brasileira, gerado um departamento de bens de produção e demais fatores de procedência industrial e expandido o segmento de processamento dos derivados primários (BAIARDI, 1999, p. 286).

No entanto, para esse autor, não houve significativos avanços em produção teórica relativas a proposições de atitudes diferentes, com vistas na variedade de modos de organização familiar, viabilizando planos locais de desenvolvimento sustentável no Brasil.

Segundo Abramovay (1998), no Brasil, os debates tomaram outras vertentes que reconheceram sua importância socioeconômicas, de intensificação de projetos de implementação de políticas públicas e finalmente com reconhecimento de importante segmento para economia.

Essa intensidade de produção e debates em torno da agricultura familiar possibilitou ampliar possibilidades de posições sociais, como nova categoria social com forte ligação a um projeto político de consolidação de identidade, alheio ao isolamento político, cultural e fortemente integrado à sociedade. Essa integração entre fatores sociais, econômicos e políticos abre possibilidades de organização em redes de cooperação possibilitando sucesso em suas ações.

A produção agrícola brasileira é classificada a partir de dois modelos: o familiar e o patronal, essa classificação desenvolvida pela FAO/INCRA (1995). As diferenças entre os modelos são trazidos no quadro a seguir.

Quadro 1 - Comparação entre os modelos de agricultura patronal e familiar

PATRONAL	FAMILIAR
<ul style="list-style-type: none"> • Completa separação entre gestão e trabalho • Organização centralizada • Ênfase na especialização • Ênfase nas práticas padronizáveis • Predomínio do trabalho assalariado • Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”. 	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho e gestão intimamente relacionados • Direção do processo produtivo diretamente assegurada pelos proprietários ou arrendatários • Ênfase na diversificação • Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida • Trabalho assalariado complementar • Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo

Fonte: FAO/INCRA, 1995.

INCRA/FAO (2000) demonstra através de estudos, que os agricultores familiares por produzir muito, com pouco recurso, evidenciam maior eficiência no uso de crédito rural.

A partir dessa diferenciação trazida é possível constatar que a centralidade do modelo é focado na organização do trabalho e do sistema de produção; o tamanho da propriedade não foi citado em nenhum momento, assim percebe-se que as complexidades que entremeiam essas discussões em torno da agricultura familiar vão muito além das especificidades que categorizam ou padronizam esse segmento.

Enfim, com a contribuição conceitual, que trazem os diversos autores, considerando as complexidades espacial e temporal do contexto que está inserido, é possível uma definição mais precisa que dialogue com as características empíricas desta pesquisa. Considerando a agricultura familiar, como categoria universal, não é o tamanho da propriedade o fator mais relevante para defini-la; além do tamanho é preciso analisar outros aspectos, econômico, político, social e tecnológico, entre outros, tendo em vista que sua finalidade é a reprodução da família. O padrão tecnológico de produção relativizará o tamanho necessário para definir o módulo mínimo para a reprodução social e econômica da unidade de produção.

2.2 ABORDAGENS GOVERNAMENTAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo o site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em 2009 a agricultura familiar era responsável por cerca de 60% dos alimentos na mesa dos brasileiros, e gerava 7 de cada 10 empregos rurais (CONAB, 2014).

Segundo o censo de 2006, no Brasil, 70% dos alimentos era produzido na agricultura familiar, que corresponde a 35% do PIB nacional rural. 84,4% das propriedades rurais no Brasil eram de grupos familiares (IPEA, 2014).

Dois autores que defendem a importância econômica e social da agricultura familiar é Ricardo Abramovay (1998b) e José Ely da Veiga (1991), eles trazem argumentos que explicitam a capacidade desse segmento de garantir renda, produzindo alimentos baratos e de qualidade e ainda como alternativa concreta de desenvolvimento para o Brasil. Esta avaliação, entretanto não é um consenso entre pesquisadores da área, embora seja assumida no âmbito governamental.

Segundo dados do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, a renda média dos agricultores familiares cresceu cerca de 33% nos últimos oito anos, enquanto a renda das famílias que vivem nas cidades cresceu apenas 11%. Com isso, aproximadamente 4,8 milhões de famílias que vivem na área rural conseguiram sair da situação de extrema pobreza em que viviam. Sendo que, pouco mais de 2 milhões de agricultores ganham menos de 1 salário mínimo/mês, pouco mais de 1 milhão em faixa de transição e em torno de 300 mil, os que ganham mais de 10 salários mínimos/mês. O documento ressalta que, a grande maioria vive da transferência de renda com aposentadoria, bolsa família, etc. Dos incentivos do governo para este segmento em 2013/2014 foi destinado mais de 39 bilhões, sendo 21 bilhões pelo PRONAF, conforme se observa na tabela 1.

Tabela 1 - Investimentos do pronaf nos últimos anos

PERÍODO	VALOR INVESTIDO (R\$/Bilhões)
2006/2007	10
2007/2008	12
2008/2009	13
2009/2010	15
2010/2011	16
2011/2012	16
2012/2013	18
2013/2014	21
2014/2015	24,1

Fonte: Plano Safra. Elaborado pela autora.

Em 1961, no âmbito da Igreja Católica, nasceu o Movimento de Educação de Base (MEB), ligado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que implantou programas de alfabetização, apoiou a formação de associações, sindicatos e a criação das Ligas Camponesas que defendiam os direitos trabalhistas e principalmente a reforma agrária, começando no início no Nordeste e se expandindo por todo o país (Portal São Francisco, 2010).

Em 1964 o governo de João Goulart enviou ao congresso o primeiro projeto de reforma agrária, mas não chegou a ser votado. A partir daí o agricultor foi classificado por pequeno médio e grande, o que influenciou a aplicação de diferentes políticas públicas, como o crédito e a extensão rural.

Em 30 de novembro de 1964, o governo lança o Estatuto da Terra lei 4504/64 para suavizar as pressões pela reforma agrária, que foi por várias vezes alterado por vetos e emendas (BRASIL, 1964).

Nos anos de 1970 a 1980, a agricultura foi dividida em: Pequena produção integrada e pequena produção excluída da integração, ou seja na primeira reduziria a categoria de produtores que seriam trabalhadores rurais para a economia e na segunda era uma questão de tempo para perceberem que a sobrevivência da agricultura não era viável e migrassem para os centros urbanos (TERRITÓRIO DA CIDADANIA, 2014).

Na década de 1990 o governo criou o PRONAF, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, que se tornou a primeira política federal de abrangência nacional voltada exclusivamente para a produção familiar.

Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), definem agricultura familiar a partir de três características centrais:

- a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento;
- b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família;
- c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996, p.4).

Embora haja vários incentivos por parte do governo, ainda falta muito para se acabar com a miséria vivida por muitos na zona rural, onde o acesso à terra, tecnologias e ao crédito ainda não chegou.

O universo agrário destaca-se como um modo de vida de milhões de brasileiros que vivem no meio rural, e torna inquestionável sua importância no processo de desenvolvimento, não ficando apenas na produção de alimentos, mas também na distribuição de renda como falado anteriormente.

Segundo a lei 11.326 que regulariza a agricultura familiar, considera-se agricultor familiar aquele que atende os seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

- I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
- II - agricultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadeiros;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011)

VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011) (BRASIL, 2006).

O Módulo fiscal referido na alínea I da lei 11.326, é uma unidade de medida agrária instituída no Brasil pela lei nº 6.746 de 10 de Dezembro de 1979, que é diferente para cada município. Ainda segundo GUANZIROLI (2001), na região Nordeste a média de hectares por unidade familiar é de 17 ha, enquanto no Brasil a média geral é de 26 ha, tornando o Nordeste a região com a menor média brasileira. Em Amargosa-BA são 35 hectares para cada módulo fiscal, ou seja, um produtor rural em Amargosa pode ter até 140 hectares para ser considerado agricultor familiar e participar das políticas públicas para esse segmento. Quanto aos requisitos “Precisa também utilizar mão de obra própria e ter renda familiar principalmente da gerada da própria terra”, das alíneas II e III, observa-se que em Amargosa grande parte dos agricultores enquadram-se neste perfil que atende aos critérios governamentais para inclusão nas políticas públicas da agricultura familiar.

No Brasil existe um total de 4.778.933 estabelecimentos rurais, destes, cerca de 91,4% são de agricultura familiar, ou seja, 4.366.267 unidades, conforme pode-se observar na tabela a baixo:

Tabela 2 - Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar e patronal no Brasil - 2006

TIPO	QUANTIDADE
Agricultura familiar	4.366.267
Agricultura Patronal	412.666

Fonte: Sidra.IBGE 2006 - Elaborada pela autora.

Em 2006, a renda média também ficava abaixo da média geral que é de R\$ 2.717,00 por ano, R\$ 104,50 por hectare/ano; no Nordeste a renda média por unidade familiar é de R\$ 1.159,00, e por hectare/ano R\$ 68,17. Neste cálculo já está incluído o consumo da família.

Podemos observar na tabela 3 que, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, são identificados 665.767 estabelecimentos familiares na Bahia, que representam o equivalente a 79% dos estabelecimentos agropecuários baianos e 30,4% do total de estabelecimentos familiares de toda a região Nordeste. Esses dados, a princípio, revelam uma estrutura agrária altamente concentrada no estado baiano em termos absolutos. Os 231 estabelecimentos agropecuários do município de Amargosa corresponde a 0,034% do total da Bahia. Apesar de não ser feita neste trabalho uma análise discriminada em relação à área agricultável, vale notar que a relevância da agricultura familiar não é um fenômeno isolado no município de Amargosa em relação ao estado da Bahia.

Tabela 3 - Número de estabelecimentos agropecuário com agricultura familiar no Brasil, região e Amargosa –Ba, 2006 (unidades)

ÁREA	QUANTIDADE
Brasil	4.366.267
Norte	412.666
Nordeste	2.187.131
Sudeste	699.755
Sul	849.603
Centro-Oeste	217.022
Bahia	665.767
Amargosa	231

Fonte: Sidra.IBGE 2006 - Elaborada pela autora.

2.2.1 Implicações das abordagens governamentais da agricultura familiar

A agricultura familiar como objeto de políticas públicas de estado, pela regulamentação profissional da condição de agricultor familiar, não relaciona todas as características que trata o conceito de agricultor familiar trazido neste trabalho.

O PRONAF é um importante meio de capitalização de recursos para agricultura familiar através do poder público. O PRONAF é uma linha de ação que pretende

“eliminar gargalos que estão retardando ou impedindo o desenvolvimento rural em áreas” Schneider (1999).

Conforme a análise de Sachs (2001), “o PRONAF [...] sinaliza pela primeira vez a preocupação dos poderes públicos com a agricultura familiar, rompendo com práticas do apoio exclusivo à agricultura patronal e ao agronegócio”. É preciso minimizar as burocracias, criando caminhos que direcionem mais essas políticas aos menos favorecidos do meio rural (SACHS, 2001).

É imprescindível a atuação dos conselhos, sindicatos e organizações, no sentido de discutir alternativas para a solução de problemas existentes, através dos representantes desse segmento.

Conforme já mencionado, a denominação de agricultura familiar só surgiu no Brasil como categoria política (público alvo) em meados dos anos 1990. Porém, sua identidade social independente dessa condição, sendo garantida mediante fortalecimento de condutas que assegurem o eixo central de reprodução familiar.

Esse reconhecimento foi importante para que o governo começasse enxergar o investimento nesse setor como uma alternativa de desenvolvimento.

Essa demora que o governo teve para valorizar o pequeno agricultor, segundo Veiga (1998) foi devido ao forte viés urbano e a idéia do rural como atraso; percepção da pequena produção como um setor declinante da economia, não sendo considerada importante nas políticas públicas de desenvolvimento; queda dos preços reais dos alimentos; dispersão geográfica, precariedade de infra estrutura de transportes e comunicação, o que dificulta articulação política em prol de seus interesses e, esses fatores vêm acompanhados de desmotivação nas organizações.

Para se entender um pouco sobre como os autores tratam a agricultura familiar para o desenvolvimento local, vamos analisar Brose (1999), Veiga (1998) e Schneider (1999). Brose (1999) em sua concepção o desenvolvimento agrícola tem seu foco no aumento da produção e da produtividade agrícola: O conceito de desenvolvimento rural é mais abrangente, englobando fatores econômicos, sociais e políticos, além de elementos não-agrícolas, como é o caso de turismo rural. Por conceito de desenvolvimento local entende que o meio rural não é apenas agrícola e engloba também pequenas cidades, que estão ligadas ao meio rural, dependendo deste para sobreviver através de prestação de serviços.

Desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais (BUARQUE,1999, p.09).

Veiga (1998) coloca que o desenvolvimento implica na superação de conflitos entre crescimento econômico, redução de desigualdades e preservação ambiental, ou seja, acesso às oportunidades de crescimento e realização pessoal, incluindo a melhoria de renda como um fator fundamental. Veiga (2002) também aponta para diversificação das atividades produtivas com investimento empreendedor e estímulos a formação de arranjos institucionais locais.

3 O MUNICÍPIO DE AMARGOSA E AGRICULTURA FAMILIAR

3.1 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO

A origem de Amargosa remonta à década de 1840, quando começou a se formar o povoado de nome Bom Conselho, tendo como primeiras povoadoras as famílias de Gonçalo Correia Caldas e Francisco José da Costa Moreira, em torno de uma capelinha por eles construída. Fruto de sua localização, e por servir como ponto de troca comercial com o sertão, em 1855, o povoado, e sua capelinha, foi elevado à freguesia com o nome de Nossa Senhora do Bom Conselho das Amargosas, pertencendo à Vila de Tapera, atual Santa Terezinha. Com o crescimento do povoado da freguesia, devido ao plantio de fumo e café, em 1978, foi elevada à condição de Vila de Nossa Senhora do Bom Conselho das Amargosas, sendo que, no dia 2 de julho de 1891, em sessão solene, a Vila foi elevada à categoria de cidade de Amargosa, cuja criação era datada de 19 de junho desse ano de 1891, por ato do governador do Estado da Bahia, José Gonçalves da Silva (PMA, 2011).

A imigração e colonização europeia no final do século XIX se fez presente na cultura de Amargosa, e nas suas construções ainda existentes, de origem inglesa, italiana, portuguesa ou espanhola que se estabeleceram na cidade. A maioria desses imigrantes se dedicou ao comércio, com os armazéns de secos e molhados, empórios, atividade de exportação e importação e, na área rural, com o plantio de café e fumo (PMA, 2011). A arquitetura das casas, armazéns e comércios, atenderam influências da Inglaterra (Figuras 3, 4, 5). Hoje Amargosa é conhecida como cidade jardim por sediar lindas praças e jardins (Figura 6).

Figura 3 - Armazém de secos e molhados.



Fonte: Arquivos da Prefeitura

Figura 4 - Teatro municipal



Fonte: Arquivos da Prefeitura

Figura 5 - Um das principais boutiques – moda de influência – **Figura 6 - Praça Lourival Monte**



Fonte: Arquivo municipal



Fonte: Arquivo municipal

Desse modo, o título de cidade-jardim está estritamente ligado ao fator paisagístico da cidade, dentro da proposta paisagística, em voga na Inglaterra no início do século XX. As ilustrações atestam os relatos da existência de períodos áureos da economia de Amargosa até o cenário atual.

O levantamento feito pela Prefeitura Municipal de Amargosa, publicado no site oficial do Governo Municipal, mostra que das suas principais atividades econômicas, destaca-se a pecuária extensiva, que é marcada pela presença do médio e grande produtor, sendo que a pecuária de leite intensiva, inserida na região, no contexto dos anos 1970, tinha se mostrado como alternativa. Tem, entretanto, passado por grandes dificuldades devido ao custo dos insumos. A produção leiteira é beneficiada pelas microusinas de produtores ou comprada por usinas de Salvador ou Cachoeira. O café, o cacau e o fumo são comercializados por armazéns e representantes de grandes empresas do ramo. Parte do café está sendo beneficiada por torrefadoras locais. Amargosa tem, também, uma boa estrutura de comércio (PMA, 2011).

Ao norte do município se localiza a formação de caatinga, onde predomina a produção de lavouras mais resistentes ao semi-árido como: batata, amendoim, mandioca, caju e milho. Pode-se observar que há uma predominância da pecuária extensiva e pequenos produtores, ao sul é possível perceber uma concentração de algumas grandes propriedades, tendência para a agricultura com o cultivo da lavoura de cacau, banana, café, cana, mandioca, milho e amendoim, onde predomina a

formação de florestas secundárias e clima úmido. Ao nordeste configura-se ainda formação de florestas, essa, encontra-se intensidade de cultivo de cacau, banana, café e cana, a sudeste intensifica-se a agricultura, e existe grande Área de Proteção Ambiental (TIMBÓ); no sentido oeste-noroeste em direção ao município de Milagres é expressiva a formação de caatinga, clima semi-árido, vegetação rasteira, produção escassa com pouquíssimo cultivo de mandioca, caju, amendoim.

Também é necessário ressaltar a importância dos afrodescendentes que chegaram à cidade e ali foram instalados na condição de escravos para executarem o trabalho na cultura do café. As diferentes culturas, dos imigrantes, estão em toda parte, seja na religiosidade, ritmos musicais, folclore, na forma de produção das culturas de subsistência.

A cultura indígena e dos afro-descendentes deixaram importante herança na história da vida rural de Amargosa e os agricultores familiares trazem essa identidade muito patente em suas práticas de plantio, no cultivo de culturas para consumo próprio, com excedentes vendidos na feira, como: milho, feijão, banana e mais especificamente a mandioca. Essa identidade também se estende ao meio urbano, onde os modos de vida permanecem nas práticas que remetem à vida no campo, a exemplo dos plantios de culturas como frutas, verduras, hortaliças, plantas medicinais e até criação de pequenos animais em quintais. Esta característica revela a permanência da integração entre campo e cidade no cotidiano dos moradores, prática habitual em pequenos municípios rurais.

Amargosa tem uma história de contínuas fases de ascensão e estagnação econômica; no início do século XX, gozou de um dinamismo promissor com a exportação do café, consolidando-se como importante centro regional. Houve um declínio com a crise econômica da década de 1930, período que o professor Milton Santos caracterizou como “ilha de inércia”. Ainda permanecem marcas expressivas do passado na dinâmica atual, especialmente no setor agropecuário.

A Região de Amargosa com a qual nos deparamos hoje não difere muito da região visitada por Milton Santos em 1963. As estruturas enrijecidas continuam atuando até os dias atuais. A baixa mutabilidade dos sistemas produtivo do passado ainda atua na região, isto reflete diretamente na atividade agrícola de alcance restrito, como no caso da mandioca. A pecuária, apesar de vir substituindo as áreas das lavouras, ocupando expressivas extensões do espaço regional, não supera a importância econômica da produção vegetal que foi responsável pela prosperidade da região (LINS, 2008, p. 169).

Em Amargosa, percebe-se que a dinâmica atual deve-se a necessidades pretéritas de enveredar a novos rumos, novos direcionamentos econômicos pois, as transformações sofridas foram irreversíveis diante da crise do café no início do século XX. É absolutamente possível a retomada do desenvolvimento, com a implementação de políticas que busquem uma reestruturação dos espaços produtivos, que favoreçam o crescimento econômico, potencializando as vocações produtivas, a exemplo do grande potencial para agricultura que o município apresenta, favorecido pela variação climática.

Tudo o que existe articula o presente e o passado, pelo fato de sua própria existência. Por essa mesma razão, articula igualmente o presente e o futuro. Desse modo, um enfoque espacial isolado ou um enfoque temporal isolado são ambos insuficientes (SANTOS, 1978, p.205).

Amargosa é fruto de diferentes períodos históricos que lhe conferiram distintas proporções de desenvolvimento e de organização espacial que se modificaram entre os múltiplos fatores da história, no qual as características de uma etapa inferior de seu desenvolvimento social e econômico se misturam com as de outra, superior (LINS, 2008).

O Município de Amargosa teve sua organização espacial estruturada numa **socioeconomia** baseada no café, no fumo e no comércio. Até meados do século XX, gozou de grande importância econômica, política e cultural, desempenhando um papel de integração entre zona da mata e o sertão baiano, devido a sua posição geográfica, à presença de uma sociedade próspera e atuante e ao sistema de transporte da época, baseado na ferrovia (Figura 7) que lhe permitiram essa funcionalidade estratégica (LINS, 2008).

Figura 7 - Locomotiva a vapor e da estação ferroviária de Amargosa, provavelmente anos 1950



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal.

Até a década de 1940, Amargosa pode ser chamada de pólo regional, devido a grande importância econômica para a região. A aplicação de capital para infraestrutura, a construção da estrada de ferro, permitiram ao município ser constituído como centro de convergência para exportação da produção de municípios localizados num longo raio de abrangência do Vale do Jiquiriçá.

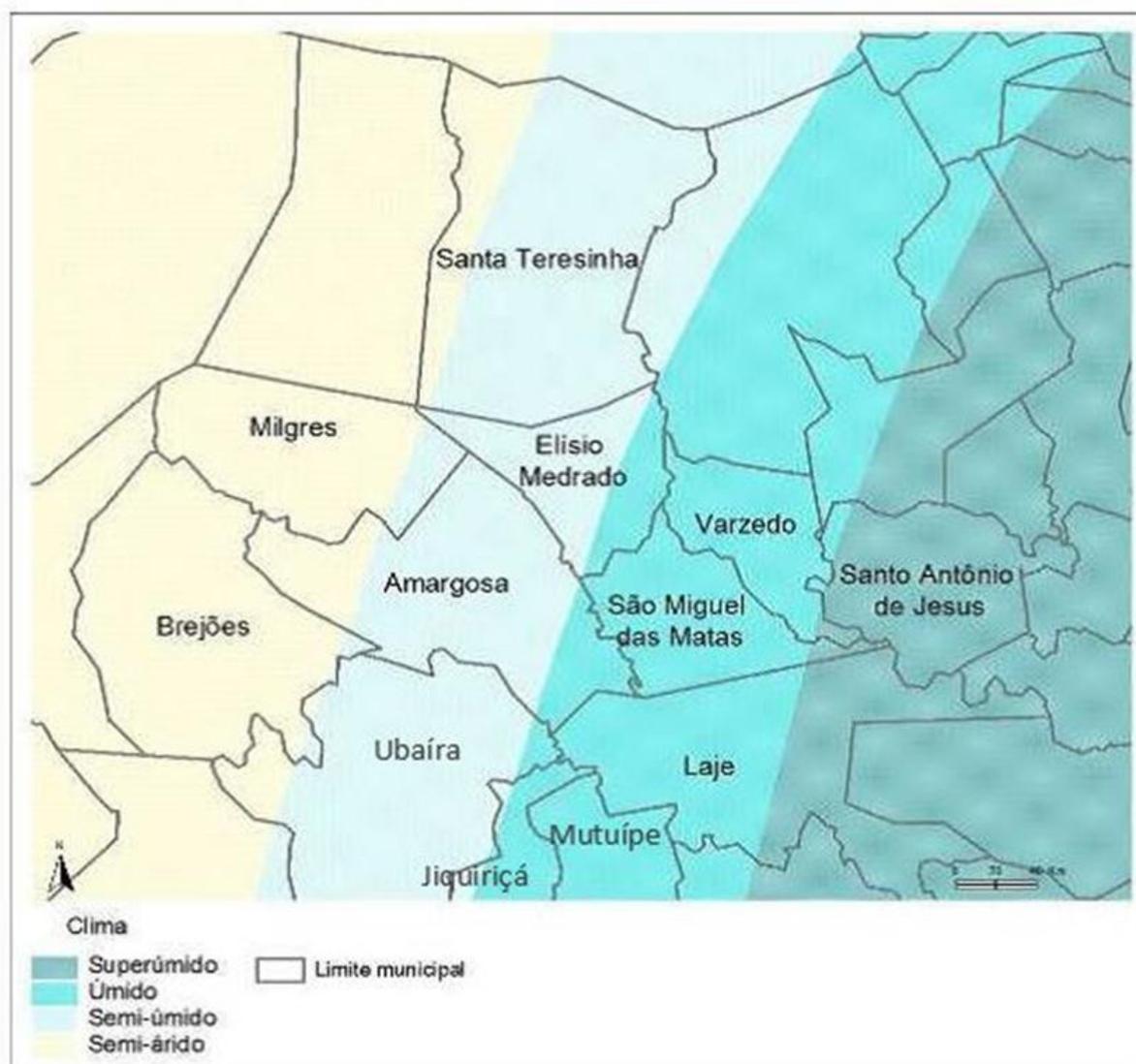
Durante muitos anos o “porto seguro” foi a exportação de café e todo contexto do espaço municipal era voltado para fomentar essa condição de rigidez econômica, condicionada à demanda do mercado externo.

Neste início do século XXI, frente às condições encontradas, o município tem a agricultura familiar como um vetor importante para o dinamismo econômico, integrando na agricultura a maior parte das atividades econômicas, compondo um perfil sócio econômico e geográfico propício ao desenvolvimento desse segmento.

Sua localização situa-se entre dois grandes biomas brasileiros, a Mata Atlântica e a Caatinga. Na parte Sudeste (limite com municípios de São Miguel das Matas, Mutuípe, Laje e Ubaíra) a formação é de Mata Atlântica Ombrófila Densa e à medida que se aproxima do Norte/Oeste, com baixo índice pluviométrico, estão as áreas de Caatinga (limite com o município de Milagres). Seguindo para Brejões no sentido de Itachama, por todo Vale do Rio Ribeirão (Jiquiriçá Mirim) e Riacho da Correntina, estão formações florestais de transição que originalmente foram ocupadas pelas matas secas (Floresta Estacional Semidecidual) nos limites com o município de Brejões.

O clima em Amargosa, tem grande variação e, de acordo com a classificação de Thornthwaite, abrange do úmido, úmido-subúmido, subúmido-semi-árido e semiárido (Figura 8), com a temperatura média anual variando de 19,8 a 25,1°C. A precipitação pluviométrica reveste de grande importância, sobretudo pelos seus aspectos de distribuição espacial e temporal. A precipitação pluviométrica no município de Amargosa nos últimos 60 anos tem pequenas variações, sendo que o mês de menor média de chuva foi setembro de 2011, com 70,7mm e a maior média é a do mês de Dezembro de 2011 com 131,1mm.

Figura 8 - Domínio climático Amargosa e municípios vizinhos



Fonte: Robson Lins (2008).

Podemos dizer que Amargosa ocupa uma área privilegiada, pois apresenta clima e dois importantes biomas propícios ao cultivo de vasta e diversificada agricultura e pecuária distribuída por toda a região, o que constitui característica natural do seu grande potencial para agricultura familiar.

Composta por morros e colinas de vertentes íngremes e com tendência a crista, de forma convexa, sendo que na parte norte da região é mais abaulado e próximo a Santa Terezinha a forma tabular, destacando-se serras como: serra do Tauá, serra do Timbó, serra da Barata Azul, serra do Jatobá, serra do Julião, serra da Baratinha, dentre outras.

Nos setores mais úmidos o manto de alteração é espesso, enquanto nas áreas mais secas os morros rochosos encontram-se já quase completamente descobertos devido a atividade agrícola. Localmente existem planos conservados modelados sobre depósito detrítico laterítico de textura argilo-

arenosa e areno-argilosa. Os solos originários desses materiais e de ocorrência mais generalizadas são: Latossolos, Argilosos e Cambissolos (PDHR, 1995).

Figura 9 - Imagem de satélite próximo ao Sítio Urbano do município de Amargosa



Fonte: Robson Lins (2008). (MODIFICADO)

O já referido estudo do professor Milton Santos, em 1963, sobre a região de Amargosa, traz breve descrição sobre a paisagem do entorno de Amargosa:

Amargosa como centro da região em estudo, tem o seu sítio urbano junto ao rio Riachão, formador do Jiquiriçá-Mirim, entre o Planalto elevado da Lagoa do Morro e dos morros e glaciais, sendo um ponto de conexão de duas regiões fisiográficas distintas. Neste planalto elevado, as formas de relevo são esculpidas em rochas cristalinas, profundamente alteradas, onde se encontram Brejões e Lage, com uma rede de drenagem encaixada. Observa-se um solo argiloso, de pouca consistência facilmente arrastado e erodido, sendo frequentes as voçorocas (SANTOS, 1963 apud LINS, 2008, p. 4).

Amargosa sedia belíssimas paisagens, proporcionadas pela variedade de formações vegetais e climas.

Figura 10 - Paisagem do alto da serra



Fonte: foto da autora, 2014.

3.2 CARACTERIZAÇÃO SÓCIOECONÔMICA

Amargosa integra o Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá, conforme discriminado pelo Governo da Bahia, limitando-se ao norte com o município de Santa Terezinha, ao sul com Ubaíra; ao nordeste com Elísio Medrado; a leste com São Miguel das Matas; a sudeste com Laje; no sentido oeste-sudoeste com Brejões e no sentido oeste-noroeste com Milagres.

Território de Identidade é a unidade de planejamento do Estado da Bahia, cujo Governo passou a reconhecer em seu Planejamento Territorial, a existência de 27 (vinte e sete) Territórios de Identidade, desde 2007, a partir dos Territórios Rurais. Na política de desenvolvimento territorial, com o objetivo de identificar as prioridades de investimento na realidade local de cada Território, possibilitando o

desenvolvimento equilibrado e sustentável entre territórios. Foram constituídos Territórios Rurais a partir da especificidade dos arranjos sociais e locais de cada região, no âmbito da política de desenvolvimento territorial do MDA. Conforme relatórios governamentais, sua delimitação foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, com a participação das comunidades, através de suas representações (SEPLAN, 2014).

Sob outro recorte territorial, o município está inserido na Região Econômica⁶ do Recôncavo Sul e da Microrregião Homogênea de Jequié⁷, pertencente a Mesorregião do Centro-Sul da Bahia, agrupando 26 municípios.

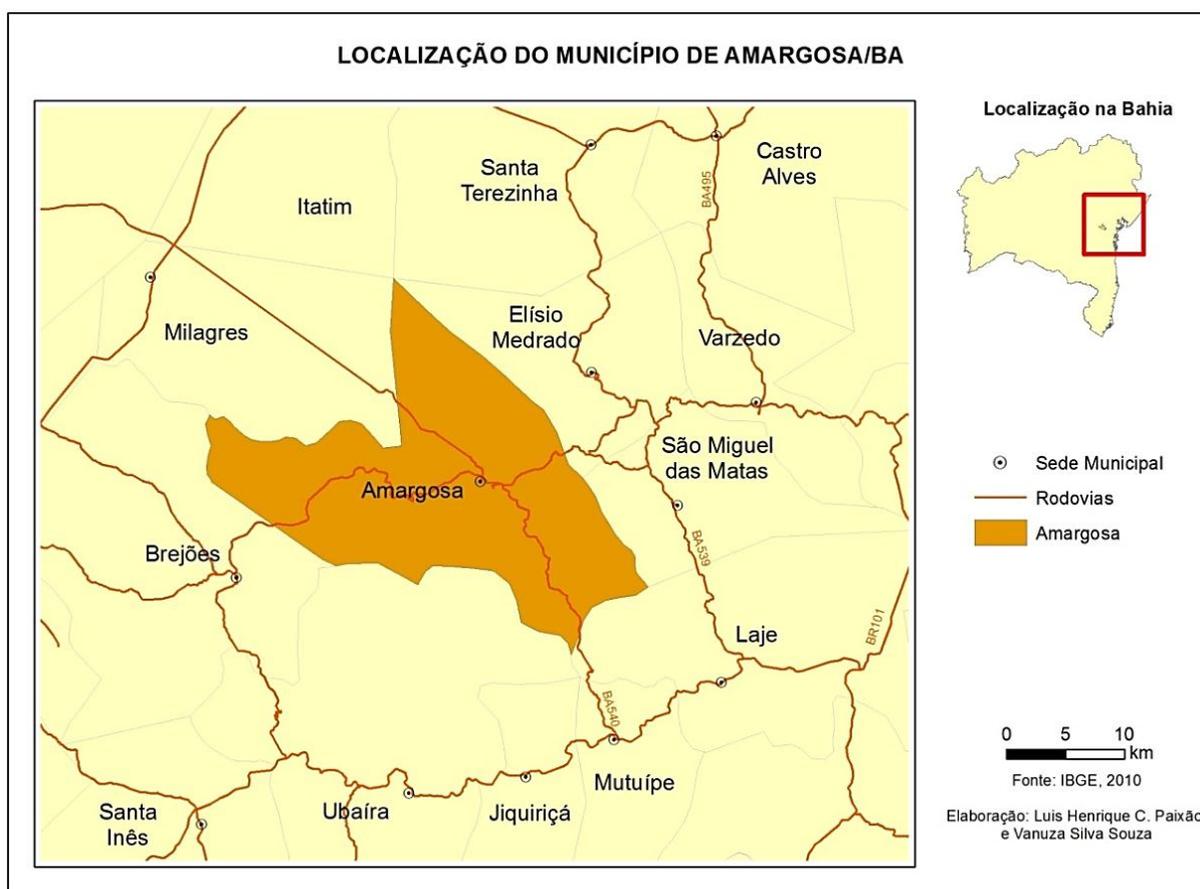
O município de Amargosa possui uma área de 436 Km² (IBGE), sendo constituído administrativamente por quatro distritos: Sede, Corta Mão; Itachama e Diógenes Sampaio. Sua composição territorial inclui ainda quatro povoados (Acaju, Baixa de Areia, Cavaco e Barreiro) e grande número de localidades, distribuídas em 29 setores rurais, abrangendo 109 comunidades, de acordo com dados do IBGE, das quais 87 foram pesquisadas, como mostra a Figura 1.

Amargosa dista 240 km de Salvador, via BR-101, em conexão com a BA-026, que liga ao município a Santo Antônio de Jesus. Tem também como opção de acesso a BR-116 com um percurso um pouco mais extenso em relação a Salvador. Além das rodovias federais, da rodovia estadual BA-540 (acesso ao município de Mutuípe). Além desta rodovia, conta com a ligação a Brejões, em péssimas condições de circulação (Figura 11). O município dispõe ainda do aeroporto, cuja distância aérea até o aeroporto de Salvador é de 117km.

⁶ Região Econômica é a unidade de planejamento vigente desde 1967, o geógrafo brasileiro Pedro Pinchas Geiger já havia proposto uma outra divisão regional do país, em três regiões geoeconômicas ou complexos regionais. Ela se baseia no processo histórico de formação do território brasileiro, levando em conta, especialmente, os efeitos da industrialização. Dessa forma, ela busca refletir a realidade do país e compreender seus mais profundos contrastes (FURLAN, 2014).

⁷ A Microrregião de Jequié é composta por 26 municípios baianos, sejam eles: Aiquara, Amargosa, Apuarema, Brejões, Cravolândia, Irajuba, Iramaia, Itagi, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jequié, Jiquiriçá, Jitaúna, Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Marcionílio Souza, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra.

Figura 11 - Mapa de Localização de Amargosa/Ba



Fonte: IBGE, 2010. Elaborado por Luis Henrique Paixão e Vanuza S. Souza.

O município de Amargosa possui uma área de 43.760 ha, onde há aproximadamente apenas 1.800 ha de cobertura florestal, portanto 4,1% do território (PMA 2010), e uma população que se distribui nas áreas rurais e urbanas, como se pode constatar na tabela 4 a seguir.

Tabela 4 - População residente por situação do domicílio – Amargosa/Ba - 1970-2010

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	ANO				
	1970	1980	1991	2000	2010
Urbana	8.417	11.912	15.831	20.884	24.891
Rural	16.026	13.306	12.195	10.224	9.460
Total	24.443	25.218	28.026	31.108	34.351

Fonte: IBGE, 2014.

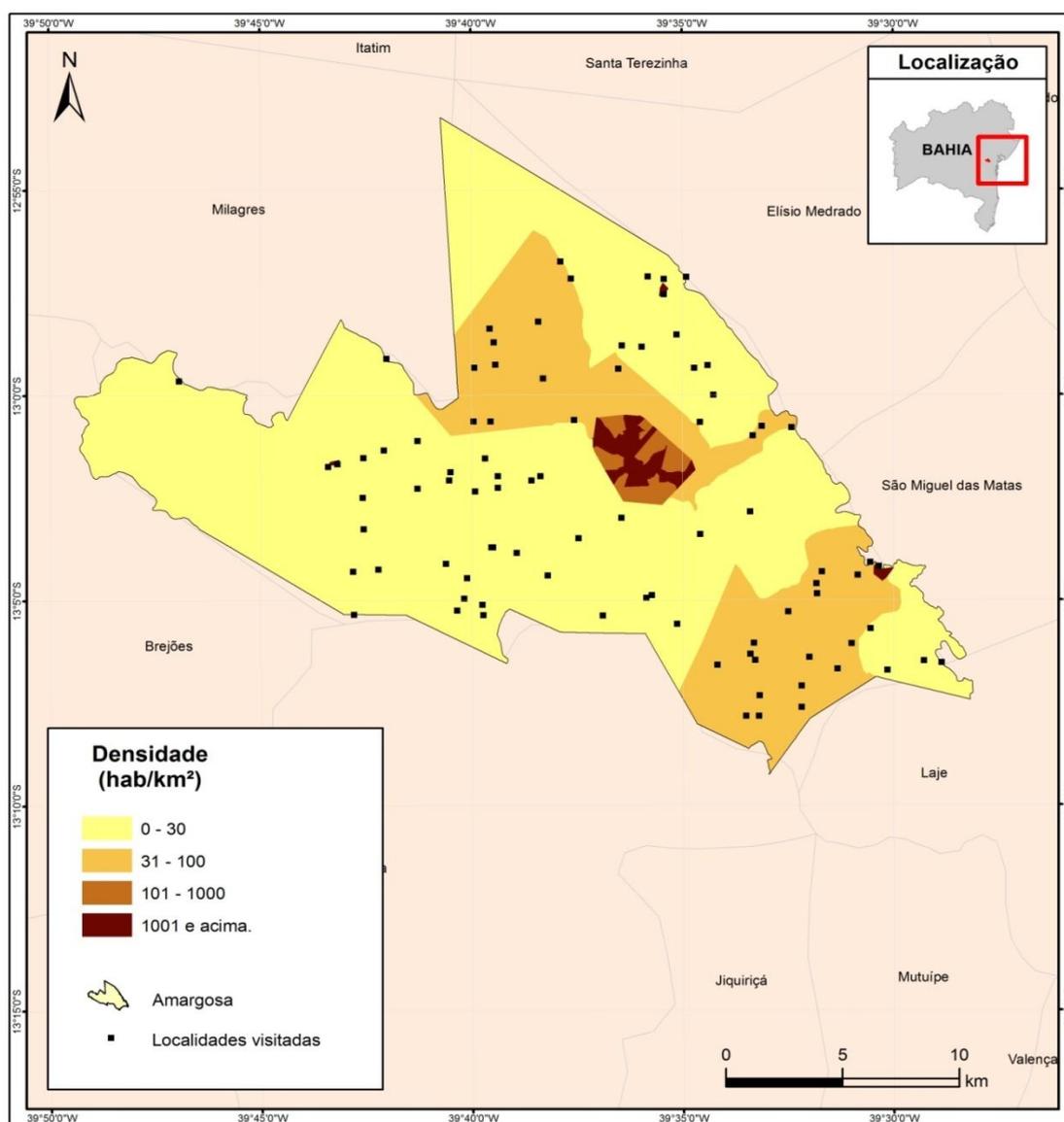
A população total de Amargosa estimada pelo IBGE para 2010 foi de 34.351. Até a década de 1980 a população rural do município de Amargosa ainda era maior que a população urbana, só houve uma inversão na década de 1991, mas ainda assim, apresentava-se quase homogênea com uma diferença de 4,4%. Em 2000 essa diferença atingiu 27,54%, em 2010 aproximando-se dos 33%. A sobrevivência no campo é um fenômeno muito comum no Brasil, em resposta à falta de incentivo político para que se tenha condições básicas de sobrevivência no campo associada ao estímulo, divulgado inclusive pelas escolas, para a migração para as cidades com a promessa de oportunidades econômicas, o que revelaria o êxito mesmo da educação escolar (SILVA, 2001/2004)

Esse fenômeno de migração da população foi comum no Brasil durante os anos 90, no caso de Amargosa foi incentivado também pela degradação causada pelas pastagens, que desfavoreceu o desenvolvimento das culturas devido o empobrecimento do solo (NETO, 2002).

Quanto a densidade demográfica podemos visualizar no mapa (Figura 12) que a população é bastante concentrada na sede do município, alcançando uma concentração de 1001 habitantes por quilômetro quadrado, reduzindo a concentração nas áreas rurais onde, predomina bioma de mata densa, área entorno de importante Área de Proteção Ambiental- APA, e solo mais propício a agricultura. A densidade demográfica entre 101 a 1000 habitantes por quilômetro quadrado, com menor densidade nas áreas rurais de clima semi-árido pouco propício à produção agropecuária, em áreas onde tem sede das localidades, em torno de 31 a 100 habitantes por quilômetro quadrado. Nas demais áreas quase não existe concentração de população, varia de 0 a 30 habitantes por quilômetro quadrado.

Atualmente, a maioria da população ativa, em Amargosa, está inserida no setor primário, se ocupando, na agricultura, em culturas de subsistência, tendo a mandioca como o produto mais importante, coexistindo com as plantações de banana, milho, feijão, fumo e amendoim, que são o sustentáculo característico da pequena produção. O cacau, café e a cana de açúcar são as alternativas dos pequenos e médios produtores (PMA, 2011).

Figura 12 - Mapa de densidade demográfica por setores censitários de Amargosa - 2010



Fonte: CPRM, 2010; IBGE, 2010. Elaborado por: Luis Henrique Couto Paixão, 2014.

Em 1993, foi criado o Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá⁸, a partir da preocupação de nove prefeituras municipais baianas com o desgaste crescente dos recursos naturais da Bacia Hidrográfica do Rio Jiquiriçá. Posteriormente, envolveram-se todos os 25 municípios situados no entorno do rio.

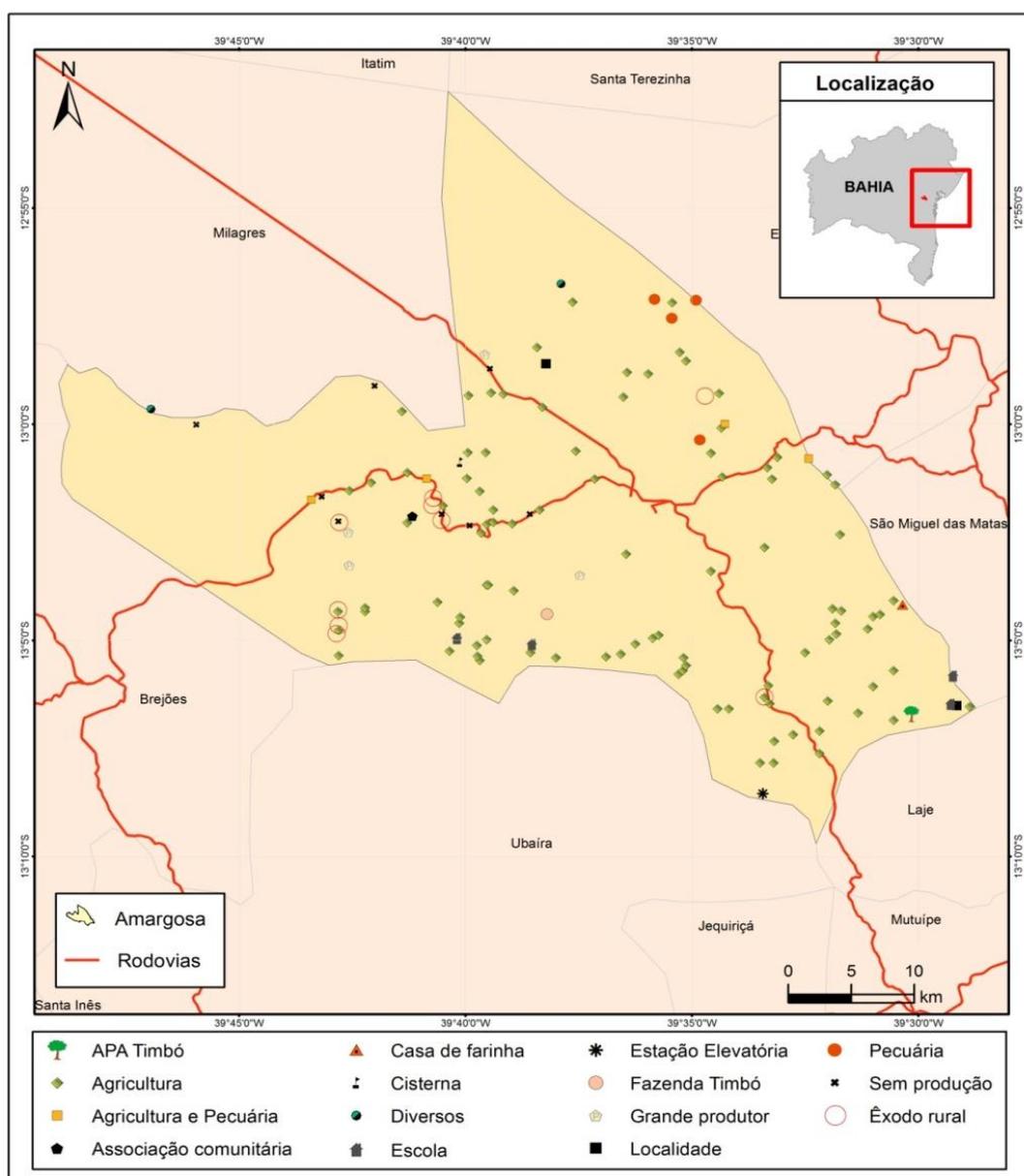
O consórcio constitui-se em uma associação civil suprapartidária e sem fins lucrativos que, segundo sua Diretora Executiva é: entidade civil sem fins lucrativos com atividades de identificação, elaboração e execução de projetos visando o desenvolvimento

⁸ O principal rio que corta o município de Amargosa é o Jiquiriçá-Mirim, tendo como afluentes os riachos da Correntina, Tamanduá, Cavaco, Boqueirão, Bainha, Timbó, Tauá, Massaranduba, Baixada e outros de menor vazão. Os rios Corta Mão, Riachão, Verde e Capivara também são importantes para o município.

sustentável da referida Bacia. Este consórcio se constitui no grande elo de ligação, não apenas em termos de desenvolvimento, mas também sob o aspecto cultural.

De acordo com o mapa da base produtiva (Figura 13), podemos perceber que existe uma vasta abrangência de agricultura distribuída por quase toda área, com pouquíssimas unidades com agricultura e pecuária. Podemos observar uma concentração de algumas grandes unidades com exploração pecuária mais ao norte; outra observação importante é que ao oeste, mais próximo da divisa com o município de Brejões, onde predomina clima semi-árido e escassez de produção, podemos visualizar concentração de áreas com êxodo rural.

Figura 13 - Mapa de base produtiva do município de Amargosa/Ba – 2013



Fonte: CPRM, 2010; IBGE, 2010; Pesquisa de campo, 2013.
Elaborado por: Luis Henrique Couto Paixão e Vanuza Silva Souza, 2014.

Das várias formas de comercialização de produtos agropecuários, na região, a mais usual é a feira livre, realizada aos sábados no galpão da feira (sede do município), que serve como centro de convergência da produção regional, local onde se reúnem produtores, intermediários, caminhoneiros e outros agentes, além da população. A feira é mais do que um espaço de relações comerciais, Para Guerra (2010, p.1-19) a feira:

Constitui-se, efetivamente, em um espaço de sociabilidade e intercâmbio de saberes técnicos e de trocas de experiências de vida entre camponeses e cidadãos. O público é diverso, tanto do lado dos produtores, muitos deles com tradição familiar de muitas gerações no cultivo de lavouras brancas e extrativismo, e outros com formação técnica e militância socioambiental praticada em suas categorias profissionais e confissões religiosas.

Para ele, a sociabilidade que ocorre entre produtor e consumidor é um aspecto, mas ocorre antes disso a construção de uma solidariedade entre os produtores, baseado no princípio do contato direto com o consumidor.

Figura 14 - Feira municipal de Amargosa



Fonte: Fotos da autora, 2014.

O município de Amargosa vive uma situação diferenciada: abriga em sua área uma unidade de conservação de proteção integral dos recursos naturais: O

Projeto Timbó busca fomentar o turismo rural e ecológico na região de Amargosa. Uma parceria da prefeitura, Ministério do Meio-Ambiente e Ministério Público.

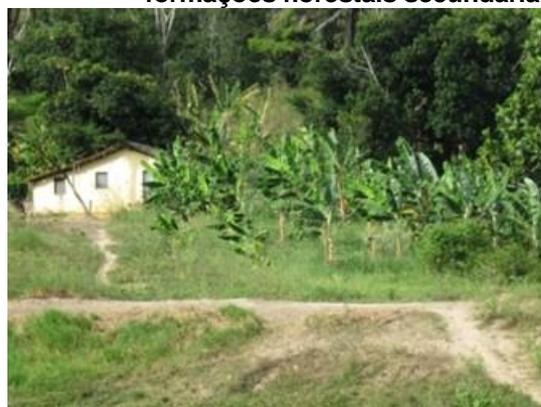
Vale destacar que o solo mais propício para a agricultura está situado na Unidade de Conservação APA, que tem sido estrategicamente um eficiente indicador de potencial para o desenvolvimento da atividade turística, em sintonia com a prioridade atribuída a este segmento econômico pelo governo da Bahia, desde o início da década de 1990, conforme o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), (WHITING, 2001).

Esses aspectos conferem ao município de Amargosa uma visibilidade e um alto grau de importância na conservação desses recursos, bem como grande responsabilidade no planejamento das atividades que devem reger a economia, ressaltando que a atenção maior deve ser às atividades voltadas a exploração dos recursos naturais, o que implica uma série de restrições ao uso da terra e na desapropriação. Pois deve necessariamente contribuir com a conservação de atributos naturais importantes.

Enfim, a diversidade produtiva, atualmente, no município de Amargosa tem uma estreita relação com a transição climática que caracteriza as condições naturais do município, que vai do úmido, sub úmido, árido e ao semiárido, propícia ao cultivo do café, cacau, banana, caju, mandioca e amendoim, desencadeando uma plataforma de possibilidades para o desenvolvimento no meio rural.

Os sistemas agroflorestais, são formas de uso ou manejo da terra, nos quais se combinam espécies arbóreas (frutíferas e/ou madeireiras) com cultivos agrícolas e/ou criação de animais, de forma simultânea ou em seqüência temporal e que promovem benefícios econômicos e ecológicos. Os sistemas

Figura 15 - Área com predomínio de formações florestais secundárias



Fonte: Foto da autora, 2014.

Figura 16 - Área com predomínio de caatinga



Fonte:Foto da autora, 2014.

agroflorestais ou agroflorestas apresentam como principais vantagens, frente a agricultura convencional, a fácil recuperação da fertilidade dos solos, o fornecimento de adubos verdes, o controle de ervas daninhas, entre outras coisas (CIFLORESTAS, 2014). Como se pode ver Figura 15, Amargosa identifica-se produção camponesa nesse sistema, embora conceitual e isto não seja mencionado.

Já agrocaatinga (Figura 16) é produção camponesa com características de combinação de pecuária, policultura de autoabastecimento, artesanato de tecidos, manufatura de farinha, comercialização de excedente (MARTINS,2012), é uma cultura de combinação de produtos de sequeiro de lavouras permanentes para autoconsumo.

Partindo-se para análise da realidade fundiária em Amargosa, indicada na tabela 5 observa-se que 93% dos produtores são proprietários de terra, 0,4% de ocupantes, 0,3% de arrendatários e apenas 0,05% de parceiros (ou meeiros). Este indicador é, a priori, um fator positivo, uma vez que representa uma maior facilidade aos proprietários de terras ao acesso ao crédito junto aos organismos financeiros.

Tabela 5 - Área dos estabelecimentos agropecuários por condição do produtor – Amargosa/Ba - 2010

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (ha)
Arrendatário - Masculino e Feminino	202
Ocupante - Masculino e Feminino	258
Parceiro - Masculino e Feminino	35
Proprietário - Masculino e Feminino	33.803
Condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas	63
Sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada	4.349
Proprietário individual	29.887

Fonte: SIDRA - IBGE: Agropecuário – 2010.

A Regularização Fundiária garante ao trabalhador rural, o acesso às políticas públicas dos governos estadual e federal.

Vale salientar que há uma diferença entre propriedade e posse de terra, grande parte dos agricultores familiares, embora se declarem proprietários da terra, muitos não possuem o título de propriedade. A titulação é feita mediante documento expedido pelo

Governo do Estado, transferindo do patrimônio público para o particular, as terras ocupadas e beneficiadas por agricultores, (Governo da Bahia-CDA, 2014).

A tabela 6 mostra o número de unidades familiares de Amargosa conforme situação fundiária no que tange à regularização.

Tabela 6 - Unidades familiares que possuem título de terra em Amargosa/Ba

ESTRATOS POR ÁREA (ha)	NÚMERO TOTAL DE UNIDADES	NÚMERO DE UNIDADES REGULARIZADAS	% REGULARIZADO
0 a 1	321	83	25,8
1 a 5	151	130	86
5 a 10	42	40	95,2
10 a 15	16	13	81,2
15 a 30	8	6	75
30 a mais	5	3	60
Total	543	275	50,64

Fonte: Governo da Bahia - CDA, 2014. Elaborado pela autora.

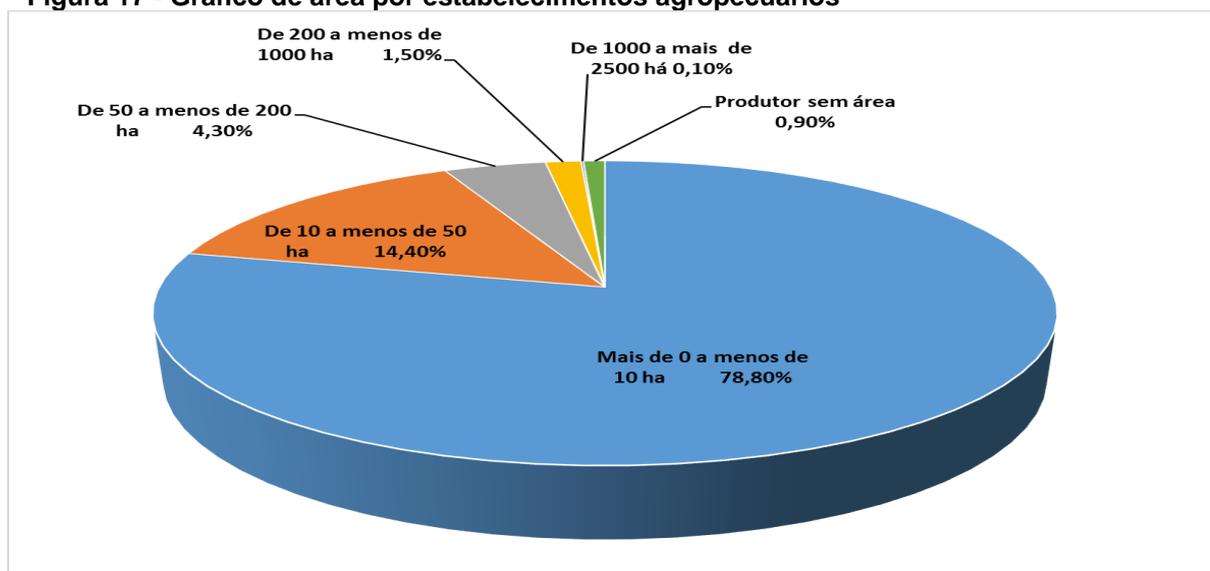
O total de processos de regularização fundiária com entrada na Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia – (CDA), 543, está concentrado no estrato de 0 a 1 ha, correspondendo a 58,1% do total de pedidos, o que significa alta minifundização, realidade que se estende a 99% dos pedidos de regularização. Além disso, todos os estabelecimentos regularizados e em processo de regularização junto à CDA estão abaixo do módulo fiscal do INCRA, coeficiente de viabilidade econômica, como mencionado anteriormente. Esta condição insere o tamanho minifúndio do estabelecimento como uma das características do agricultor familiar de Amargosa o que se constitui entrave ao desenvolvimento sócioeconômico do município, principalmente com o baixo padrão tecnológico existente.

No âmbito geral do estabelecimentos, mesmo com o pequeno número (495) de ocupantes, parceiros e arrendatários, observa-se que a estrutura fundiária, apresenta distribuição por estratos de propriedade (Figura 17) em que 78,80% dos estabelecimentos tem área com até menos de 10 ha; 14,40% com área de 10 a menos de 50 ha; 4,30% tem área de 50 a menos de 200 ha. O percentual de estabelecimentos com área de 200 a menos de 1000 ha é 1,50%; apenas 0,10% é o percentual de estabelecimentos com área de 1000 a mais de 2500 ha. Observa-se que 97,5% dos estabelecimentos estão nos limites do Módulo Fiscal, estabelecido pelo INCRA, dos quais apenas 4,3% estão no limite superior do estrato.

Nessas condições, a situação de minifundização põe em risco o potencial de autonomia dos agricultores familiares bem como sua inserção em grande parte das políticas públicas. Ainda existe uma dificuldade de acesso a créditos, em alguns organismos financeiros, pelos agricultores que não possuem o título da propriedade, o que agrava o problema em relação à regularização fundiária no município. Portanto, ainda conforme dados da Figura 17, observa-se que apenas 25,8% das unidades com menos de 1ha possuem títulos de terra; nas unidades com mais de 5 ha, enquanto no maior estrato, de mais de 30ha, 60% das unidades possuem título de terra.

A questão agrária se expressa, nessa estrutura, ao associarmos o perfil de baixa utilização de tecnologias compatíveis com os diferentes biomas do município. Perde-se potencial de desenvolvimento ecossocioeconômico enquanto as desigualdades são reproduzidas.

Figura 17 - Gráfico de área por estabelecimentos agropecuários



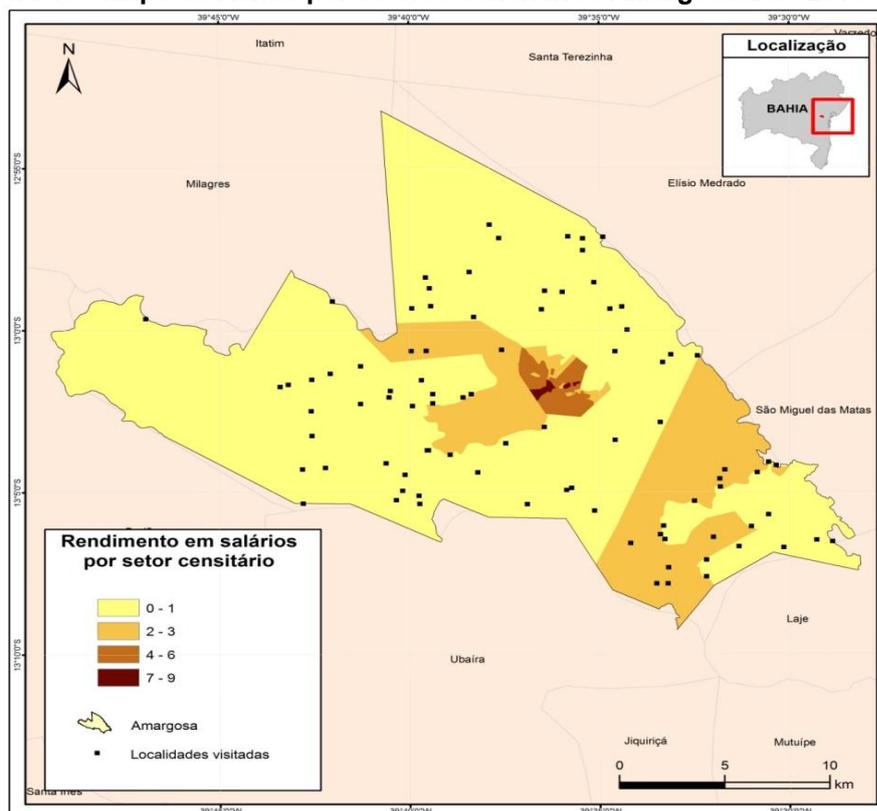
Fonte: SIDRA - IBGE, 2014. Elaborado pela autora.

Além disso, as desigualdades sociais, estão seguramente relacionadas ao baixo nível educacional, o que afeta negativamente vários fatores, especialmente o nível de renda da população. A taxa de analfabetismo da população do município com idade superior a 15 anos, ainda é relativamente alta, em torno de 20,7%, segundo dados do Ministério da Saúde, para o ano 2010. Uma observação importante é que as maiores taxas de analfabetismo estão concentradas na população rural. Expressa uma grande carência de investimento em programas de educação em comunidades rurais (MINISTÉRIO DA SAÚDE-DATASUS, 2010).

O mapa da figura 18 mostra que a renda per capita do município é baixa, e localiza a população com menor renda que coincide com a localização da população rural. Visualiza-se que os que tem renda de 0 a 1 salário mínimo compõe a grande maioria em setores rurais, em menor quantidade os que recebem de 2 a 3 salários mínimos; essa faixa de renda continua concentrada no rural do município. Observa-se também que a população com esta faixa de renda, está mais concentrada nas áreas de maior produção agropecuária e clima propício ao cultivo, mais especificamente em áreas de produção de cacau e café, produção mais comum dos médios e grandes produtores do município. Isto nos permite inferir que a população rural, mais especificamente os agricultores familiares de baixa renda não usufruem de políticas públicas. Esse resultado sugere que as políticas públicas não tem impacto substancial na redução das diferenças de renda entre as regiões. Políticas que visem reduzir a pobreza devem atuar nas desigualdades econômicas e, mais especificamente, nas áreas rurais.

A faixa que indica 4 a 6 salários mínimos encontra-se entre o circuito urbano e o rural do município, enquanto os que recebem de 6 a 9 salários mínimos estão estritamente na área urbana. Percebe-se que os agricultores familiares que vivem no campo, em sua grande maioria, estão na faixa da pobreza (Figura 18).

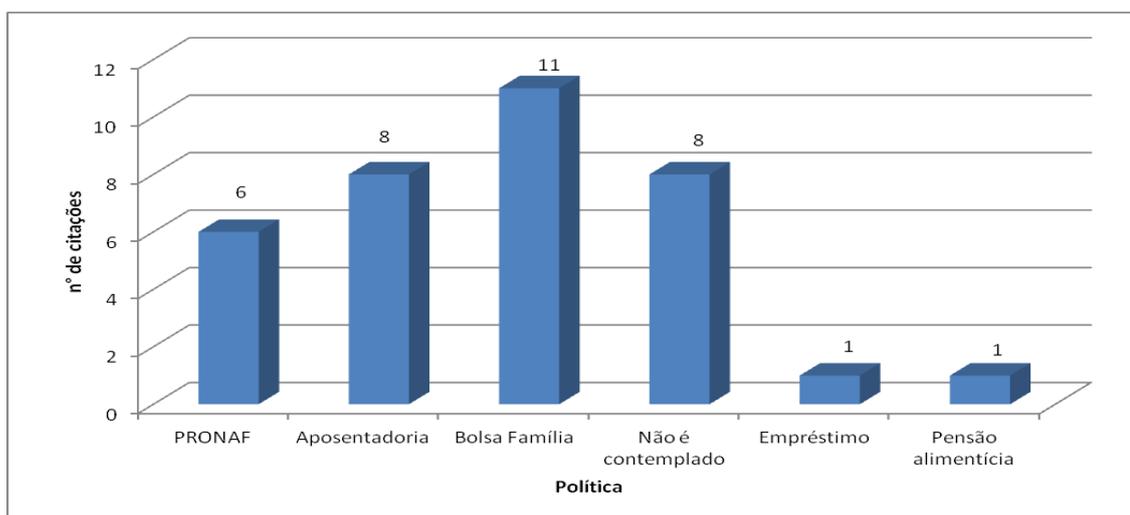
Figura 18 - Mapa de Renda por setores censitários Amargosa/Ba - 2010



Fonte: CPRM, 2010; IBGE, 2010. Elaborado por: Luis Henrique Couto Paixão, 2014.

Vale ressaltar a renda familiar é complementada pelos programas governamentais de assistência (bolsa família, bolsa escola, aposentadoria), como pode ser confirmado observando nos dados da pesquisa de campo (Figura 19).

Figura 19 - Política governamental que é contemplado



Fonte: Pesquisa de Campo

Com base nos aspectos socioculturais, econômicos e dos recursos naturais, destacam-se as culturas da banana, cana, mandioca, milho, que já são produzidas no município, mas que, no entanto, possuem produção baixa e média, se comparadas com outros municípios. Entretanto, desses produtos, podemos destacar como expressivas as produções de banana e mandioca, comparadas às do município de maior PIB no Território (Jaguaquara), (Tabela 7).

Tabela 7 - Quantidade produzida lavouras – Amargosa e Jaguaquara/Ba 2012

PRODUTO	AMARGOSA	JAGUAQUARA
Banana em cacho (t)	9.800	4.000
Coco-da-baía (mil frutos)	60	175
Laranja (t)	580	70
Maracujá (t)	600	8.400
Castanha de caju (t)	12	-
Cacau (em amêndoa) (t)	265	1.029
Café (em grão) Total (t)	56	1.007
Abacaxi (mil frutos)	100	45
Amendoim (em casca) (t)	16	4
Feijão (em grão) (t)	37	133
Mandioca (t)	23.800	8.400
Milho (em grão) (t)	20	70
Tomate (t)	60	4.440
Batata-doce (t)	42	-
Cana – de - açúcar (t)	8.360	-

Fonte: SIDRA - IBGE, 2014.

Na análise da estrutura econômica de Amargosa foi possível diagnosticar as condições econômicas básicas, aspecto em que constatamos que o município conta com estabelecimentos nas atividades comercial, industrial e de serviços. É importante destacar que a oferta de serviços públicos e privados é suficiente para a população do município, embora a população como um todo não acesse a esses serviços devido ao baixo rendimento per capita. Por outro lado, os serviços públicos não ofertados não geram número de emprego suficiente para melhorias de renda da população.

Na agricultura, a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA). Na Área comercial de Amargosa. Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), compõem a estrutura de atendimento aos rurícolas.

Na estrutura urbana do Município de Amargosa conta com um Posto de Atendimento da Previdência Social. No que se refere à segurança, Amargosa conta com a 2ª Companhia de Polícia Militar, 14ª Batalhão, e as Delegacias de Polícia Regional e Local. No Judiciário, o município é comarca de 3ª Entrância. O município de Amargosa também é sede de Diocese com o mesmo nome da cidade, criada em 10 de maio de 1941.

A atividade industrial é pequena, apresentando 04 (quatro) usinas de leite e 02 (duas) torrefações de café (Figura 25). A produção de café no município não é suficiente para abastecer essas indústrias, o que denota potencial de infraestrutura para crescimento econômico deste segmento. O município conta também com três agências bancárias: Banco do Brasil, Bradesco (Figura 26) e Caixa Econômica (Figura 27).

É ainda bem servido em serrarias e fábricas de móveis, ateliês de costura (Figura 22) serviços de farmácias (Figura 23), supermercados (Figura 21), mercado municipal da feira (Figura 20), olarias e casas de farinha com produção artesanal. Destaca-se a implantação no município de um pólo calçadista voltado para exportação, encontrando-se em funcionamento a primeira unidade fabril, responsável por cerca de 2,5% da população empregada do município. A principal matéria prima explorada é o couro beneficiado, este, importado do sul do país, o município não fornece matéria prima local para esta indústria. Esse é um fator precedente a uma crítica que merece importante destaque, no sentido que, com a implantação da indústria calçadista, embora tenha reduzido a situação de desemprego de parte da população, essa, não é favorável ao desenvolvimento do

município. Esta afirmação decorre da constatação de que para a sua instalação contou com alta isenção de impostos. Esse pólo calçadista não é considerado um setor importante para o desenvolvimento local, visto que, não traz contribuição tributária para o município, a matéria prima utilizada para fabricação dos calçados é importada (Figura 24) (PMA, 2014).

Figura 20 - Mercado Municipal de Amargosa



Fonte: Foto da autora

Figura 21 - Supermercado



Fonte: Foto da autora

Figura 22 - Ateliê de Costura



Fonte: Foto da autora

Figura 23 - Farmácia



Fonte: Foto da autora

Figura 24 - Fábrica de Calçados



Fonte: Foto da autora

Figura 25 - Torrefação



Fonte: Foto da autora

Figura 26 - Banco Bradesco

Fonte: Foto da autora

Figura 27 - Banco CAIXA.

Fonte: Foto da autora

Amargosa sedia um dos campi da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com oferta de cursos em licenciatura. Existem escolas estaduais e municipais inclusive na zona rural, algumas encontram-se em condições precárias de instalação, na zona rural do município, encontram-se escolas até o 5º ano do fundamental, (Figura 29). O índice de evasão nesse nível escolar foi reduzido com o programa Bolsa Escola, visto que, a manutenção do recebimento com regularidade é vinculado à comprovação da frequência do aluno na escola (PMA, 2012).

É sede também do Centro Territorial de Educação Profissional (CETEP) (Figura 28), que oferece os cursos de enfermagem, agroindústria, agropecuária, etc. Possui uma base laboratorial bem estruturada para os cursos: laboratório de enfermagem, despoldadeira de café, laticínio e uma área em torno de 54 ha para produção agropecuária. Quase toda estrutura que a escola dispõe encontra-se ociosa. Devido a falta de professores

Figura 28 - CETEP

Fonte: Foto da autora.

Figura 29 - Escola Municipal Rural

Fonte: Foto da autora.

da área técnica, as aulas práticas ficam deficientes, ainda não existe uma política séria, nem uma legislação específica que implante concursos para contratação de professores técnicos.

Em termos das condições sociais relativas à oferta dos seguintes serviços de transporte rural, coleta de lixo, serviço odontológico e creche, o município conta com Posto de Saúde da Família (PSF) nos bairros e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Os serviços de saúde, entretanto, não supre as necessidades da área de saúde, que passa por sérias dificuldades devido à desativação do centro cirúrgico pela vigilância sanitária, do único Hospital municipal.

É possível afirmar que, dentre as características socioeconômicas de Amargosa, registra-se propensão à cooperação em diferentes segmentos da população, como exemplo da casa de farinha comunitária (Figura 30 e 32), associação de moradores das comunidades rurais, que reúnem-se para levantar demandas das comunidades e posteriormente, levar essas demandas aos órgãos competentes a serem resolvidas, essa iniciativa tem objetivo de descentralizar o trabalho do STTR. As reuniões são realizadas em espaços da comunidade e registradas através de ata. A associação de mulheres da cantina, (Figura 31), foi uma iniciativa do sindicato, inicialmente, direcionado a jovens rurais, visando desenvolver atividades, para obter lucro. No entanto, não houve adesão dos jovens da comunidade e foi dada continuidade as atividades que resultou na associação mulheres que produzem lanches e fornecem para cantina da UFRB. Hoje, as mulheres associadas tem nesta atividade um meio de sobrevivência.

O viveiros e hortas comunitárias (Figuras 33,34,35), são ações da prefeitura junto a Secretaria de Agricultura, que disponibilizou lotes de terras em bairros periurbano e de baixa renda, com objetivo de proporcionar uma atividade e renda extra a famílias e jovens em situação de vulnerabilidade social. Além do consumo próprio, os produtos são vendidos na feira e em outros bairros do município. Há também importantes trabalhos na tentativa de recuperar pessoas dependentes de drogas, promovendo palestras, reuniões e dia de campo, são iniciativas de igrejas católicas e evangélicas para comunidades rurais, a igreja católica desenvolve também nas comunidades trabalhos da Pastoral da criança, orientando as mães com cuidados na alimentação das crianças recém-nascidas, promovem cursos de aproveitamento de alimentos reguladores, que evitam desnutrição e promovem segurança alimentar, levam donativos e fazem distribuição às famílias mais carentes.

Figura 30 - Casa de Farinha de Corta-Mão



Fonte: Foto da autora.

Figura 31 - Cantina de alternativa de Corta-Mão



Fonte: Foto da autora.

Figura 32 - Casa de Farinha Comunitária da Barra e Bambu



Fonte: Foto da autora.

Figura 33 - Viveiro comunitário



Fonte: Foto da autora.

Figura 34: Horta comunitária



Fonte: Foto da autora

Figura 35: Horta Comunitária em perímetro urbano



Fonte: Foto da autora

Da maior parte dos principais serviços públicos, o município é sede regional. Além dos já mencionados CETEP, UFRB, encontra-se também a Diretoria Regional de Educação (DIREC), a Diretoria Regional de Saúde (DIRES), Cartório eleitoral, Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), Frigorífico de Amargosa (FRIGAMAR), Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário (EBDA) (Figura 36). Portanto, Amargosa sedia um importante eixo de serviços, que atendem num raio considerável, pessoas de outros municípios que se deslocam até lá em busca de serviços.

Figura 36 - EBDA



Fonte: Foto da autora

3.3 AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DE AMARGOSA

Para situar a agricultura familiar em Amargosa, no âmbito de três tipologias nacionais elaboramos o Quadro 2, quadro das tipologias da agricultura familiar relacionando as características que correspondem a agricultura familiar em Amargosa/Ba onde assinalamos as características que são coincidentes.

Quadro 2 - Quadro das tipologias da agricultura familiar relacionando as características que correspondem a agricultura familiar em Amargosa/Ba

CARACTERÍSTICAS CENTRAIS SEGUNDO FAO/INCRA	CARACTERÍSTICAS QUE DIFERENCIAM DA AGRICULTURA PATRONAL FAO/INCRA	CARACTERÍSTICAS SEGUNDO A LEI 11.326/2006	CARACTERÍSTICAS DA AF EM AMARGOSA
		I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;	X
		II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;	X
•Trabalho assalariado complementar	• A maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família;	III-tenha renda familiar predominantemente originada de atividade econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimentos;	X
•Direção do processo produtivo diretamente assegurada pelos proprietários ou arrendatários •Trabalho e gestão intimamente relacionados	• A gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento	IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.	X
• Ênfase na diversificação			X
• Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida			X
• Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo			X

	<p>• A propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva;</p>		X
		<p>§ 1o O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.</p> <p>§ 2o São também beneficiários desta Lei:</p> <p>I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;</p> <p>II - agricultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;</p> <p>III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;</p> <p>IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.</p> <p>V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; <u>(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011)</u></p> <p>VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. <u>(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011)</u>.</p>	

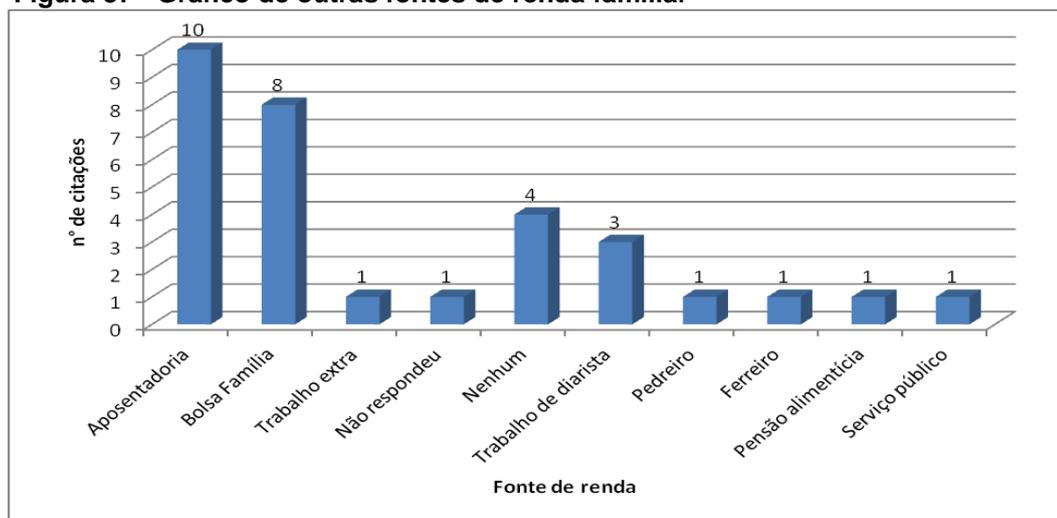
Fonte: BRASIL,2006, FAO/INCRA,1995.

A característica contida na Lei 11.326/ 2006 considera que a renda familiar deve ser predominantemente vinculada ao próprio estabelecimento ou empreendimento, o que abre espaço para contemplar a pluriatividade que para alguns especialistas, é parte de uma estratégia de desenvolvimento rural, que tende a fortalecer as formas de reprodução social e econômica dos agricultores. A importância das atividades não agrícolas em áreas rurais é definida por autores como (CARNEIRO, 2012, GRAZIANO DA SILVA, 1999, NASCIMENTO, 2005).

A pluriatividade, não pode ser considerada um recurso passageiro, esse recurso tem sido usado pelos autores para explicar a diversificação do trabalho.

A pluriatividade refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. A emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não agrícolas. A pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estas estão inseridas. Objetivamente, a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura (SCHNEIDER, 2004, p. 79).

Antes mesmo de relacionar a pluriatividade à agricultura familiar em Amargosa, é importante destacar que a organização pluriativa do mundo rural está em sua constituição histórica (ALENCAR, 2003) e que a ênfase que se dá contemporaneamente é resultado de uma nova perspectiva teórica (CARNEIRO, 2012; ALENCAR, 2003). Podemos agora observar com clareza o verdadeiro sentido de pluriatividade se observarmos a Figura 37, em que a própria pesquisa de campo nos mostra que várias outras rendas contribuem para custear as despesas da família do agricultor. Dentre as citadas pela pesquisa estão aposentadoria, com maior importância, depois o bolsa família, podemos observar que há famílias que não dispõem de outra fonte de renda, poucos recebem pensão alimentícia, enquanto outros realizam trabalhos de diarista, pedreiro, ferreiro e até servidor público para complementar a renda familiar.

Figura 37 - Gráfico de outras fontes de renda familiar

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado pela autora.

É importante distinguir pluriatividade de diversificação produtiva, a qual, para Wanderley (1997), pode ser considerada uma condição indispensável à sobrevivência e à competitividade dos territórios rurais, na medida em que garante a biodiversidade, promove o mercado de trabalho mantendo a população, cria riqueza por meio de novas oportunidades de negócio e gera dinâmicas em torno de agentes de desenvolvimento local.

A diversificação se torna uma estratégia para se ter uma renda mensal, já que o produtor se produzir só uma cultura pode ocorrer a perda devido a incidências de pragas, climas e até as condições do mercado.

Segundo Secretário Nacional da Agricultura Familiar Valter Bianchini, em entrevista ele declara que “a maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros vem das pequenas propriedades. O setor é responsável por 60% da produção de alimentos básicos da dieta dos brasileiros, como: feijão, arroz, mandioca, milho e hortaliças”, etc. A importância desse setor para a sociedade é um fator indiscutível, segundo a Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário(MDA, 2007) (Tabela 8).

Tabela 8 - Participação da agricultura familiar na produção de alimentos- 2006

ALIMENTOS DA AGRICULTURA CONSUMIDOS PELA POPULAÇÃO BRASILEIRA (%)	VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (%)
60	40

Fonte: MDA, 2006. Elaboração: Vanuza Silva Souza

A agricultura familiar em Amargosa tem uma característica muito importante, que é a multifuncionalidade pela diversidade de ações junto com a terra e as diferentes espécies que produzem em sistemas de plantio diferenciado, que tem a resposta na preservação dos recursos naturais. Quanto a questão econômica, segundo o secretário de Agricultura do município Antonio Mauricio Marques de Andrade: “existe uma grande oferta de produtos no município, mas pouco valor agregado, é preciso uma organização, para que se articule para decidir o que produzir e quanto produzir”.

Analisando os produtos mais importantes para economia local, como mostra a tabela 9 enfatiza-se 10 culturas que foram registradas no município, conforme dados do IBGE (2012) em termos de área plantada. Embora a cana de açúcar ocupe uma superfície maior cultivada, são a mandioca, amendoim, feijão e milho que tem maior peso econômico para a pequena produção; isso se explica porque, no caso de Amargosa, produtos que tem forte tendência para o sistema de monocultura, como a cana de açúcar, não favorecem o desenvolvimento dos agricultores familiares.

Tabela 9 - Área plantada (hectares) produção a lavoura temporária Amargosa/Ba-2000-2012

LAVOURA TEMPORÁRIA	ANO								
	2000	2002	2004	2006	2008	2009	2010	2011	2012
Abacaxi	10	20	18	10	11	10	8	5	5
Amendoim (em casca)	10	35	43	60	40	35	32	38	22
Batata-doce	-	-	-	20	10	8	10	10	6
Cana-de- açúcar	60	300	320	400	410	200	210	240	220
Feijão (em grão)	18	70	75	140	70	51	40	40	55
Fumo (em folha)	80	10	-	30	-	-	-	-	-
Mandioca	1.900	2.100	2.100	3.000	2.900	2.300	2.100	1.900	1.700
Milho (em grão)	30	30	45	48	15	13	13	15	20
Tomate	20	-	-	-	-	5	-	5	3

Fonte: SIDRA - IBGE - Produção Agrícola Municipal. Elaborado pelo autor.

O município de Amargosa traz em seu aspecto econômico uma dinâmica profundamente ligada à agricultura familiar. Considerando-se que 78,8% do total de estabelecimentos rurais no município são caracterizado por mão-de-obra estritamente familiar, os demais 21% dos estabelecimentos complementam suas atividades com outros tipos de mão-de-obra. Na tabela 10, verifica-se que este segmento é responsável por grande maioria da oferta de ocupações dos trabalhadores na agropecuária.

Tabela 10: Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (unidades) por tipo de mão-de-obra – FAO- Amargosa/Ba-2006

TIPO DE MÃO-DE-OBRA	Nº DE ESTABELECEMENTOS
Só mão-de-obra familiar	1.541
Mão-de-obra familiar e empregado temporário	343
Mão-de-obra familiar, empregado temporário e empregado permanente	42
Mão-de-obra familiar e serviço de empreitada	2
Mão-de-obra familiar e demais combinações	28
Total	1.956

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário. Elaborado pelo autor.

Destacamos, ainda na caracterização da agricultura familiar em Amargosa um fator importante é a transição climática que abrange o município e proporciona condições para o desenvolvimento de grande variedade de culturas como mandioca, milho, feijão, banana, cacau, café. Existe também grande potencial para o desenvolvimento de fruticultura, com o aproveitamento do potencial hídrico favorecido pelo clima úmido, mas ainda pouco explorada é vista como importante alternativa de renda para os pequenos agricultores.

Analisando os rendimentos dos principais produtos agrícolas da região tabela 11, pode-se constatar que não houve significativos ganhos em produtividade ao longo de pouco mais de uma década, Observa-se um expressivo aumento de produção na lavoura de feijão de pouco mais que o triplo, entre os anos de 2000 e 2002. Segundo o Departamento de Estudos Socio-econômicos Rurais (DESER) “O mercado de feijão, antes de tudo, é uma “gangorra por excelência” depois de uma fase de elevadíssimos preços há uma forte tendência ao aumento da produção, e ainda segundo o DESER: “Um dos principais fatos que marcam o mercado de feijão

nos últimos anos (safras) foi o aumento do consumo, desde a safra 1999/00, portanto a última do século XX, o consumo de feijão no Brasil aumentou em 350 mil toneladas”. Desde a safra 2002/03, a primeira da atual gerência do Estado, a demanda aumentou em 270 mil toneladas” (DESER, 2008). O feijão, assim como as demais lavouras, mantém-se um rendimento equilibrado de produção com uma leve queda nos últimos dois anos.

Tabela 11 - Rendimento médio da lavoura temporária de Amargosa/Ba- 2000-2012

LAVOURA TEMPORÁRIA	ANO							
	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2011	2012
Abacaxi *	10.000	16.000	15.000	29.000	27.000	20.000	18.000	20.000
Amendoim (em casca)	1.000	1.000	906	916	900	1.000	895	727
Batata-doce	-	-	-	20.000	8.000	8.000	8.000	7.000
Cana-de-açúcar	35.016	70.000	65.000	80.000	60.000	40.000	40.000	38.000
Feijão (em grão)	388	1.042	893	900	900	775	775	673
Fumo (em folha)	500	500	-	600	-	-	-	-
Mandioca	15.000	15.000	15.000	16.000	16.000	15.000	15.000	14.000
Milho (em grão)	433	1.200	1.000	1.000	1.000	923	933	1.000
Tomate	22.000	-	-	-	-	-	29.000	20.000

*Quilogramas por Hectare

** Frutos por Hectare

Fonte: SIDRA - IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2014. Elaborado pela autora.

Como mencionamos anteriormente, é possível ver que, a atividade agrícola não é a única atividade desenvolvida pelos AF de Amargosa para compor a renda e obter recursos suficientes com a finalidade de garantir a sobrevivência e reprodução da organização produtiva, o que os caracterizam como pluriativos. Devido a diversidade de clima e sua posição numa área de transição entre dois importantes biomas; mata atlântica e caatinga, encontramos essa característica bastante explícita no município que é possível perceber nos diferentes sistemas de plantio, onde é comum encontrarmos o cultivo em sistema agroflorestal nas áreas com predominância de florestas secundárias, enquanto o sistema de plantio consorciado de lavouras temporárias é muito frequente em regiões com predomínio de formação

de caatinga (Figuras 38 e 39). Analisando sua produção agropecuária é possível pontuar algumas características marcantes. Em sua maioria os agricultores familiares combinam:

- Produtos agrícolas de sequeiro (milho, feijão, mandioca, abóbora) em sistema de plantio consorciado (Figura 39).
- Animais de pequeno porte, como economia familiar e para próprio consumo.
- Sistema de policultivo de lavouras temporárias.
- Pomares domésticos com cultivo de frutas diversificadas, para consumo da família, dos animais.
- Aquisição de renda pela comercialização dos excedentes na feira, comércio, atravessadores e venda da força de trabalho.
- Cultivo do cacau em sistema agroflorestais em regiões com predomínio de formações florestais secundárias (Figura 38).

Figura 38 - Sistema de cultivo agroflorestal (banana e cacau)



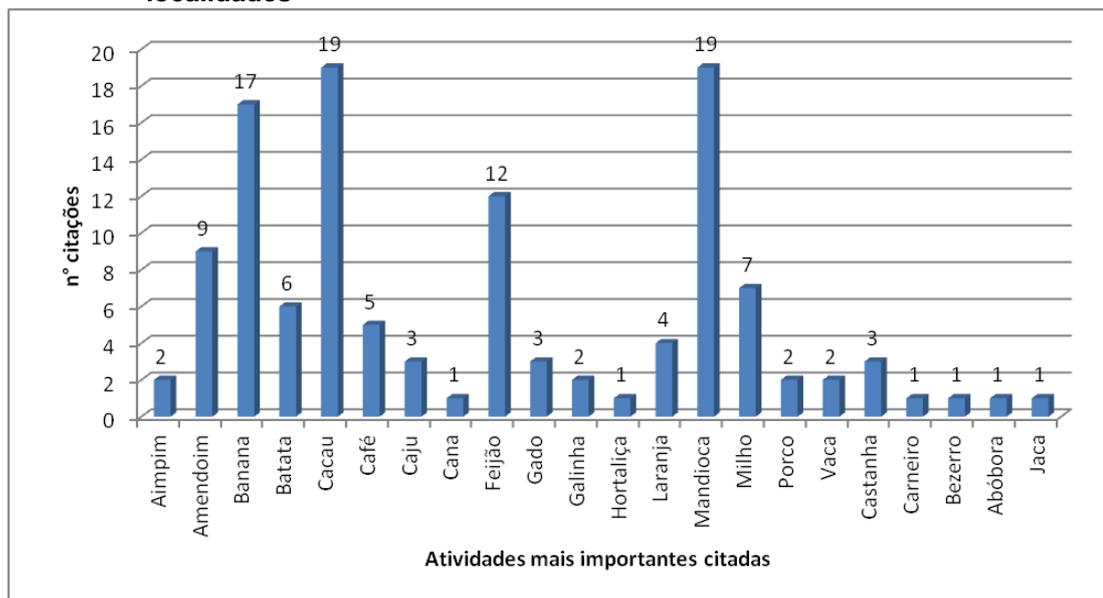
Fonte: Foto da autora

Figura 39 - Sistema de plantio consorciado (milho e abóbora)



Fonte: Foto da autora

Figura 40 - Produtos considerados mais importantes pelos agricultores familiares nas localidades

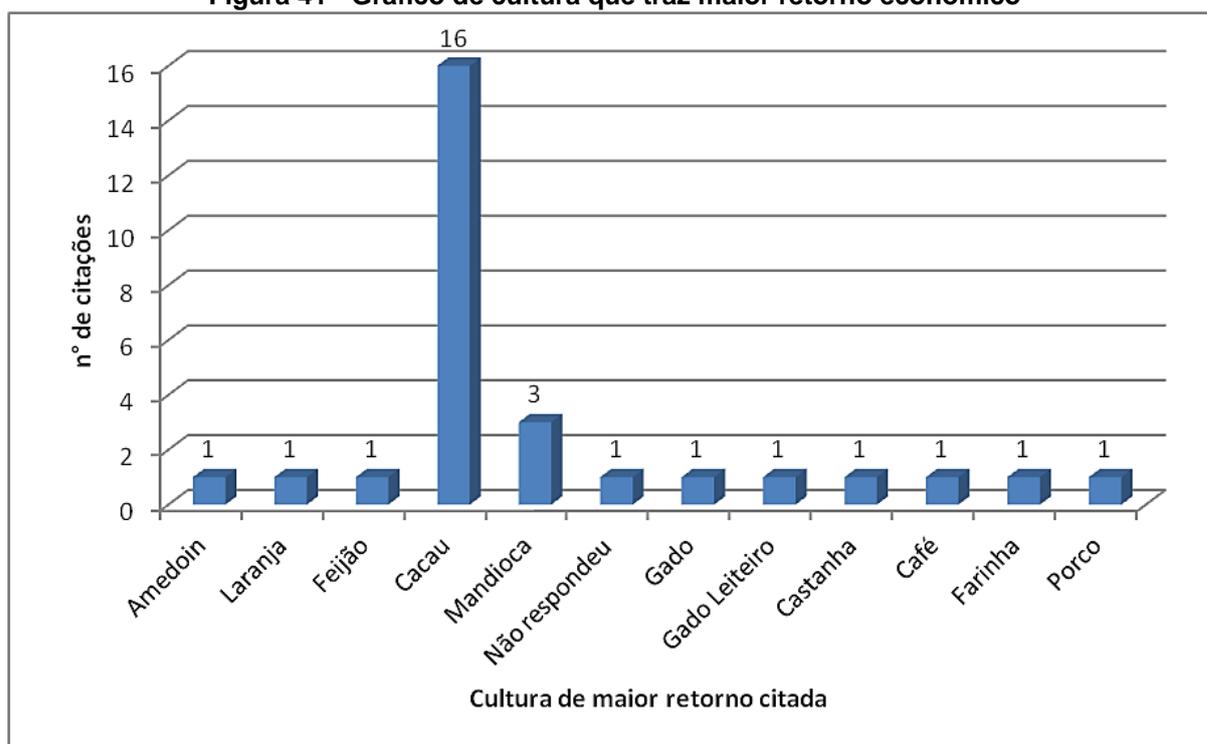


Fonte: Pesquisa de Campo.

Na diversificada produção agropecuária os agricultores familiares apontaram a produção agrícola como mais importante, destacando os principais produtos cultivados (Figura 40). A mandioca e o cacau são os mais cultivados, a banana é o segundo produto mais cultivado e o feijão o terceiro. O cacau tem uma grande importância econômica para os agricultores familiares, pois é uma cultura que traz grande retorno econômico financeiro. Contudo, enquanto o cultivo do cacau requer menor investimento técnico e tecnológico e utiliza mão-de-obra intensiva há necessidade de controle rigoroso da praga da vassoura de bruxa que assola essa cultura.

O pequeno agricultor dispõe de mão-de-obra familiar sem custo monetarizado, enquanto o agricultor capitalista tem desembolso para cobrir o custo de mão-de-obra e insumos. Segundo o técnico da EBDa entrevistado durante a pesquisa, isto explicaria o fato de que, o cultivo do cacau deixou de ser restrito a produtores capitalistas no município, tornando-se uma cultura “pulverizada” em quase toda área rural, sendo a responsável pelo maior retorno econômico. Quanto ao cultivo da mandioca, apesar de representar uma cultura adaptável em quase toda região, exige intensa mão-de-obra, a produção é intensa, porém o retorno econômico é baixo, comparado ao cacau, conforme os agricultores entrevistados (Figura 41).

Figura 41 - Gráfico de cultura que traz maior retorno econômico



Fonte: Pesquisa de Campo

Analisando a tabela 12, é possível identificar que mantém-se uma produtividade média ao longo dos anos para as lavouras permanentes. Observa-se que a lavoura que representa maior produtividade de maracujá, embora tenha havido expressiva redução se comparado o ano 2000 e 2012. Também produz alta quantidade de banana e laranja, essas lavouras apresentam leves oscilações na produtividade entre os doze anos representados. Os demais produtos como café, cacau e coco apresentam pouca evolução, mantendo-se uma produção equilibrada durante os doze anos. Enquanto da castanha de caju houve uma queda de produção nos últimos seis anos. Uma observação importante, com relação a produção da lavoura de maracujá é produto de maior destaque na lavoura permanente, embora não tenha sido citado como produto dos mais cultivados entre agricultores familiares.

Tabela 12 - Rendimento médio* da produção da lavoura permanente de Amargosa/Ba- 2000-2012

LAVOURA PERMANENTE	ANO								
	2000	2002	2004	2006	2008	2009	2010	2011	2012
Banana (cacho)	1.455	13.000	13.500	14.500	15.000	15.000	15.000	15.000	14.000
Cacau (em amêndoa)	453	600	600	520	563	558	540	540	510
Café (em grão)	800	900	900	847	800	840	839	839	800
Café (em grão) Arábica	-	-	-	-	-	-	-	-	800
Castanha de caju	-	1.500	796	400	250	300	333	333	200
Coco-da-baía**	-	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	5.000	5.000	4.000
Laranja	55.500	20.000	19.000	15.000	15.000	15.000	15.000	14.444	14.500
Limão	-	14.000	15.000	13.000	18.000	-	-	-	-
Mamão	-	10.000	10.000	10.000	10.000	-	-	-	-
Maracujá	58.333	15.000	14.000	20.000	18.000	18.000	18.000	18.000	15.000

* Quilogramas por Hectare

** Frutos por Hectare

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Elaborado pelo autor.

Já com relação á análise da produção pecuária no município, Amargosa contava com um efetivo de rebanhos de 51.408 reses para o ano de 2012. A maior produção de rebanhos é de bovinos comparados aos outros rebanhos, nos três primeiros anos apresentados na tabela 13, observa-se que houve um aumento na produção de bovinos, seguido de uma redução e oscilações nos anos seguintes. Na produção de galinhas, houve uma pequena queda para o ano de 2004, mantendo-se um equilíbrio na produção nos anos seguintes.

Tabela 13 - Efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho – Amargosa/Ba – 2000-2012

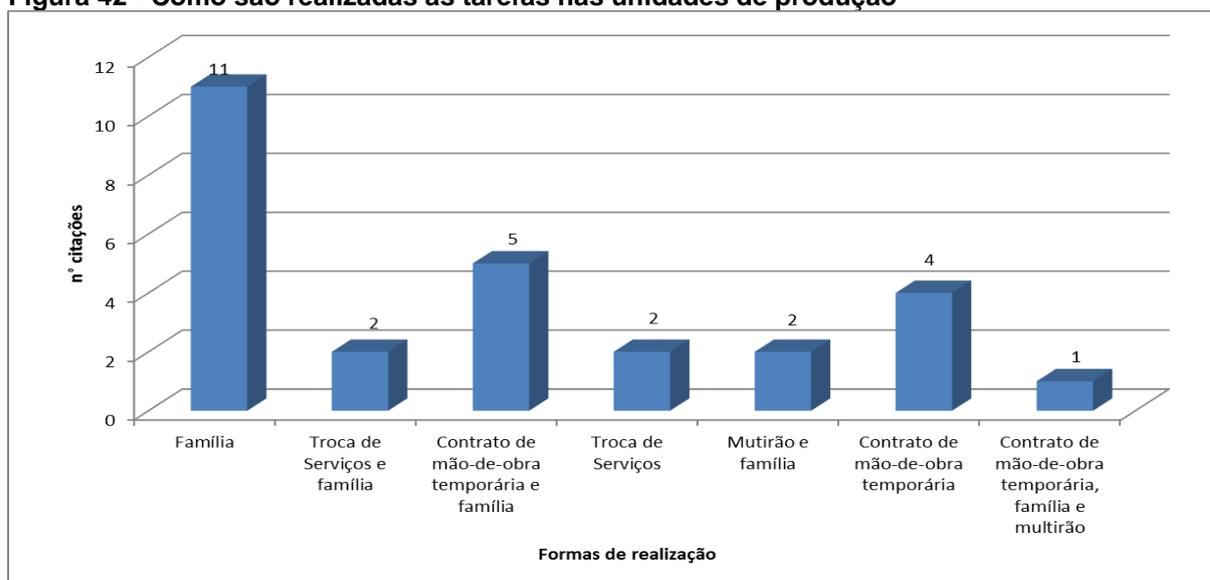
TIPO DE REBANHO	ANO								
	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2011	2012	
Bovino	38.070	39.084	41.640	27.072	23.750	28.338	24.993	25.652	
Equino	1.010	1.062	1.160	1.242	1.290	1.367	1.406	1.448	
Asinino	730	700	630	600	520	540	529	518	
Muar	1.075	1.105	1.130	1.210	1.980	1.925	1.963	2.002	
Suíno	2.433	2.505	2.595	3.868	3.610	3.898	3.223	3.302	
Caprino	690	750	850	900	985	1.090	1.057	1.093	
Ovino	-	-	-	162	190	215	227	237	
Galos, frangas, frangos e pintos	5.680	5.443	5.800	5.450	5.180	5.128	4.960	4.910	
Galinhas	17.870	17.437	15.910	15.185	13.970	12.820	12.100	12.246	

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Elaborado pelo autor.

Na realização das atividades, predomina a mão-de-obra familiar, como pode ser visto na figura 42. Para algumas atividades que sobrecarregam o grupo familiar

é contratada mão de obra temporária. É comum também a troca de serviço e mutirão, sistema muito utilizado entre famílias rurais no município. Nas entrevistas durante a pesquisa de campo, os agricultores entrevistados afirmaram que não há possibilidade, ou não é viável economicamente o contrato de mão-de-obra permanente, pois a renda da produção é pequena. O mutirão é uma alternativa que pode beneficiar a todos, se houver uma cooperação solidária entre as famílias.

Figura 42 - Como são realizadas as tarefas nas unidades de produção



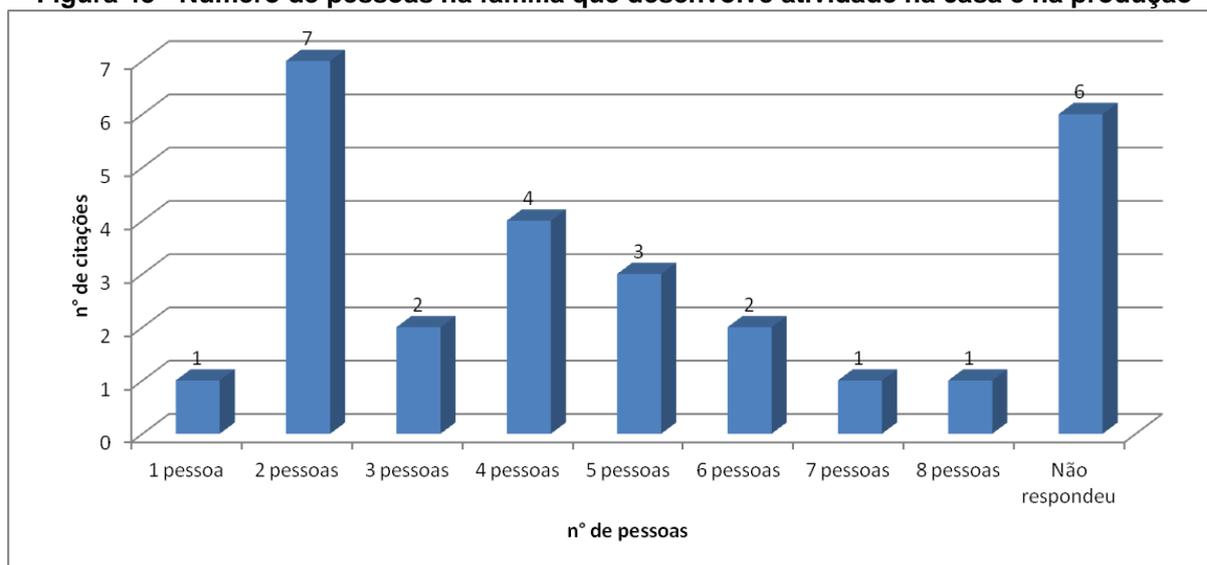
Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado pelo autor.

Chamamos a atenção para o fato de que 4 entre os 26 produtores que participaram da reunião do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, declararam que as tarefas na unidade de produção são executadas por mão-de-obra contratada temporariamente. Isto decorre da existência de produtores sindicalizados que não moram na unidade de produção. Esta situação sugere que é necessário estudar detalhadamente o perfil dos portadores de Declaração Aptidão ao Pronaf (DAP), tendo em vista que genericamente, os agricultores sindicalizados atenderiam aos critérios daquela declaração, entretanto estes 4 agricultores não atendem aos requisitos básicos de trabalho com mão-de-obra familiar. E que existe um total de 2.623 agricultores familiares com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) no município.

Outro fato importante que deve ser observado é que na organização do trabalho familiar, na maioria das famílias entrevistadas (Figura 43), as atividades no campo são divididas entre duas pessoas, na maioria das vezes pai e filho. Nas

famílias com maior número de filhos do sexo masculino, mais de dois homens realizam as atividades na lavoura. As mulheres assumem os trabalhos da casa, embora, quando a demanda de trabalho no campo é grande, toda família realiza todas as atividades priorizando as tarefas no campo.

Figura 43 - Número de pessoas na família que desenvolve atividade na casa e na produção



Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pelo autor.

Uma característica surpreendente na organização do trabalho familiar nas unidades produtivas em Amargosa é a participação eficaz das mulheres na agricultura familiar. Nas entrevistas de campo, identificamos diversas unidades familiares em que a mulher assume papel principal na gestão das atividades, na tomada de decisões, nas organizações comunitárias e nas frentes de reivindicações políticas (Figuras 44 e 45).

Figura 44 - Reunião com agricultores e agricultoras familiares para decisões políticas



Fonte: Foto da autora.

Figura 45 - Caminhada de reivindicação política



Fonte: Foto da autora.

Em alguns casos, as mulheres são solteiras, proprietárias da terra, outras vivem separadas com os filhos. O fato é que as mulheres tem participação expressiva neste segmento. É importante a participação das mulheres nas atividades. A igualdade de gênero é uma característica marcante entre este segmento no município.

O pensamento da sociedade entende que o pai de família é responsável por participar e decidir sobre todos os processos do trabalho. Na falta do pai, o filho ou qualquer outro membro da família, sendo maior de idade e do sexo masculino. Essa ideologia centralizada no pai ou no homem difere da realidade vivida por muitas famílias brasileiras, onde a mulher chefia todo o processo de produção.

Esses valores refletem na cultura de que a mulher é responsável pelo trabalho da casa, onde o homem não ajuda, ficando por conta dele apenas o trabalho no campo. Em muitas partes do Brasil a realidade é diferente, a mulher além de fazer os serviços de casa, ainda ajuda na lavoura.

O fato das mulheres trabalhadoras desenvolverem atividades em duas esferas simultâneas - a doméstica e produtiva – de forma mais intensa que o homem, faz com que ela se tornem mais versátil, com mais alternativas de realização da sua identidade como mulher, que não se identifica com a de ser produtivo. Sua capacidade de auto percepção como força de trabalho e de percepção do seu marido e dos companheiros as conduz ao momento da crítica e da busca de superação da exploração, através da busca de seus direitos, de maneira mais forte e persistente do que os homens trabalhadores (NORONHA, 1986, p.22).

Renata Leite coordenadora-geral de Organização Produtiva e Comercialização da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário também acredita nesta tese:

A produção das mulheres na agricultura nem sempre é reconhecida como resultado do seu trabalho, sendo muitas vezes considerada como mera 'ajuda' ao trabalho realizado pelos homens. Nos últimos anos, o Brasil vem adotando estratégia para ampliar e fortalecer a participação econômica das trabalhadoras rurais, por meio da garantia de acesso aos recursos produtivos, da sua participação social e da promoção da cidadania" (MDA, 2014).

Muitas participações de mulheres na agricultura familiar não têm remuneração e não são reconhecidas como produtoras agrícolas. Segundo dados do PNAD no de 1997 as mulheres ocupadas nesta atividade representavam 20,1% da população economicamente ativa feminina. Desse total, 39% estão classificadas como trabalhadoras não-remuneradas e 41,8% como trabalhadoras na produção para o próprio consumo. Ou seja, 81% das mulheres envolvidas em atividades agrícolas não recebem nenhum tipo de compensação financeira pelo seu trabalho. Se fizermos a comparação, 20% da população feminina é classificada como não-remuneradas e os homens na mesma classificação apenas 0,09%.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006 cerca de 12,3 milhões de pessoas trabalham com agricultura familiar, destas 4,1 milhões são mulheres, o que corresponde a 1/3 dos agricultores. Em estabelecimentos dirigidos por mulheres são mais de 600 mil, ou seja, 13,7%.

Já são desenvolvidas políticas que reconhecem a importância da participação das mulheres na agricultura familiar, o Pronaf-Mulher, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNTDR), Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), entre outros.

Segundo pesquisas da Conab, o número de políticas públicas concedidas para mulheres é cada vez maior, nos últimos três anos a presença das mulheres no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que passou de 11,5 mil em 2009 para 39,3 mil no ano passado, representando um crescimento de 240%.

No PAA, a remuneração feminina é superior. Na modalidade de Doação Simultânea as mulheres recebem em média R\$ 4.211, enquanto que a média geral do programa em todo o País é de R\$ 4.152, embora ainda sejam incipientes as

políticas específicas para as mulheres agricultoras familiares. Há um espaço muito grande a ser ocupado pelas mulheres, no que tange ao reconhecimento social da importância da seu papel nesse setor.

3.3.1 Aspectos Da Comercialização

A produção econômica se realiza com demanda efetiva no circuito da comercialização. Em Amargosa, a feira livre é o espaço de comercialização mais importante.

As feiras livres podem ser consideradas a expressão de um complexo de relações sociais e econômicas que ocorre dentro de um determinado espaço público. Ela apresenta uma relevância irrefutável principalmente no nordeste brasileiro por ser a única fonte de renda de inúmeras famílias que por fatores diversos, não conseguiram se inserir no mercado de trabalho via empregos, sendo a feira livre, em seu rico complexo de atividades uma das poucas alternativas de sobrevivência.(SANTOS; FERREIRA; SANTOS, 2014, p.4)

Dinamizar a comercialização dos produtos da agricultura familiar implica em potencializar a feira livre, mas também superar entraves que dificultam o acesso aos mercados, melhorar a infraestrutura produtiva, criar oportunidade de acesso ao crédito e à assistência técnica e à extensão rural de qualidade, integrar cadeias produtivas além de promover ações que são importantes como, capacitar e organizar os produtores, qualificar os produtos desde que efetivamente vise melhorar a renda e qualidade de vida dos agricultores familiares.

Essa organização requer investimento em assistência técnica e recursos para intensificar a produção e fortalecer a base da economia local com apoio técnico e organização em cooperação.

Além da feira livre para comercialização dos produtos da agricultura familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), contemplam preferencialmente os agricultores familiares sócios da cooperativa. O PAA atende poucos agricultores, pela falta de logística, a adesão tem sido muito pequena. Outro fator que influenciou para pequena adesão dos agricultores familiares foi o atraso no pagamento. Logo nos primeiros anos de implantação do Programa, que provocou uma desconfiança difícil de superar.

A Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Vale do Jiquiriçá (COOAMA), foi fundada em 2008, através do projeto ATER, em parceria com a EBDA e a Secretaria Municipal de Agricultura, associada a União das Cooperativas (UNICAFS), apoio do Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para ministrar cursos. Com objetivo de mitigar o problema de escoamento da produção, busca atender agricultores familiares dos municípios do Vale do Jiquiriçá. A Cooperativa consegue escoar a maior parte dos produtos dos agricultores cooperados, buscar apoio técnico, financiamentos e alternativas de mercado dentro e fora do município. Para ser cooperado, no ato da inscrição, o agricultor deve portar todos os documentos, inclusive a DAP e pagar uma taxa de R\$ 100,00. Todo produto comercializado através da cooperativa terá descontado uma taxa de 12% como contribuição do cooperado. No final de cada ano é feita uma assembléia para decidir sobre o destino do recurso que sobrar.

Não há uma restrição entre os produtos comercializados pela cooperativa. No entanto o produto que tiver maior procura no mercado, naturalmente terá maior chance de comercialização. Outros agricultores familiares não cooperados, podem fornecer seus produtos à cooperativa, no caso dos produtos dos cooperados não atenderem as demandas. Desenvolve também a produção de mel e o beneficiamento de frutas, revestido em polpas, doces, geléias, etc. A COOAMA conta com um total de 118 cooperados.

Figura 46 - Sede da cooperativa - COOAMA



Fonte: Pesquisa de campo.

A cooperativa é uma importante alternativa de organização de comercialização dos produtos, uma vez que incentivou os agricultores familiares a melhorar as práticas de plantio, com práticas agroecológicas, preservando os recursos naturais, preservando o solo de grandes desgastes, e agregando valor ao produto para comercialização, evitando a submissão dos agricultores familiares à prática dos atravessadores.

O grande valor do trabalho associativo se faz aparecer quando a competição é substituída pela *com-corrência* conjunta e solidária. Concorrer, neste caso significa "correr com": cada um corre junto com os outros, *concorrendo* cada um para os objetivos comuns, isto é, de todos. Cada um contribui com informações, conhecimentos, experiências e ações conjuntas em benefício e reforço de todos (KÜSTER, MARTÍ, FICKERT, 2004, p.74).

Não existe uma cultura de trabalho em cooperação, são necessárias mais informações aos agricultores familiares sobre Economia Solidária e como é administrado essa forma de organização e comercialização.

Amargosa é conhecida tradicionalmente por fornecer carne do sol de qualidade, vendida para Salvador e comercializada em açougues e supermercados. Essa tradição, ocupou espaço em anúncio do São João 2014. O artesanato também se faz presente como alternativa de renda de agricultoras familiares, produzido nas comunidades da Cambaúba e Três Lagoas (Figuras 47).

Figura 47 - Feira municipal de Amargosa



Fonte: Pesquisa de campo.

Em termos das condições sociais relativas à oferta de serviços o município conta com transporte rural, coleta de lixo, serviço odontológico e creche, Posto de Saúde da Família (PSF) nos bairros e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). A existência da infraestrutura física para serviços de saúde, entretanto, não supre as necessidades da área de saúde, que passa por sérias dificuldades devido à desativação do centro cirúrgico pela vigilância sanitária do único Hospital municipal.

É possível afirmar que, dentre as características socioeconômicas de Amargosa, registra-se potencial de cooperação em diferentes segmentos da população, como exemplo da Associação de moradores, que reúnem-se para levantar demandas da comunidades e dos agricultores familiares e posteriormente, levar essas demandas aos órgãos competentes a serem resolvidas. Essa iniciativa tem objetivo de descentralizar o trabalho do STTR, as reuniões são realizadas em espaços da comunidade e registradas através de ata.

A associação de mulheres da cantina alternativa, foi uma iniciativa do sindicato, inicialmente, direcionado a jovens rurais, visando desenvolver atividades, para obter lucro. No entanto, não houve adesão dos jovens da comunidade e foi dada continuidade as atividades que resultou na associação mulheres que produzem lanches e fornecem para cantina da UFRB. Hoje, as mulheres associadas tem a associação como meio de sobrevivência.

4. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Após o período pós-guerra, seguindo a política de desenvolvimento liderada pelos Estados Unidos da América, o Brasil promoveu o processo de modernização agropecuária que ficou conhecido como Revolução Verde (MOREIRA, 2000). Essa diretriz deveria envolver a agricultura familiar, inserindo modernização na sua estrutura de produção, tendo como base o aumento de produtividade, o que proporcionou grandes abalos sociais e ambientais, além de interferir no movimento populacional, que é conhecido pelos escritores como modernização conservadora ou “modernização dolorosa” (GRAZIANO DA SILVA, 1983), por não mudar a estrutura fundiária e promover um crescente afastamento dos pequenos agricultores.

Essa modernização não evitou que em meados dos anos 1990 o universo rural sofresse com impactos socioeconômicos e ambientais negativos para os agricultores familiares, devido à falta de políticas públicas e ao efeito da aceleração inflacionária da época.

Depois de muitas reivindicações de diversos grupos ligados aos agricultores que indicavam a importância dessas políticas que permitissem a consolidação e a produção da agricultura familiar, surgiu o já mencionado Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Somente em 1996, o pequeno agricultor pode ter acesso a algo que realmente lhe favorecesse.

Mas o que são políticas públicas? O conceito é bem amplo, alguns autores apresentam opiniões que consideramos complementares sobre o assunto. Para Sousa (2006 p 17):

[...] é um conjunto de ações e decisões que o governo utiliza, diretamente ou através de delegação, para resolver os conflitos e influenciar a vida dos cidadãos. [...] a política pública é uma ação intencional com objetivos a serem alcançados (SOUSA, 2006, p 17).

Para (Teixeira, 2002):

[...] as políticas públicas traduzem a forma de exercer poder político, e, como o poder é uma relação social que envolve vários atores, são necessárias, para que as políticas públicas sejam legítimas e eficazes, mediações sociais e institucionais (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

Segundo esses autores entende-se por políticas públicas como um ato do poder público, utilizando do interesse comum para atender as necessidade da população.

Segundo Abramovay (2001), as políticas públicas vêm sendo absorvidas muito rápido, por intelectuais e por órgãos sociais envolvidos pelo movimento agrário, pois são vistas como alternativas de gerar desenvolvimento rural. Isto criaria inclusão social para vários segmentos da produção familiar, e se tornaria uma possibilidade de mudança na configuração da exclusão da pobreza do espaço agrário.

No Brasil as políticas públicas são muito amplas, e as classificações oficiais que elegem os seus públicos alvos têm levado a que muitos municípios fiquem prejudicados; por exemplo, áreas com características rurais mas consideradas urbanas, recebem um planejamento equivocado. Por isso, Campanhola e Graziano da Silva (2000) lembram que as políticas públicas devem abranger todos os aspectos de determinada área para que se atendam realmente as necessidades da mesma, visando seu desenvolvimento. Eles ainda lembram que as políticas públicas devem ir ao encontro das verdadeiras necessidades de cada população e de cada área, na perspectiva local. Para isso

Qualquer iniciativa de planejamento local deve se iniciar pela caracterização socioeconômica e ambiental dos recursos disponíveis e pelo zoneamento territorial de modo que se tenha uma ocupação territorial organizada tanto local como regional, respeitando os princípios do desenvolvimento sustentável. (CAMPANHOLA E GRAZIANO DA SILVA, 2000, p. 66).

Seguindo esse mesmo raciocínio, os autores complementam que as políticas públicas devem ser elaboradas a partir das necessidades econômicas, políticas, ambientais e sociais da localidade, além de proporcionar acesso aos créditos e assistência técnica, ou seja, os projetos devem abranger uma real visão das necessidades de cada local.

Com isso verificamos que as políticas setoriais não dão conta de promover este processo, principalmente quando as medidas políticas não acompanham as especificidades setoriais, dificultando que as relações intersetoriais sejam mais eficientes para contemplar cada local.

Para Veiga, as áreas rurais brasileiras apresentaram um crescimento nos últimos anos:

As novas fontes de crescimento das áreas rurais estão principalmente ligadas a peculiaridades dos patrimônios natural e cultural, o que só reafirma o contraste entre os contextos ambientais dos espaços urbanos e rurais. Enfim, a visão de uma inelutável marcha para a urbanização como única via de desenvolvimento só pode ser considerada plausível por quem desconhece a imensa diversidade que caracteriza as relações entre espaços rurais e urbanos dos países que mais se desenvolveram (VEIGA, 2004, p.26).

Veiga (2002, apud ORTEGA, 2002) alerta para o fato de que os programas governamentais insistem em propor e executar políticas setoriais, no entanto, o rural é necessariamente territorial.

A partir dessa idéia, compreende-se que o Brasil precisa de um plano estratégico, pois o meio rural reúne quase 30 milhões de habitantes segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2011. Veiga (2002, p.47, apud ORTEGA, 2002, p.186) argumenta que deve ser “[...] um plano que contenha diretrizes, objetivos e metas que favoreçam sinergias entre a agricultura e os setores terciários e secundários das economias locais.”

A partir desse raciocínio, entende-se que a valorização do patrimônio natural e cultural ao lado dos demais aspectos que constroem o território deve ser priorizada quando se trata de políticas públicas para municípios de pequeno porte como Amargosa.

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E INTEGRAÇÃO INTERSETORIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Historicamente, as políticas públicas têm sido implementadas de forma desarticulada e setorializada. Mais recentemente, no entanto, começou a tomar força a idéia de que a intersetorialidade é necessária não só por razões de eficiência, mas também por um reconhecimento mais amplo de que os problemas sociais devem ser enfrentados com enfoques e intervenções mais integrados (OLIVEIRA, PEREIRA, 2010, p1-20).

As dificuldades apresentadas pelos agricultores familiares são muitas, a intersetorialidade das políticas públicas apresenta como possibilidade de enfrentar a resolução dessas dificuldades, com ações articuladas entre setores, buscando garantir a inclusão social desse segmento.

Dentre as políticas públicas Nacionais estão: Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Garantia-Safra, Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal (SUASA), Programa Terra Legal, Programa de Cadastro de Terra e Regularização Fundiária, Terra Forte, Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), Organização Produtiva das Mulheres Rurais, Territórios da Cidadania, Arca das Letras, Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF), Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) (MDA,2013).

Reforma Agrária, Assistência Técnica e Extensão Rural, e Territórios da Cidadania, onde se inserem alguns destes Programas e Projetos são explicitamente denominados Políticas pelo governo federal (ver Anexo),

Considerado o carro chefe das políticas públicas, o PRONAF alcança um número considerável de famílias brasileiras que vivem da agricultura familiar, instituído no ano de 1995 pela resolução CMN – BACEN nº. 2.191, de 24/08/95.

No ano de 1996, através do DECRETO Nº 1.946, DE 28 DE JUNHO DE 1996, a presidência da república cria o PRONAF, atendendo uma demanda da agricultura familiar, que apontava como os principais problemas para desenvolvimento das atividades agrícolas o elevado custo e a escassez de crédito no mercado para pequenos agricultores.

O PRONAF INVESTIMENTO tem como objetivo apoiar financeiramente as atividades agropecuárias ou não-agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos. Destina-se a promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando à elevação da renda da família produtora rural (BNDES, 2014).

No início o PRONAF era apenas para investimento e custeio, com o passar dos anos o PRONAF foram sendo instituídos programas, como PRONAF – Floresta, PRONAF – Semiárido, PRONAF – Mulher, PRONAF – Jovem, PRONAF - Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares, PRONAF - Cotas-Partes, PRONAF - Microcrédito Produtivo Rural, PRONAF – Agroecologia, PRONAF – PGPAF, PRONAF – Eco, PRONAF - PNCF e PNRA e o Mais Alimentos. O PRONAF investimento foi quem deu origem ao Programa Mais Alimentos.

Quem pode solicitar:

1 Agricultores e produtores rurais familiares que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) válida, e:

- a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária, ou permissionário de áreas públicas;
- b) residam na propriedade ou em local próximo;

não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados segundo a legislação em vigor (este item não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse os quatro módulos fiscais);
- c) obtenham, no mínimo, 50% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- d) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar - exceto na Linha PRONAF Microcrédito (Grupo “B”), em que não se admite a manutenção de qualquer empregado assalariado, em caráter permanente; e
- e) tenham obtido renda bruta anual familiar de até R\$ 360 mil nos últimos 12 meses que antecedem a solicitação da DAP, considerando neste limite a soma de todo o Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebidas por qualquer componente familiar, exceto os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais (BNDES, 2014 – grifo do autor).

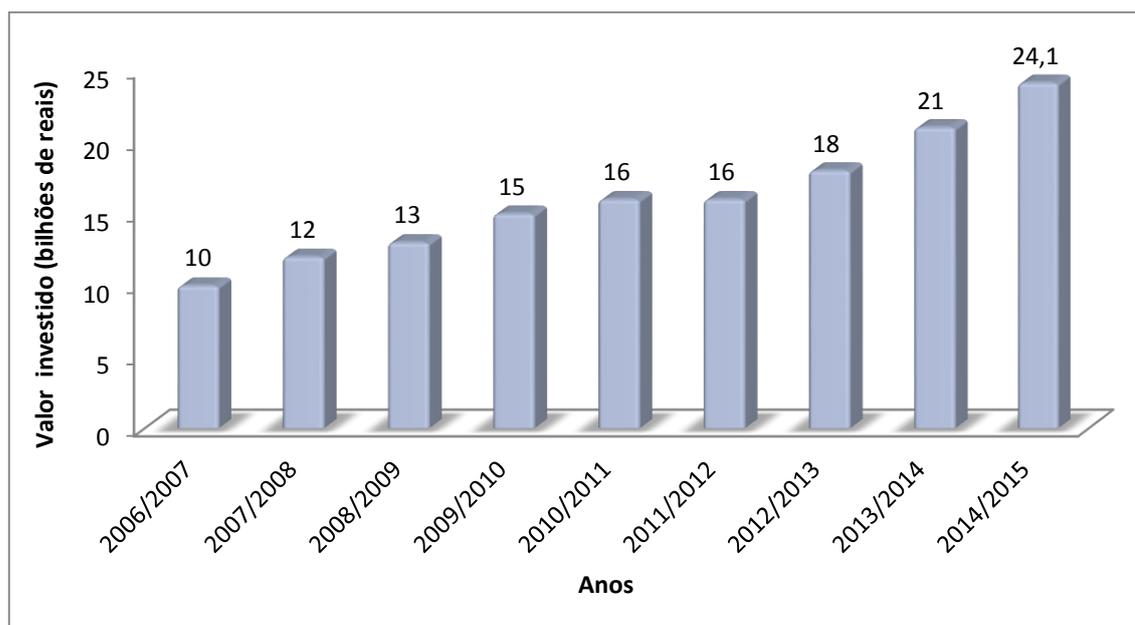
Segundo o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, na cartilha “Políticas Públicas para a Agricultura Familiar” o PRONAF é um:

Programa de crédito que permite acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento da agricultura familiar. Beneficia agricultores familiares, assentados de reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, que podem fazer financiamentos de forma individual ou coletiva, com taxas de juros abaixo da inflação. Facilita a execução das atividades agropecuárias, ajuda na compra de equipamentos modernos e contribui no aumento de renda e melhoria da qualidade de vida no campo (MDA, 2014).

Segundo dados do mesmo Ministério, nos primeiros anos do PRONAF, 1999/2000, o programa abrangia 3.403 municípios brasileiros, e já no ano seguinte passou para 4.539, representando um aumento de 33% de municípios. Quase dez anos depois no ano agrícola de 2007/2008 o número de municípios passou para 5.379, representando crescimento de 58% em relação á 1999/2000. No plano agrícola 2013/2014 o programa atende 5.454 municípios, representando mais de 98% dos municípios brasileiros (MDA, 2014), crescimento representado no valor de 24,1 bilhões de reais investido neste ano (figura 48).

Regulamentado pela Lei 4.829/65 de 05 de Novembro de 1965 e pautado pelo decreto nº 58.320/66 o SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural tem a finalidade de gerar oportunidades, aproximando o beneficiário das políticas públicas, que visam alcançar avanços tecnológicos, aperfeiçoamento nas estruturas das propriedades, além de incentivar a permanência do homem no campo (BRASIL, 1965).

Figura 48 - Gráfico de valor investido em bilhões de reais



Fonte: Plano Safra. Elaboração: da autora

O crédito rural busca levar a agricultura familiar programas, produtos e serviços que incentivam o desenvolvimento e melhoram a qualidade de vida no campo.

As políticas públicas voltadas para agricultura familiar foram criadas para mudar o que antes era uma vantagem somente de um determinado grupo de agricultores, onde os financiamentos saíam somente para produtores mais capitalizados. A partir da criação do Pronaf, os pequenos agricultores começaram a ter acesso a financiamentos para o plantio, instalações, máquinas e implementos para melhoria da produção.

O crédito rural destina-se a:

- ✓ *Custeio* – Destina-se a financiar atividades agropecuárias e não agropecuárias, de beneficiamento ou de industrialização da produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf, de acordo com projetos específicos ou propostas de financiamento
- ✓ *Investimento* - Destina-se a financiar atividades agropecuárias ou não agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos
- ✓ *Integralização de cotas-partes pelos beneficiários nas cooperativas de produção* – Destina-se a financiar a capitalização de cooperativas de produção agropecuárias formadas por beneficiários do Pronaf (BCB, 2014).

Diversas políticas públicas Nacionais existem nas mais diversas modalidades e formas de financiamento, variando assim o público que é contemplado.⁹

Dentre as linhas de financiamento do programa, temos o *Programa Mais Alimentos*, uma linha de crédito com finalidade de Investimentos para promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando à elevação da renda da família produtora rural, a segurança alimentar e nutricional, através da ampliação e/ou modernização da estrutura de produção, de

⁹ Os programas que atendem a médio e grande produtor são: Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF), Funcafé, Crédito Rural – Custeio, Crédito Rural EGV – Empréstimo do governo federal, Fornecimento a cooperados, Repasse a Cooperados, Crédito Rural LEC – Linha especial de Financiamento Agrícola, MODERFROTA - Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras, MODERINFRA - Programa de Incentivo à Irrigação e Armazenagem, MODEAGRO - Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais, PRODEAGRO - Programa de desenvolvimento do agronegócio, PRODERFRUTA - Programa de Desenvolvimento da Fruticultura, PROPFLORA - Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas, PRODECOOP - Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária, PROSOLO - Programa de Incentivo ao Uso.

armazenagem, de transporte, de serviços agropecuários ou não agropecuários, na unidade familiar (BANCO DO NORDESTE , 2014).

Criado em 2005, o Agroamigo é o Programa de Microfinanças Rural do Banco do Nordeste, operacionalizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Se propõe melhorar o perfil social e econômico do agricultor(a) familiar do Nordeste e norte de Minas Gerais, atendendo, de forma pioneira no Brasil, a milhares de agricultores(a) familiares, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com exceção dos grupos A e A/C (BANCO DO NORDESTE, 2013).

Lançado em 2008 tem como objetivo aumentar a produção de alimentos e diminuir os custos da produção; visa superar a deficiência de harmonização entre a produção de inovações tecnológicas, disponibilizando assim, tecnologias inovadoras adequadas para a agricultura familiar. Destina recursos para investimentos em infraestrutura da propriedade rural, como por exemplo, aquisição de máquinas, implementos e de novos equipamentos, para correção e recuperação de solos, resfriadores de leite, irrigação, implantação de pomares e estufas, armazenagem, entre outros, segundo site do palácio do planalto (BRASIL, 2003).

Hoje essa linha de crédito disponibiliza ao agricultor maior facilidade a aquisição destes equipamentos, com baixas taxas de juros, abaixo da inflação, que vão de 0,5% a 4,0% a.a, com prazos maiores para o pagamento, até 10 anos, incluindo ainda, prazo de carência para o agricultor. A expectativa é de que o agricultor consiga ampliar sua produção para depois começar a pagar pelo financiamento. Dessa forma o programa tem bastante relevância para a mudança do papel da agricultura familiar no âmbito do agronegócio brasileiro (BANCO DO NORDESTE, 2014).

Ainda conforme o site palácio do planalto, o Programa é responsável por financiar equipamentos para agroindústria como veículos de carga, máquinas e implementos agrícolas e pecuários, dentre outros, sendo que os tratores e os veículos são os produtos que mais são financiados.

Criado em 2005, o Agroamigo é o Programa de Microfinanças Rural do Banco do Nordeste, operacionalizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Se propõe

melhorar o perfil social e econômico do agricultor(a) familiar do Nordeste e norte de Minas Gerais, atendendo, de forma pioneira no Brasil, a milhares de agricultores(a) familiares, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com exceção dos grupos A e A/C (BANCO DO NORDESTE, 2013).

Além do Banco do Nordeste, outros bancos oferecem acompanhamento e orientação aos beneficiários e ainda abertura de conta corrente sem taxa ou manutenção, facilitando assim o recebimento e movimentação do crédito.

Outros programas do governo foram criados como estratégia de desenvolver a economia das famílias brasileiras que vivem no meio rural, entre eles o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação (PNAE).

O PAA, foi criado como intuito de dar acesso a alimentos aqueles que vivem em situação de insegurança alimentar.

Com este programa o governo consegue comprar os alimentos e fazer estoque estratégico sem precisar de licitação. Esses alimentos são pra suprir as necessidades sócio-assistenciais como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos e também para famílias em situação de vulnerabilidade social.

Instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003, o PAA é desenvolvido com recursos do Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Para fazer parte do programa, o agricultor precisa ser agricultor familiar e se encaixar no PRONAF. A identificação é feita por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Segundo Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), os principais objetivos do PAA são incentivar a produção dos alimentos, garantir a venda , gerar economia local e combater a fome, conforme pode-se observar abaixo:

Remuneração da Produção

O objetivo imediato do PAA é a aquisição dos produtos oriundos da agricultura familiar na hora oportuna, por preço compensador, trazendo segurança e incentivo para o pequeno agricultor, que passa a planejar suas atividades pela perspectiva de um horizonte maior de previsibilidade. A partir desta ação de

compra do governo federal, outros objetivos são delineados, tais como os que se seguem.

Ocupação do Espaço Rural

Ao garantir a compra da produção familiar, possibilita-se maior estabilidade à atividade agrícola e garante-se ocupação e renda ao produtor em seu próprio local, com o que se incentiva a permanência e a inclusão social no campo. Com melhores condições de vida, o agricultor e sua família passam a desenvolver a atividade de forma mais ampla e sistemática, explorando com maior racionalidade o espaço rural.

Distribuição de Renda

O pagamento líquido e certo da produção agrícola familiar onde antes somente havia níveis mínimos de atividade de subsistência promove maior geração de renda para os agricultores, contribuindo para atenuar a secular iniquidade social. Ao mesmo tempo, assegura a circulação de dinheiro na economia da própria região, possibilitando às administrações públicas regionais maior arrecadação de impostos para custeio e investimento.

Combate à Fome

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques de segurança e canalizados para populações em situação de risco alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes. Com isto, eleva-se o padrão nutricional e são construídos vínculos de solidariedade entre os habitantes da região.

Cultura Alimentar Regional

Ao se adquirir os produtos agrícolas de uma determinada localidade, o governo passa a valorizar aquilo que muitas vezes é tipicamente regional. Com isto, preserva-se a cultura alimentar local, enriquece-se a gastronomia - que algumas vezes é atrativo turístico - diversificando-a no nível nacional (MDS, 2014).

Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado pela Lei nº 11.947/2009, determina que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para alimentação escola sejam usados com produtos da agricultura familiar. Essa aquisição deverá ser feita sempre que possível na mesma cidade das escolas, assim gera economia local.

As duas estratégias acima geraram mudanças significativas tanto para o agricultor que garante a venda dos seus produtos, incentivando assim a continuar produzindo, como também para os que consomem os produtos, pois além que adquirir um produto de qualidade, consegue utilizá-los fresquinhos.

Por isso muitos autores reforçam a importância da participação do estado na agricultura familiar.

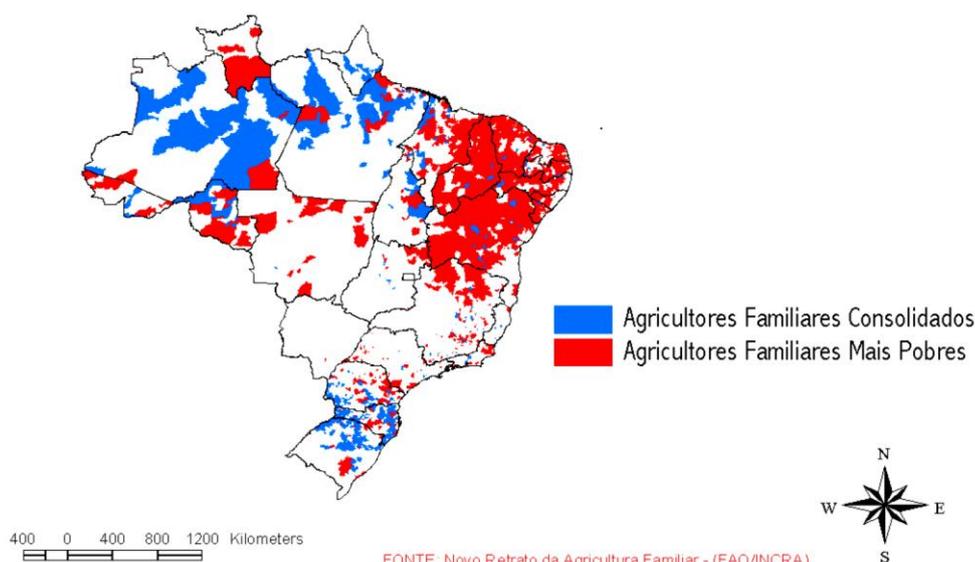
Com o estado junto do produtor, consegue-se produzir alimentos mais baratos, diminuindo o gasto com a reprodução da força de trabalho. Desta forma, o agricultor tem uma parcela do seu salário disponível para outro consumo, gerando assim a renda do município e uma melhor qualidade de vida para o produtor.

Conforme observado no primeiro capítulo o Nordeste é a região dos pais com maior número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar no Brasil, ainda reforçando, segundo a FAO/INCRA, é a região com menor média de ha por unidade, o que caracteriza que lá estão agricultores são mais pobres, conforme mapa abaixo retirado do FAO/INCRA.

Para suprir esses gargalos, o agricultor opta por utilizar alguns outros benefícios do governo que ajudam na sobrevivência da família, como o Bolsa Família e a aposentadoria.

O Bolsa Família é uma estratégia do Fome Zero com o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada, contribuindo para a eliminação da extrema pobreza, tem direito a receber o bolsa família aqueles que possuem uma renda de até R\$140,00 por pessoa e que seja cadastrada no cadastro Único.

Figura 49 - Situação da agricultura familiar no Brasil



Fonte: FAO/INCRA 1996.

Para analisar o Bolsa Família com o PRONAF, basta fazer uma análise simples, as famílias enquadradas no grupo B do PRONAF, possuem uma renda com teto de R\$ 138,89 de acordo com o POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008/2009, com isso podemos observar que o agricultor familiar enquadrado no grupo B seria um potencial beneficiário do Bolsa Família.

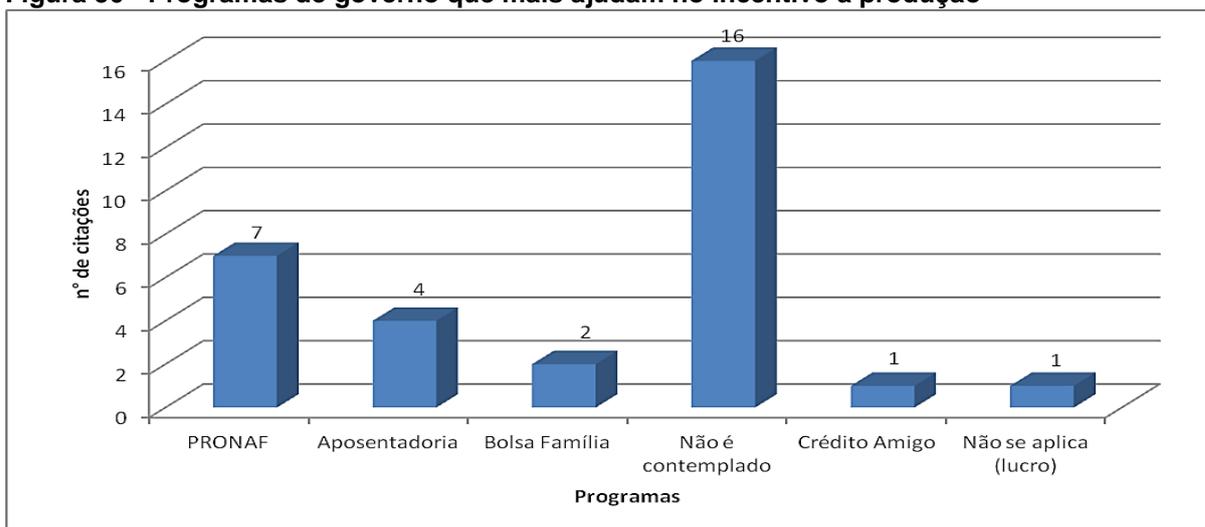
Essa análise é só para mostrar que ambos os programas buscam atender a população com perfis bem similares, o que podemos comprovar de acordo com a pesquisa de campo feita em uma região que, de acordo com o mapa acima, possui uma grande quantidade de agricultores em extrema pobreza.

Para contribuir ainda com a renda familiar, muitos mostraram que usam a aposentadoria como outra forma de aumentar o rendimento da família.

Estudos mostram que essas rendas são predominantes para a permanenciada população no campo como também para a viabilização da agricultura familiar (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000; DEL GROSSI, 1999). Dessa forma os recursos previdenciários ainda são uma garantia e significa uma renda importante para esse segmento.

É esta a conclusão dos estudos de Delgado e Cardoso Jr. (1999 e 2000); Caldas e Sacco dos Anjos (2004). Eles indicam que a aposentadoria estaria, indiretamente, financiando as atividades produtivas em lugar de servirem para a sobrevivência das pessoas. Do mesmo modo, estudos como o de David et al (1999) ressaltam o papel da previdência social rural enquanto instrumento de combate à pobreza rural.

Se analisarmos o gráfico (figura 50) sobre os programas do governo que mais ajudam na produção agrícola no município de Amargosa, podemos observar que grande maioria não são contemplados. Dos programas mais citados, o PRONAF ocupa lugar importante, depois a aposentadoria, o bolsa família é o terceiro mais citado, o crédito amigo tem pouquíssima participação. Assim, podemos concluir que além do PRONAF boa parte dos investimentos na produção dependem da aposentadoria e em menor escala, os programas de transferência de renda do governo.

Figura 50 - Programas de governo que mais ajudam no incentivo à produção

Fonte: Pesquisa de Campo.

No ano passado devido à estiagem e ao excesso de chuva, muitos agricultores do Nordeste perderam uma boa parte, ou até toda a safra. Para amenizar a situação o governo liberou um auxílio emergencial para mais de 113 mil agricultores em 263 municípios da Bahia, Minas Gerais, Piauí e Sergipe. O valor de R\$400,00, foi dividido em cinco parcelas de R\$80,00.

O Bolsa estiagem ou auxílio emergencial foi instituído pela lei federal nº 10.954 de 29 de setembro de 2004. Para ter direito a este auxílio o agricultor precisa fazer parte do Pronaf, possuir renda familiar de até dois salários mínimos e estar cadastrado no cadastro único para programas sociais (CadÚnico), e claro residir em município de situação de emergência, ou calamidade pública.

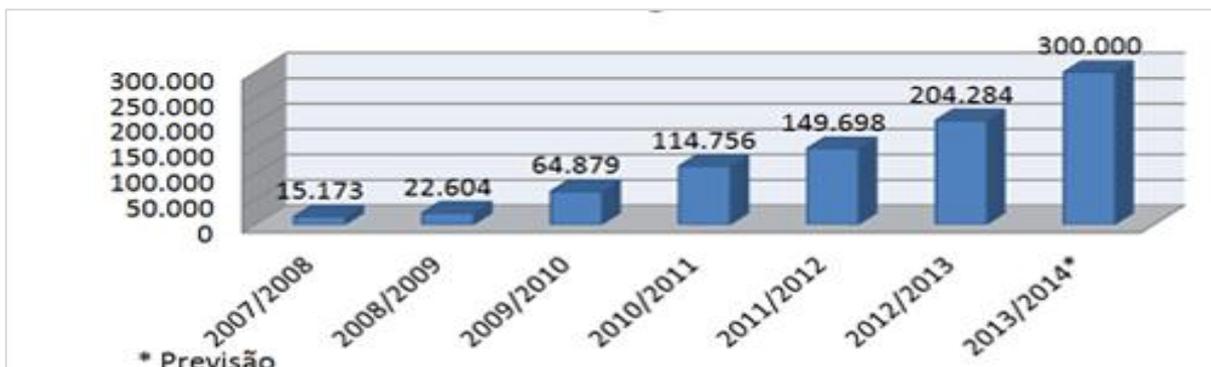
Outra política pública que beneficia o pequeno agricultor é o fundo de Garantia Safra, criado pela Lei 10.420 de 10 de abril de 2002, que tem o objetivo de garantir condições mínimas de sobrevivência para aqueles municípios sujeitos de perder a safra devido a fenômenos de estiagem ou excesso hídrico.

Em 2007 a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, através da Superintendência de Agricultura Familiar (SUAF) e da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) coordenam um conjunto de ações articuladas, para a adesão das Prefeituras e Agricultores Familiares ao programa com o de objetivo alcançar seu potencial. Segundo o SEAGRI, os últimos dados revelam ser de 662 mil (dados SEPLAN), sendo 475.000 no semi-árido e destes 80% são público

alvo do Programa, atendendo as condições observadas para a adesão ao Programa, constante no Decreto lei nº 4962, de 22 de janeiro de 2004,

Ainda segundo o Seagri essas ações fizeram com que o número de beneficiários aumentasse ano a ano, conforme quadros abaixo:

Figura 51 - Adesão dos agricultores no Garantia Safra



Fonte: SEAGRI, 2014.

Figura 52 - Gráfico de municípios aderidos pelo Garantia Safra



Fonte: SEAGRI, 2014.

O valor do garantia safra é de R\$ 850,00 pago em cinco parcelas para aqueles agricultores com renda de até 1,5 salários mínimos e que perderam acima de 50% da produção. Para ajudar com a seca do Nordeste o governo vem fazendo ações conjuntas como o programa carro-pipa e água para todos.

Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Visa Facilitar o acesso à terra e aumentar a renda dos trabalhadores rurais. O PNCF financia a aquisição de imóveis rurais não passíveis de desapropriação. Este programa também prevê investimentos em infraestrutura básica, estruturação da unidade produtiva e projetos comunitários de convivência com a seca no Semiárido e de recuperação ambiental.

O público alvo deste programa são as trabalhadoras e os trabalhadores rurais sem-terra, jovens rurais ou agricultores com áreas insuficientes para a produção (minifundistas) (MDA, 2013).

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2). Este Programa alcança indiretamente os agricultores familiares e diretamente o mundo rural de pequenos e médios municípios. O Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2) é a segunda etapa de um programa amplo do governo federal para grandes obras de infraestrutura no país, promovendo desenvolvimento social e econômico. Dentro do PAC, o MDA atua na entrega de retroescavadeiras e motoniveladoras, às prefeituras de municípios com até 50 mil habitantes não localizados em regiões metropolitanas. Além de caminhões-caçamba, caminhões-pipa e pás-carregadeiras para o Semiárido. Com isso, o Programa promove melhor escoamento da produção dos agricultores familiares e mais desenvolvimento e qualidade de vida na área rural (MDA, 2013).

Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal (SUASA). Abrange o mundo rural de forma ampla legalizando e acelerando a implantação de novas agroindústrias. Os produtos de origem animal são inspecionados por qualquer instância do SUASA e podem ser comercializados no mercado formal em todo o território brasileiro, facilitando que as agroindústrias locais ampliem a comercialização de seus produtos. A descentralização do serviço de inspeção fortalece a economia dos municípios, incentivando o desenvolvimento local e dos territórios. Facilita a implantação de novas unidades agroindustriais e, como consequência, a circulação de maior volume de dinheiro no comércio local (MDA, 2013).

Programa Terra Legal. O Terra legal assegura a titulação de propriedades de terras públicas federais na região da Amazônia Legal. Ele garante, ainda, o acesso dos proprietários dessas terras a políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento rural e aos modelos de produção sustentável. A meta é que imóveis de até 15 módulos fiscais (desde que a área total não ultrapasse 1,5 mil hectares), ocupados antes de 1º de dezembro de 2004, na Amazônia legal, sejam regularizados. Outra ação é a regularização fundiária urbana, por meio da medição dos núcleos urbanos que estão localizados em terras federais e doação para as prefeituras (MDA, 2013).

Programa de Cadastro De Terra e Regularização Fundiária. Para garantir a permanência dos agricultores familiares na terra, o MDA criou o o Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, que assegura juridicamente a posse do imóvel ao trabalhador do campo. Para ser beneficiário do Programa, o agricultor deve ter posse de imóvel rural objeto da ação de cadastro e regularização fundiária ou ser pequeno posseiro (MDA, 2013).

Terra Forte. O programa visa estimular e apoiar o incremento de renda nos projetos de assentamento por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiências e potencialidades locais. O programa prevê a destinação de R\$ 600 milhões para financiamento dessas ações até 2016, com projetos de cooperativas e associações que visem à implantação e modernização de empreendimentos coletivos agroindustriais em assentamento da reforma agrária.

Destina-se a entidades representantes de coletivos e associações de famílias de trabalhadores rurais assentados pelo Incra.

Apoiando agroindústrias, o programa busca aumentar a renda nos assentamentos da reforma agrária. Prevê o desenvolvimento de atividades que valorizam as características regionais, experiências e potencialidades locais. Atividades não agrícolas, como turismo rural e artesanato, também estão incluídas no Programa para diversificar a produção e geração de renda (MDA, 2013).

Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). Um dos objetivos do Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel é estimular a produção e o consumo de combustíveis que não sejam derivados de petróleo. Ele incentiva agricultores familiares a cultivar oleaginosas que possam ser utilizadas na produção desse combustível. O PNPB contribui para que o Brasil compre menos óleo diesel de petróleo de outros países e deixe de exportar grãos in natura. Com isso, melhora a renda produção desse combustível (MDA, 2013).

Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA): A missão do Pronera é garantir a alfabetização e educação fundamental, média, superior e profissional de jovens e adultos nas áreas dos assentamentos. Em 15 anos, mais de 480 mil agricultores familiares foram beneficiados com o Programa. O Pronera é realizado em parceria com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais, instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos e governos estaduais e municipais (MDA, 2013).

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC): O Pronatec campo qualifica trabalhadores por meio de cursos de educação profissional e tecnológica para jovens e adultos da área rural. É uma parceria entre os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Educação (MEC). A ação faz parte do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). São ofertados cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, por meio da Bolsa-Formação Trabalhador e da Bolsa-Formação Estudante. Os cursos são baseados nos princípios da educação no meio rural e na integração entre educação e estratégias de desenvolvimento sustentável e solidário do campo (MDA, 2013).

Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR): É voltado para trabalhadoras rurais que não possuem documentos ou necessitam fazer a segunda via. O programa vai até os municípios, onde são feitos mutirões, para emitir a documentação. Registro de Nascimento, Cadastro de Pessoa Física (CPF), Carteira de identidade, Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), registro no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS); Carteira de Pescador, dentre outros, são alguns dos documentos que podem ser emitidos, gratuitamente, nas ações (MDA, 2013) .

Organização Produtiva das Mulheres Rurais: O objetivo do Programa é fortalecer as organizações produtivas das trabalhadoras rurais, viabilizar seu acesso às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, promovendo a autonomia econômica e garantindo o protagonismo feminino na economia rural. A mulher reconhece seu papel como agente de trabalho. O estímulo à organização feminina possibilita melhoria na renda da família, e como consequência estimula o desenvolvimento social e econômico do município (MDA, 2013) .

Arca das Letras: O Programa leva bibliotecas às comunidades rurais para garantir o acesso à leitura. Por meio do programa, milhares de moradores do campo tiveram a oportunidade de ler e muitos foram alfabetizados. Os livros são colocados em móveis, chamados de arcas, que contam com cerca de 200 obras, selecionadas para contribuir com o trabalho, a pesquisa e o lazer das populações que vivem no campo. Os exemplares são escolhidos de acordo com a indicação e demandas das famílias atendidas. Os acervos são formados por literatura infantil, para jovens e adultos, além de livros didáticos, técnicos e especializados. Mais de 10 mil bibliotecas já foram instaladas no País por meio do Arca das Letras (MDA, 2013).

Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF): O Proinf repassa recursos para obras de infraestrutura nos municípios e para viabilizar serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar. Tem como objetivo contemplar projetos de implantação de agroindústrias e armazenamento de produtos da agricultura familiar, estruturas de comercialização e de produção de itens desses agricultores. Também apoia a construção de pontes, passagens molhadas, abertura ou recuperação de estradas vicinais entre outras (MDA, 2013).

O programa nacional de habitação rural (PNHR) tem como finalidade subsidiar a produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais cuja renda familiar anual bruta não ultrapasse R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), por intermédio de operações de repasse de recursos do Orçamento Geral da União ou de financiamento habitacional com recursos do FGTS. Parágrafo único. A assistência técnica pode fazer parte da composição de custos do PNHR.

O programa tem como o objetivo:

I - facilitar a produção ou reforma do imóvel residencial;

II - complementar o valor necessário a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das operações de financiamento realizadas pelos agentes financeiros; ou

III - complementar a remuneração do agente financeiro, nos casos em que o subsídio não esteja vinculado a financiamento. Divulgado no site do (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2012).

Não há dúvida que a implementação das políticas públicas, planejadas e direcionadas aos territórios, considerando suas especificidades bem como, articuladas entre setores, traz ganhos para a população.

4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS VIGENTES NO MUNICÍPIO

Como vimos no item anterior, ampliou-se o volume de recursos para o crédito rural, o número de políticas aumentou. Embora, o resultado dessas políticas, dependam de outros fatores que constituem o contexto ao qual estão inseridas.

As políticas vigentes no município são:

Política Nacional de Habitação Rural (PNHR) grande parte dos agricultores familiares que vivem em casas em situação precária, muitas não tem mínimo de conforto digno, algumas faltam inclusive banheiro e sanitário (Figura 53). Essa política visa construir ou reformar casas em área rural. O programa já deu início com o levantamento e mapeamento de todas as unidades que serão beneficiadas, com parceria junto ao STTR que dá suporte para conduzir até a localidade para que possa fazer o zoneamento de toda área.

Figura 53 - Habitação de família de agricultores familiares



Fonte: Pesquisa de campo.

Com base na entrevista realizada com o presidente do sindicato, quando foi questionado sobre o pequeno número de agricultores familiares que acessam crédito ficou claro na sua fala que: o acesso às políticas está calcado em burocracias como exigências de garantias reais, de modo que, mesmo simplificadas as regras para contratação, por exemplo, do crédito do PRONAF, o agricultor familiar em Amargosa ainda se embaraça com muitas burocracias, ora relacionadas a documentação exigida, ora por não disponibilizar crédito para a cultura que ele pretende. No (Quadro 3) trazemos todas as políticas e projetos divididos de acordo a hierarquia de competência administrativa de governo, onde podemos visualizar com mais clareza como elas estão alocadas na esfera administrativa.

Quadro 3 - Políticas públicas para agricultura familiar em todos os níveis de governo

POLÍTICAS E PROJETOS	COMPETÊNCIA FEDERAL	COMPETÊNCIA ESTADUAL	COMPETÊNCIA MUNICIPAL	POLÍTICAS E PROJETOS VIGENTES EM AMARGOSA
PRONAF				x
Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras				
MODERINFRA - Programa de Incentivo à Irrigação e Armazenagem				
MODEAGRO - Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais				
PRODEAGRO - Programa de desenvolvimento do agronegócio				
PRODERFRUTA - Programa de Desenvolvimento da Fruticultura				
PROPFLORA - Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas				
PRODECOOP - Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária				
PROSOLO - Programa de Incentivo ao Uso de Corretivos de Solos				
PROPASTO - Programa Nacional de Recuperação de Pastagens Degradadas				
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação (PNAE)				x
Bolsa Família				x
Aposentadoria				x
CadÚnico				x
Agroamigo				
Crediamigo				X
Garantia Safra				X
PNHR				x
Programa água para todos				X
Programa de Eletrificação Rural				x
Programa nossa Raíz				X
Programa Pater mandioca				X
Programa estiagem				X
Programa quintais agroflorestais				x
Programa Semeando				x
Projeto de produção de olerícolas				x

Fonte: FAO/INCRA.

Quanto ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é um programa do governo federal brasileiro que engloba um conjunto de políticas econômicas, com prioridades de investimento em infraestrutura como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, e embora não seja um programa voltado para a agricultura familiar, atinge a dinâmica rural.

O município já disponibilizava de implementos adquiridos com recursos próprios, somados aos recursos do PAC: pá carregadeira, retroescavadeira, carro pipa, caçamba, que segundo o secretário municipal de agricultura, todos os maquinários não são suficientes para atender toda demanda do município, visto que o município é cortado por quilômetros de estradas vicinais que requer manutenção constante. Algumas áreas rurais não dispõem de água encanada, o carro pipa abastece essas localidades regularmente.

A falta de manutenção nas estradas, dificulta os agricultores familiares transportar seus produtos para o comércio, em dias de feira, principalmente quando chove, muitos produtos são perdidos por conta da impossibilidade de transitar nas estradas.

Figura 54 - Carro pipa abastecimento localidades que não dispõem de água encanada (recursos do PAC)



Fonte: Pesquisa de campo

Todos os agricultores familiares que participam do programa de transferência de renda, bolsa família, automaticamente receberam o auxílio bolsa estiagem, um programa do governo federal direcionado para agricultores familiares que tem sua propriedade em territórios inseridos no polígono da seca e foram acometidos por perda de lavouras devido a estiagem ou encharcagem.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como mencionado anteriormente, é possível perceber, que a modalidade compra direta local insere mais agricultores, a quantidade de alimentos adquirido é maior, enquanto o número de entidades beneficiadas é três vezes menor, em comparação a modalidade CPR- doação na qual a cooperativa ou associação de agricultores familiares vende sua produção para o Governo, via Conab, e entrega o alimento diretamente em rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos) ou em rede socioassistencial (asilos, APAES e Abrigos), governamentais ou não, responsáveis pelo atendimento a populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. O Programa contempla agricultores familiares de Amargosa, preferencialmente os cooperados, que ofertam produtos de qualidade com exigência do mercado. O PAA atende a 122 ou mais agricultores familiares (Tabela 14). Esses programas além de promover a inserção social, garante a comercialização dos produtos a preço justo.

Tabela 14 - Programa de aquisição de alimentos no município de Amargosa-Ba, 2011/2012

MODALIDADE	RECURSO INVESTIDO (R\$)	AGRICULTORES PARTICIPANTES	QUANTIDADE DE ALIMENTOS ADQUIRIDOS (kg)	TOTAL DE ENTIDADES BENEFICIADAS
CPR-Doação	98.860,00	31	91.000	12
Compra Direta Local	228.421,75	91	192.225	4
Total	327.281,75	122	283.225	16

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura. Elaborado pela autora.

O Programa água para todos, é um programa do governo federal, através da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), como um espaço de articulação política da sociedade civil e da Secretaria do Desenvolvimento e Combate a Pobreza,

coordenado pela Cáritas Diocesana, tem como objetivo, construir cisternas, açudes e barragens nas áreas rurais, aproveitando água da chuva que cai no telhado e armazenada para consumo e produção. O projeto teve início no ano de 2011 com cisternas para consumo, chamada 1ª água, atualmente, está em encaminhamento a tecnologia para produção, também conhecida como 2ª água, que segundo a coordenadora do programa na diocese de Amargosa, Ailma, para dar início a implantação do projeto no município, montou-se uma comissão municipal com representantes do STTR, associações e igrejas, com o intuito desses representantes indicarem comunidades mais carentes para implantação do projeto. O principal critério para participar do projeto é o agricultor ser cadastrado ao Programa Bolsa Família, então ele participa de uma capacitação promovida pelos “animadores do programa”, pessoas responsáveis por capacitar e falar da importância do programa e do envolvimento da comunidade no sentido de preservar e cuidar da cisterna e ou barragem. O programa tem como meta, não apenas levar a tecnologia para a comunidade, também mudar as relações sociais, promover autonomia dos agricultores familiares, pois essas pessoas não mais precisam esperar por um carro tanque abastecer, para que possam ter acesso a água na sua localidade.

O Programa de Eletrificação Rural é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, operacionalizado pela Eletrobrás e executada pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural em parceria com os governos estaduais. No site do Programa Luz Para Todos tem como objetivo, acabar com a exclusão elétrica no país com a meta de levar o acesso à energia elétrica, gratuitamente, para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008. Todas as localidades pesquisadas estão atendidas por este programa.

O Pater Mandioca foi uma parceria entre a Secretaria da Agricultura (Seagri/EBDA) e a Secomp para aumentar a eficiência dos diversos segmentos da cadeia produtiva da cultura. A proposta foi incrementar a produção – a partir da transferência de tecnologia – e promover a industrialização da atividade, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida dos pequenos agricultores (SEAGRI, 2005). Contemplou 90 agricultores familiares dentre três localidades do município, os envolvidos no projeto receberam as manivas selecionadas para 1 ha, 5 sacos de Super Fosfato Simples (adubo) e participaram de 3 cursos ministrados pelo técnico

responsável. O programa teve excelente impacto segundo técnico da EBDA, pois levou conhecimento técnico para os agricultores contemplados no programa.

O Programa Nossa Raíz, a iniciativa é das secretarias da Agricultura (SEAGRI) e de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (SECOMP), através da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA). Em 2006, esse programa envolveu 60 agricultores familiares, cada participante do programa recebeu incentivo no valor de R\$ 240,00, seis sacos de Super Fosfato Simples e participou de um curso. Considerada uma cultura de subsistência para o pequeno produtor rural o programa foi implantado com intuito de redimensionar o cultivo da mandioca e gerar renda. "O objetivo do programa é garantir condições para que os produtores possam modernizar e tornar mais eficiente sua atividade, de modo que isso se reflita na melhoria da sua qualidade de vida e no desenvolvimento econômico da sua região", afirmou o então secretário da Agricultura, Pedro Barbosa (SEAGRI, 2014).

O Programa Semeando executado pela EBDA, em parceria com a Seagri/Suaf (Superintendência de Agricultura Familiar), busca assegurar sementes e mudas de boa qualidade, no tempo certo, para os agricultores familiares da Bahia. A ação vem garantindo, desde 2007, o acesso do agricultor familiar a sementes de qualidade, através da produção de sementes, distribuição e de capacitações para a formação de bancos comunitários de semente, que difundem as tecnologias e visam a autonomia do agricultor familiar na produção de sementes e mudas. Além de assegurar o recebimento das sementes, a EBDA também presta assistência técnica aos agricultores durante o período de cultivo da lavoura. Em Amargosa, o programa atende 314 agricultores de mais de 20 das 43 localidades no semi árido (46,5%), foram distribuídos para os participantes, 5 Kg de feijão e milho e capacitação do agricultor para produzir banco de sementes (EBDA, 2014a) .

O Projeto Quintais Agroflorestais objetiva transformar áreas de 1.600 metros quadrados, dentro das propriedades, em espaços agroflorestais, com a plantação de fruteiras resistentes ao clima do semiárido, juntamente com plantas nativas e lavouras anuais. Através da educação continuada e a implementação dos quintais produtivos, busca-se a produção de alimentos e o enfrentamento das intempéries climáticas, garantindo, assim, a segurança alimentar e a geração de renda para os beneficiários do projeto. O Programa tem como objetivos:

- Diversificar a produção;
- Proteger o solo contra os efeitos erosivos da chuva, o que ameniza os processos de erosão, lixiviação e compactação dos solos;
- Aumentar o material orgânico favorecendo a melhoria da estrutura do solo;
- Aumentar a ciclagem e disponibilidade de nutrientes;
- Conservar o meio ambiente, apesar da intensificação do uso da terra;
- Melhorar a qualidade do alimento em função da não utilização de agrotóxicos;
- Auxiliar na segurança Alimentar do rebanho (EBDA, 2014b).

Os beneficiários do programa em Amargosa são 10 agricultores que estão em seis localidades do município.

Outros programas e ações de governo, chamados programas de emergência: programa PRODUZIR, através da CAR aquisição de cisternas para reserva de água, (Figuras 55 e 56). O Programa mais cabras, com assistência técnica voltada para agricultores do semiárido que desenvolvem técnicas para criação de cabras no semi árido. Esse Programa encontra-se em processo de implementação no município.

Algumas ações do governo municipal através da Secretaria Municipal de Agricultura foram identificadas, a saber:

- projeto aguadas – é um projeto de escoamento da chuva para um tanque, que armazena água da chuva para suprir o abastecimento humano e em alguns casos é usado para pequena irrigação nos períodos de estiagem;
- projeto de produção de olerícolas – em comunidade de baixa renda no perímetro urbano, com objetivo de levar alternativa de renda extra, ocupação de jovens em situação de vulnerabilidade social e segurança alimentar para muitas famílias.

Figura 55 - Programa mais cisternas



Fonte: Pesquisa de campo

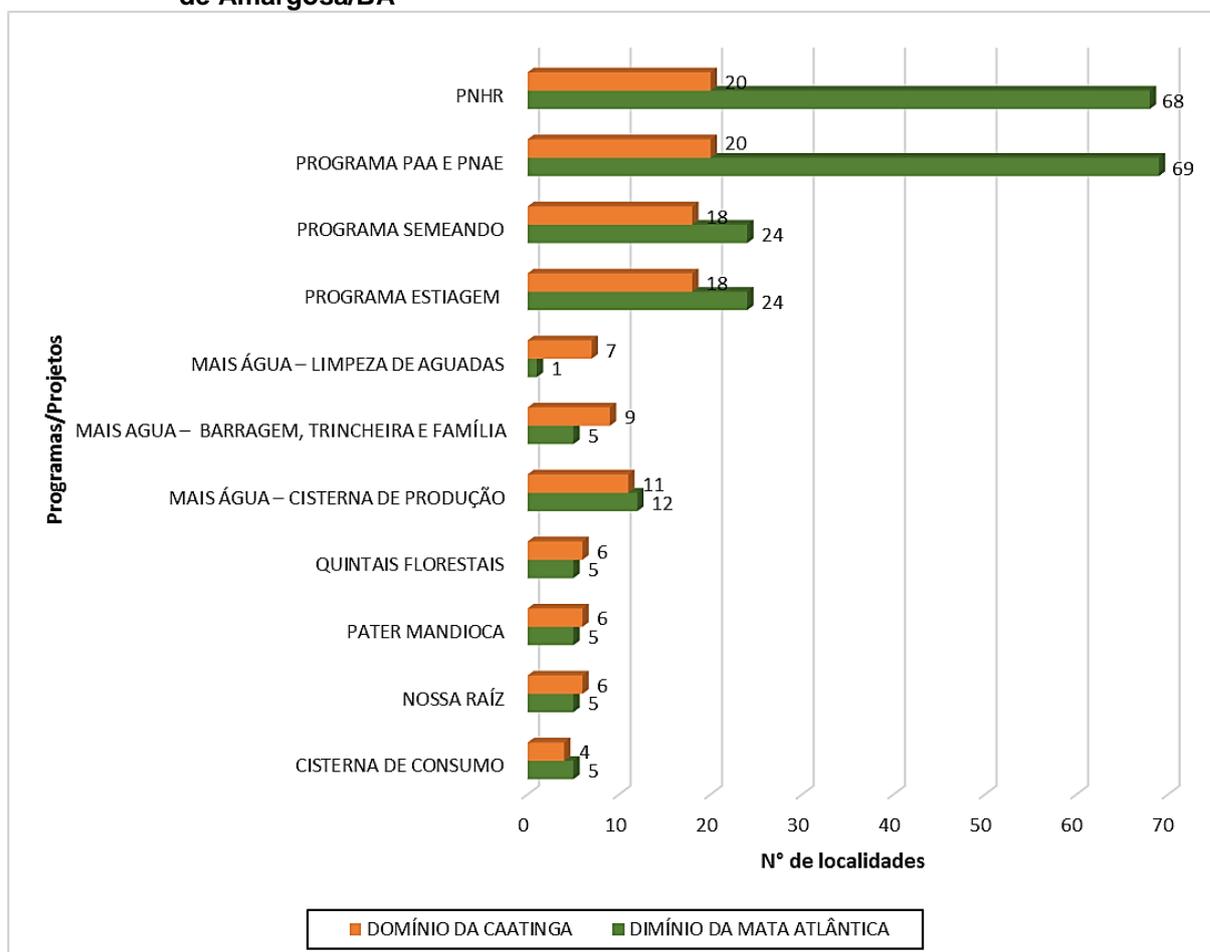
Figura 56 - Programa mais cisternas



Fonte: Pesquisa de campo

A Figura 57, ilustra a representatividade das políticas públicas para as 45 localidades nos domínios da caatinga e da mata atlântica onde se identificou o acesso pelos agricultores familiares.

Figura 57 - Abrangência de programa/projeto nas localidades dos domínios de vegetação de Amargosa/BA



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado pela autora.

Num universo de 109 comunidades existentes no território rural do município, apresentamos as 89 comunidades que são abrangidas pelas políticas, programas e projetos. Vale salientar que o levantamento foi feito em todos os órgãos e instituições que administram e veiculam essas políticas para o município.

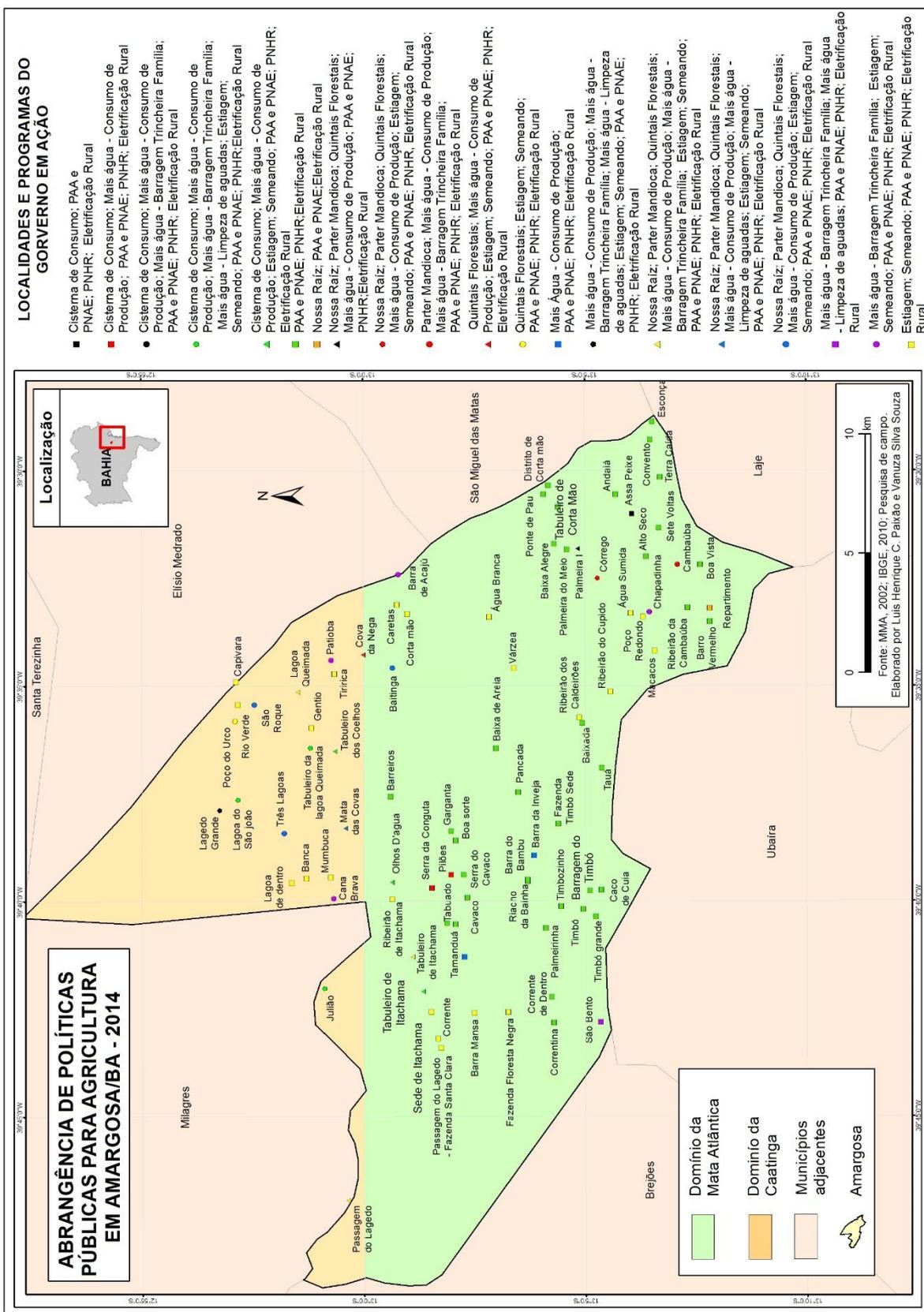
Diante do potencial edafoclimático que o município traz, e levando em conta que as políticas públicas são também objeto de investigação neste trabalho, servindo de base para qualificarmos a agricultura familiar, o mapeamento dessas políticas no

território rural de Amargosa nos permitiu visualizar espacialmente a alocação dessas políticas relacionadas a cada bioma.

Ao relacionarmos o acesso às políticas ao bioma onde estão localizados os agricultores familiares, é possível perceber que as políticas as que não tem relação com sistemas produtivos estão em grande maioria localizadas no bioma Mata Atlântica, são as políticas de habitação e de comercialização dos produtos. Vale salientar que as políticas de comercialização PAA e PNAE, atendem aos agricultores familiares que fornecem seus produtos através da cooperativa, no entanto, os cooperados são agricultores das diversas localidades, portanto essas políticas atendem os agricultores ao longo do território rural, na intensidade que produzem, ou seja, os que produzem mais e com maior diversidade de produtos, que é característica da produção no bioma Mata Atlântica, são mais contemplados com essa política. Os programas Semeando, Estiagem e Cisterna de produção, tem abrangência proporcionalmente homogênea para os dois biomas, embora essas políticas estejam mais direcionadas às áreas do semi-árido e bioma Caatinga, vale considerar que o bioma Mata Atlântica abrange área mais extensa em relação ao bioma Caatinga no território rural. As demais políticas tem maior abrangência nas áreas de domínio da Caatinga, pois são políticas de incentivo à produção com tecnologias voltadas ao semi-árido, direcionadas às comunidades localizadas nessas áreas, as quais cultivam lavouras temporárias. É possível perceber, que na áreas de abrangência da Mata Atlântica, onde predomina culturas permanentes, as políticas têm menor incidência. (Figura 58).

O reconhecimento público do papel do agricultor familiar através da implementação de políticas, projetos e ações de governo para mitigar o problema de miséria e exclusão social, é imprescindível. Seguramente, Amargosa tem um longo caminho a avançar nesse setor, esse conjunto de ações, infelizmente ainda depende de legislações mais específicas.

Figura 58 – Mapa de Abrangência de políticas públicas para agricultura em Amargosa/Ba – 2014



Fonte: MMA, 2002; IBGE, 2010; Pesquisa de campo.
Elaborado por Luis Henrique C. Paixão e Vanuza Silva Souza

4.3 AGRICULTORES FAMILIARES E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Em seu livro “Arquitetura da relação campo e cidade”, Elias Cornell refaz os percursos da sociedade desde os tempos de nomadismo, e afirma que as instituições nasceram simultaneamente às sociedades humanas constituindo suas construções sociais. As primeiras instituições humanas foram, assim, formadas pelas redes de caminhos e lugares de reuniões (CORNELL, 1998).

A participação das pessoas e organizações nos processos decisórios pode ter diferentes enfoques; é variável dependente de diferentes contextos institucionais, de mudanças populacionais e da cultura política. Uma cultura política pode determinar uma maior estrutura e demanda por participação política (DAHL, 2005). Quando expressamos “participação política” podemos fazer inferência a diversas ações, que não é somente ação ligada a participação através do voto. Para Lúcia Avelar:

[...] as atividades ligadas à participação política vão desde as mais simples, como conversas com amigos e familiares sobre os acontecimentos políticos locais, nacionais e internacionais, até as mais complexas, como fazer parte de governos, mobilizar pessoas para protestar contra autoridades políticas, associar-se em grupos e movimentos para reivindicar direitos, envolver-se nas atividades da política eleitoral, votar, candidatar-se, pressionar autoridades para mudanças nas regras constitucionais, para favorecer grupos de interesses dos mais diversos, e mais uma plêiade de atividades que circundam o universo da vida política [...] (AVELAR, 2007, p. 223).

A participação política se dá com ações diretas, ou apenas apoiando, sancionando o ato ou associação. As articulações políticas de um lugar são esboçadas mediante sua trajetória histórica, assim, essa participação em maior ou menor grau de articulação e organização, tem um sentido pautado nas origens e interesses que influenciaram esses grupos.

O movimento de lutas pautados pelos interesses dos agricultores familiares em Amargosa, é fortemente ligado à história de lutas sociais promovidas pela Igreja Católica, no contexto do Movimento de Educação de Base (MEB), que buscava políticas de reforma agrária e políticas compensatórias ao homem do campo. O apoio a esses movimentos manifestam-se ainda hoje, disponibilizando auxílio com orientações sobre ações legais, regulamentação de documentações aos sindicatos, sediando reuniões com agricultores familiares, viabilizando políticas públicas,

através por exemplo, da Cáritas Diocesana, e incentivos aos agricultores familiares no fortalecimento e participação em movimentos sociais.

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Amargosa (STTR) é a instituição a que os agricultores familiares são associados e através dele que são articuladas todas as ações políticas de lutas em busca dos interesses dos seus associados. O STTR está organizado com a diretoria executiva que tem como titulares: Presidente, Secretário geral e tesoureiro e os respectivos suplentes. A diretoria organiza e articula e o reuniões referentes as secretarias, dirigidas por diretores de localidades, que são agricultores familiares que assumem lideranças diante da sua comunidade. Cada diretor de localidade assume uma secretaria e tem a função de levar à comunidade informações sobre os assuntos discutidos nas reuniões. As secretarias estão tituladas: Secretaria de mulheres, Secretaria de políticas sociais, organização e formação sindical, Secretaria de assalariados rurais, Secretaria de políticas agrícolas, agrárias e meio ambiente, Secretaria de jovens e adolescentes, Secretaria da terceira idade. Além das secretarias o STTR é formado ainda pelo conselho fiscal.

A igreja, através da diocese, teve grande contribuição para a fundação do STTR, o qual hoje conta com parceria da UFRB, EBDA, Centro de Pesquisa da Lavoura do Cacau (CEPLAC), Secretaria da Agricultura, vinculado à Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF). Um fato importante observado é, que a instância sindical sempre é colocado pela grande maioria dos agricultores como única instituição competente para resolver suas demandas, é possível perceber isso na própria pesquisa de campo (Figura 59).

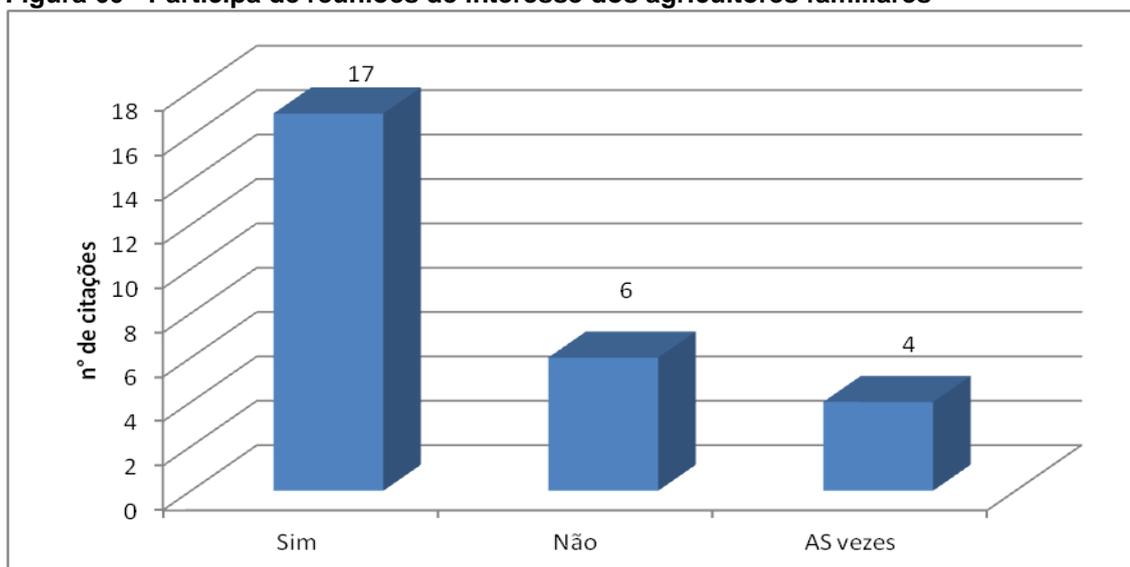
Figura 59 – Grafico de articulação do produtor com alguma organização



Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

É possível perceber esse elo entre AF e STTR, pois, maioria dos agricultores familiares entrevistados e associados ao sindicato consideram importante a presença nas reuniões do sindicato, mesmo que não opinem, mas querem estar bem informados sobre as políticas de seu interesse (Figura 60).

Figura 60 - Participa de reuniões de interesse dos agricultores familiares



Fonte: Pesquisa de Campo.

Os agricultores articulam-se também entre si, levam informações aos vizinhos de localidade e reúnem-se em comunidades onde tem associações (Figura 61).

Figura 61 - Sede da Associação da comunidade

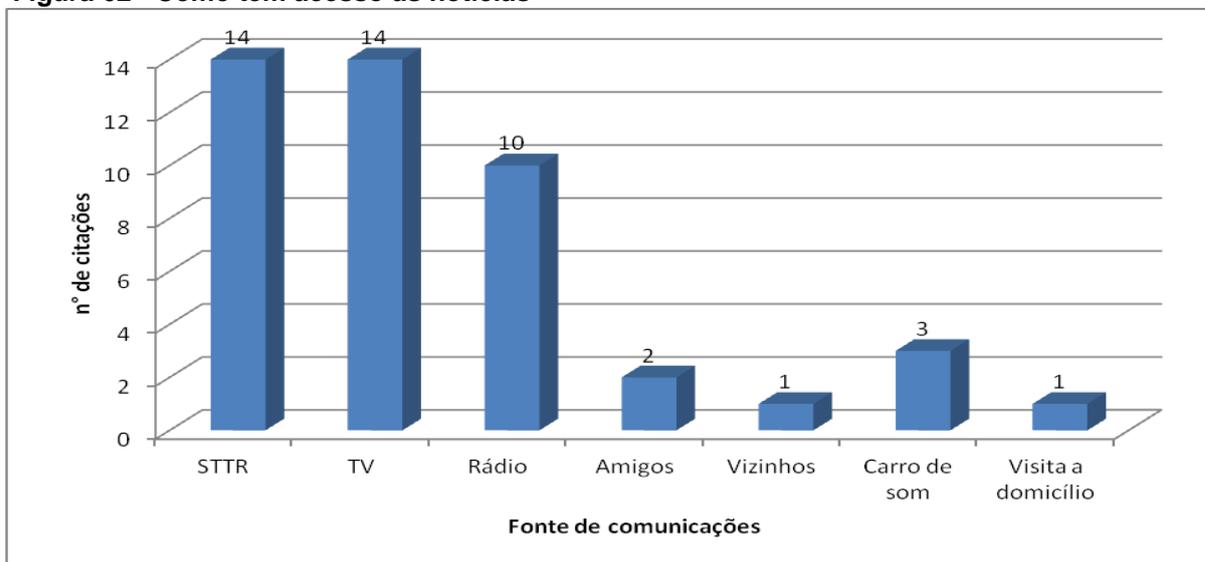


Fonte: Foto da autora.

Há uma relação de solidariedade entre eles, essa relação é herança da união em prol de objetivos comum, tendo em vista que a história de luta é marcante no município. Na gestão do presidente do STTR, Sr. Valmik de Menezes Moura, que, frente a lutas por direito a aposentadoria rural, auxílio maternidade, auxílio doença, cartão do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS), bem como, direito a participação e voz nos Conselhos Municipais, etc. sempre foi até às últimas conseqüências, em nome dos trabalhadores rurais, muitas foram as conquistas e a partir delas o segmento reuniu mais força e confiança para continuar caminhando em passos firmes.

O STTR tem os meios de comunicação de massa como grande aliados para que as informações sobre políticas de crédito que estão disponíveis, reuniões de prestação de contas ou eventos de comemoração, cheguem até os agricultores nas comunidades, como mostra a figura 62. O STTR tem sede na feira onde faz plantão aos sábados para atender as demandas dos agricultores familiares de localidades que tem difícil acesso a transporte (Figura 63).

Figura 62 - Como tem acesso às notícias



Fonte: Pesquisa de campo

Embora seja muito relevante a televisão como meio de acesso à informação, é importante lembrar que o STTR utiliza o rádio e o carro de som como veículos de comunicação.

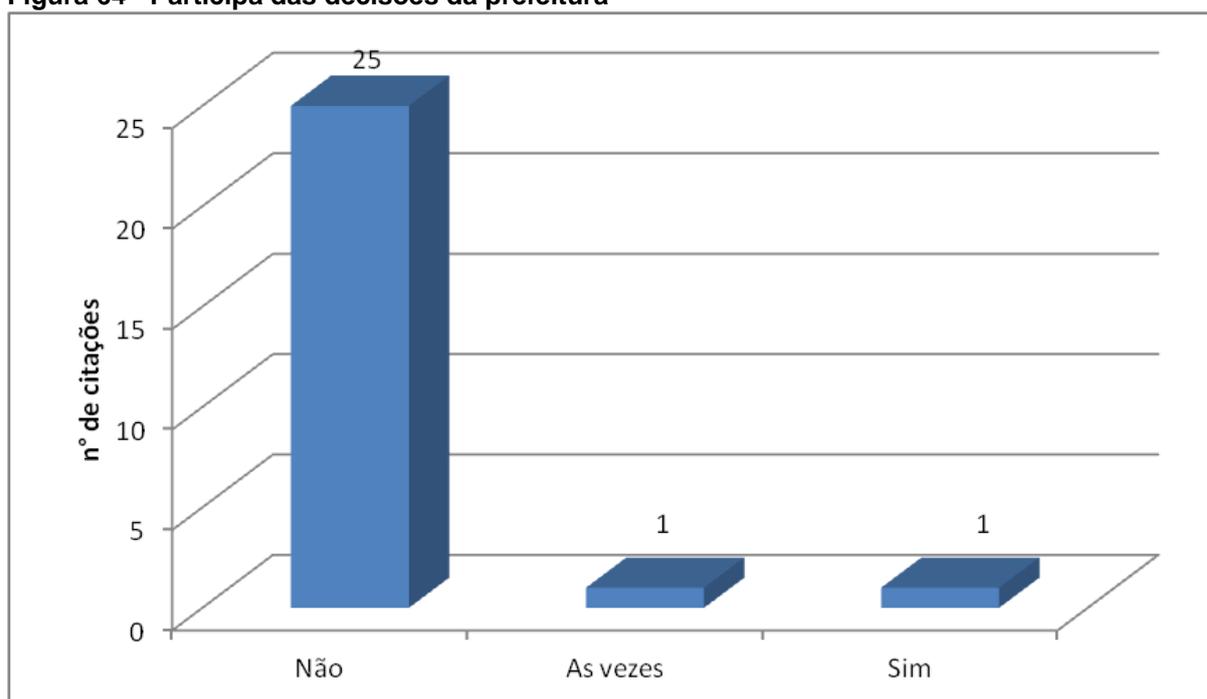
Os 1.336 agricultores familiares de Amargosa que são associados ao STTR, têm uma representação política expressiva para o município, nas decisões político partidárias. O segmento também se faz unido e juntos os agricultores escolhem o que melhor representam seus interesses. Os agricultores familiares de Amargosa tem representação na Câmara de vereadores; têm força e quantidade expressiva na decisão de um candidato. A influência do segmento também é significativa junto a pessoas que são solidárias à causa dos agricultores familiares.

Figura 63 - Sede do sindicato próximo à feira municipal



Fonte: Foto da autora.

Como mostra a figura 64 existe, contudo, um distanciamento do poder público executivo municipal com os agricultores familiares do município; eles como agentes políticos não se sentem à vontade para reivindicar participação das decisões e projetos da prefeitura, muitos entendem que o STTR se faz suficiente para atender suas necessidades. O STTR reconhece o apoio da Prefeitura nas ações e implementação das políticas, entretanto, reconhece também que poderia dispor políticas mais específicas para o segmento.

Figura 64 - Participa das decisões da prefeitura

Fonte: Pesquisa de campo

O espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo, é suporte material da existência e, mais ou menos fortemente, catalisador cultural-simbólico – e, nessa qualidade, indispensável fator de autonomia (SOUZA, 1995, p. 108).

A força de decisão e organização de grupo também é forte entre os agricultores familiares, eles reconhecem o poder de decisão que eles carregam e sabem usar no momento oportuno sem temer. A figura 65 ilustra uma declaração do presidente do STTR, que “o STTR passa por momentos difíceis, “está em processo a fundação de outro sindicato no município, oferecendo maiores vantagens e atraindo os agricultores a migrarem para esse novo sindicato”. Segundo o então presidente do Sindicato, os agricultores associados tem participação ativa nas reuniões, procuram manter-se informados sobre os assuntos de interesse dos agricultores familiares e quanto ao processo de fundação de outro Sindicato, a maioria deles apoiaram o movimento contra essa articulação.

Figura 65 - Movimento dos agricultores contra a implantação de outro sindicato



Fonte: Foto da autora

É na luta pela conquista do espaço sócio-político e em cada sucesso alcançado, que os indivíduos terão a certeza que são capazes de transformar a realidade. Para os agricultores familiares cada resultado positivo do coletivo, será a certeza que resultará em políticas públicas que lhes trará a esperança de poder permanecer trabalhando na terra e cada vez mais, consolidando sua cidadania.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todo percurso dessa pesquisa, é possível dizer que a agricultura familiar, historicamente, assumiu diferenciações regionais, o que torna importante que sejam feitos diferentes estudos em áreas específicas, em conformidade ao contexto em que a mesma está inserido. Através das políticas públicas em que os agricultores familiares estão inseridos, observou-se que sua integração ao modelo capitalista é patente e com crescente subordinação da economia camponesa à lógica de mercado.

A agricultura familiar apresenta uma relação íntima entre terra, trabalho e família, onde a gerência e o trabalho são realizados a rigor, pela família com os meios de produção que lhes pertencem. Essas unidades produtivas apresentam diversidades e diferenciações econômicas e socioculturais que favorecem suas adaptações a sociedade moderna.

Amargosa, é um município economicamente vinculado à agricultura familiar, com 78,8% do total de estabelecimentos rurais caracterizado por mão-de-obra estritamente familiar, enquanto os demais 21% dos estabelecimentos eventualmente complementa com suas atividades com contrato de mão de obra, troca de serviço, entre outras. Todo o grupo familiar participa das atividades na unidade de produção, grande parte ainda com baixa produtividade e baixo retorno econômico.

Com a pesquisa documental foi possível constatar que o tamanho minifúndio da grande maioria dos estabelecimentos rurais de Amargosa, somados ao baixo padrão tecnológico, constitui grande entrave para o desenvolvimento socioeconômico, associado ainda ao problema de regularização fundiária, que incide a grande maioria dos agricultores familiares, reveste em gargalos ao acesso a muitas políticas públicas.

Constatou-se junto ao indicativo de baixa capitalização dos agricultores familiares, que muitos têm como principal auxílio, os programas de governo de transferência de renda; outros têm atividades dentro e fora do campo que geram maior impacto nos investimentos na produção; a grande variedade produtiva é um fator expressivo no município isso se dá em função do município encontrar-se numa área de transição entre dois importantes biomas além da variedade climática.

Outro fator importante que deve ser observado é a organização do trabalho familiar. Na maioria das famílias entrevistadas, as atividades no campo são divididas entre duas pessoas, na maioria das vezes pai e filho. Nas famílias com maior número de filhos do sexo masculino, mais de dois homens realizam as atividades na lavoura enquanto as mulheres assumem os trabalhos da casa, embora, quando a demanda de trabalho no campo é grande toda família realiza todas as atividades priorizando as tarefas no campo. Percebe-se que a unidade de produção, mesmo não sendo grande promissora de renda, ela é considerada importante patrimônio familiar, evidenciando o valor social da organização familiar para este segmento.

Alicerçado na análise do perfil da produção agrícola familiar de Amargosa, é possível afirmar que os agricultores familiares cultivam produtos mais adaptáveis ao solo, ao clima, com baixo custo de manutenção, utilização de sistemas de cultivo consorciados para lavouras temporárias, pomares domésticos para consumo da família, criação de animais em pequena quantidade, pouco investimento de custeio. Percebe-se que não são feitos consideráveis investimentos para aumento da produção, o que se constatou, mediante avaliação do nível de produtividade a cada ano. Essas características evidenciam que não há prioridade de interesse pelo retorno lucrativo, mas sim a permanência no campo, onde o limite de exploração da família é a satisfação das necessidades.

A produção agropecuária é territorialmente distribuída no município porém, a viabilidade de escoamento dos produtos é insuficiente para toda produção devido a falta de infraestrutura de transportes e condições mínimas de estradas para tráfego. A viabilidade de escoamento dos produtos é insuficiente para toda produção, isso, agregado a problemas de falta infraestrutura de transportes e condições mínimas de estradas para viabilizar a comercialização.

Outra constatação importante é que a forma de comercialização dos produtos é restrito à feira ou poucos supermercados, com excessão para os cooperados, quando todos os produtos não são vendidos na feira, muitos produtos são vendidos a preços muito baixos, através de atravessadores que dispõem de infra-estrutura e informação para comercialização. Evidencia aí uma carência de integração com redes de comércio local e regional para este segmento.

Ficou evidente que os agricultores familiares no município têm grande resistência em articular-se e buscar outras formas de empreendimento para

comercialização e beneficiamento dos produtos na forma de cooperativa, associações ou mesmo incentivos e ações municipais que dinamize o desenvolvimento da agricultura familiar. Inferiu-se que essa resistência provém da falta de informação e conhecimento, isso por falta de políticas de incentivo para dinamizar a comercialização e agregar valor aos produtos,

Mediante pesquisa documental, constatou-se que, embora exista disponibilidade de políticas públicas para o município, através de órgãos do governo os agricultores contemplados são em número muito restrito, isso se dá pelo nível de burocracia como: exigências sobre documentação, financiamento específico destinado a culturas zoneadas para o município, falta de assistência técnica, todos esses fatores tornam-se grande bloqueio para que essas políticas cheguem aos agricultores familiares.

Ao relacionar as políticas públicas localizada nos diferentes biomas, constatou-se que as políticas localizada homogeneamente nos dois biomas são as políticas que não são relacionadas com sistemas produtivos, as demais que trazem tecnologias para produção de lavouras temporárias no semi-árido, maior número estão inseridas no bioma caatinga.

Comprovou-se que a políticas que promovem maior inserção social dos agricultores familiares no município são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Água Para Todos e o Programa Luz Para Todos. O PAA, no entanto, contempla número restrito de agricultores familiares que são associados à cooperativa, existe grande carência de assistência técnica, que oriente o agricultor produzir alimento de qualidade exigidos pelo programa. Quanto aos programas Luz para Todos e Água Para Todos, pudemos constatar grande impacto social, visto que o primeiro proporcionou, conforto e qualidade de vida aos agricultores familiares localizados no semi-árido, enquanto o segundo além de proporcionar conforto, trouxe avanço à produção.

Reconheceu-se também que embora exista uma sutil comunicação entre instituições que operacionalizam ações de interesses desse segmento no município, não existem parcerias intersetoriais importantes, no sentido de promover ações eficientes para mitigar os problemas que afetam os agricultores familiares. Foi constatado que os agricultores familiares são agentes participativos nos movimentos de busca e reivindicações de políticas públicas, embora essa participação seja

restrita a associação no sindicato, ou seja, não existe ligação com outras instituições de fomento a políticas para agricultura familiar. Percebe-se uma dependência muito forte ao sindicato portanto, não são capazes de articularem-se autonomamente.

Conforme o resultado das entrevistas, quando questionados sobre desenvolvimento, notou-se uma grande expectativa por parte dos agricultores familiares em relação a melhorias na oferta de serviços públicos, em saúde, educação, lazer, melhorias nas estradas, ampliação da área de produção e mais acesso a transportes, para a zona rural, deixa claro a importância social da terra e da vida no campo para os agricultores do município.

No âmbito Federal tem sido vasta a oferta de políticas públicas para o desenvolvimento rural, é preciso viabilizar sua efetividade por meio da articulação entre instituições governamentais e entre essas e a sociedade civil, para que se torne mais acessível entre os setores governamentais, estas políticas traz benefícios aos agricultores familiares por reunir instrumentos de apoio relacionado com os modos de vida deste segmento.

Reconhece-se que a distribuição espacial da agricultura familiar no município represente grande potencial para o desenvolvimento social e econômico, ao indicar efetivo uso e ocupação do espaço.

Porém, considerando que os agricultores familiares entrevistados são público do PRONAF B, que obtenham renda bruta anual familiar de até R\$20.000,00 (vinte mil reais), excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais; salários mínimos anuais; é possível cogitar de que o uso das Políticas Públicas não tem se traduzido em melhorias de padrão de renda. Neste sentido, sugere-se avaliar a adequação dessas políticas públicas às especificidades do território no qual esses agricultores estão inseridos, com um olhar mais voltado às tendências econômicas, direcionando essas políticas com eficiência, para que os agricultores familiares possam inserir seus produtos em redes de mercados, mitigando os processos de lacunas e dizimando a miséria no campo.

Apoiar a agricultura familiar significa interiorizar o desenvolvimento, dinamizando a economia de pequenos municípios rurais como Amargosa, criando possibilidades para que as pessoas vivam bem, gerando renda, alimento no meio rural, sem necessidade de inchaço nos grandes centros urbanos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). **Escolas de Paz**. Brasília: UNESCO, Governo do Estado do Rio de Janeiro/ Secretaria de Estado de Educação, Universidade do Rio de Janeiro, 2001.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora da Unicamp/Hucitec, 1998.

ALENCAR, Cristina Maria Macêdo. **Campo e Rural na MetrÓpole**: sinais de um padrão civilizatório. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Disponível em: < http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/extensouniversitaria/contents/photoflow-view/content-view?object_id=1635678>. Acesso em: 01 jul. 2007.

AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sergio. **(Des)caminhos da política de crédito do PRONAF na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural**. In: Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade, Natal, 2010.

AVELAR, Lúcia. Atividade Turística. In: L. Avelar e A. Cintra (Orgs.). **O Sistema Político Brasileiro**: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2007. p. 261-280.

BAIARDI, Amilcar. **Formas de agricultura familiar, à luz dos imperativos de desenvolvimento sustentável e inserção no mercado internacional**. In: Congresso brasileiro de economia e sociologia rural, 37, 1999, Foz de Iguaçu. Anais do XXXVII congresso brasileiro de economia e sociologia rural, Brasília: Sober, 1999. p. 285-297.

BCB – **Banco Central do Brasil**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#1>. Acesso em 08 ago. 2014.

BNDES - **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pronaf.html> Acesso em: 08 ago. 2014.

BRASIL. **Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965**. Institucionaliza o crédito rural. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4829.htm>. Acesso em: 13 set. 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 03 mar. 2014.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4504.htm>. Acesso em: 10 ago. 2014.

BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável:** Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA PCT – INCRA/IICA, Brasília, 1999.

CAETANO, Marina. **Novos caminhos para a agricultura familiar na era da sustentabilidade.** *Revista Sociedade e Desenvolvimento Rural*, v.4, n.1, 2010.

CALDAS, N. V. e SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura Familiar e Políticas Públicas:** o impacto da previdência social na região missioneira gaúcha. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 42. Anais do Anais do XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Brasília: SOBER, 2004.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Orgs). **O novo rural brasileiro:** uma análise estadual (Sul, Sudeste, Centro-Oeste). V.4 Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.

CARNEIRO, Maria José (Org.). **Ruralidades contemporâneas:** modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012.

CARVALHO, Cynthia X. de; MALAGODI, Edgard; SOUTO, Rosângela A. de. **Movimento sindical e agricultura familiar na perspectiva da agroecologia:** a experiência de lagoa seca. Disponível em: <www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT2-Cynthia-carvalho.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2014.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Agricultura Familiar.** Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>>. Acesso em 15 jul. 2014.

CORNELL, E. **Arquitetura da relação campo e cidade.** Brasília, Editora Alva, 1998.

DAVID, M. D. ; DAVID, A. C. A. ; RODRIGUES, M. S ; ROLLO, P. A.. **Previdência Rural no Brasil:** uma análise de seu impacto e eficácia como instrumento de combate à pobreza rural. In: Seminário Fao/Cepal/Rimisp: Experiências Exitosas de Combate à Pobreza Rural na América Latina. Anais do Seminário Fao/Cepal/Rimisp, 1999.

DEL GROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro:** 1981-1995. 222f. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP, Campinas, 1999.

DELGADO, G. C.; CARDOSO JR., J. C. **O Idoso e a Previdência Rural no Brasil:** A Experiência recente da Universalização. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

DESER, Desenvolvimento de Estudos Socio-econômicos Rurais: **Feijão**: consumo e produção ajustadas levam à elevação de preços, Boletim Eletrônico, Abr/2008. Disponível em: < <http://www.deser.org.br/documentos/doc/Feij%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2014.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa**: reflexões sobre o trabalho de campo. Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Caderno de pesquisa, n. 155. Março, 2002. P. 139-145.

EBDA. **Programa Semeando**. Disponível em: < http://www.ebda.ba.gov.br/programas_projetos/programa-semeando>. Acesso em 13 set. 2014^a.

EBDA. **Projeto Quintais Florestais**. Disponível em: < http://www.ebda.ba.gov.br/programas_projetos/projeto-quintais-agroflorestais/>. Acesso em 13 set. 2014^b.

FERNANDES, R. C. **Os agricultores Poloneses em luta pela sua identidade**. 2002.

FOKUYAMA, F. **Confiança. As virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FURLAN, Adriana. **Regiões geoeconômicas: Divisão do Brasil por critérios econômicos**. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/regioes-geoeconomicas-divisao-do-brasil-por-criterios-economicos.htm>>. Acesso em: 12 set. 2014.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz et al. **Feira de produtores orgânicos em Belém. Militância agroecológica e sociabilidade**. In: Congresso Latino americano de Sociologia Rural, 8, Porto de Galinhas, 2010. P.1-17.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Agropecuário 2006.

IBGE, Manual Técnico da Vegetação Brasileira - GeoFTP –1992. ftp://geofp.ibge.gov.br/.../manual_tecnico_vegetacao_brasileira.pdf acesso em 09 set. 2014.

IESB, Instituto de Estudos Socioambientais da Bahia, 2004.

INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília: INCRA/FAO, 1996.

IPEA. **Agricultura em família**. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2512:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 01 set. 2014.

KUSTER, A., MARTÍ, J. F., FICKERT, U. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado no Norte e Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

LINS, Robson Oliveira. **A região de Amargosa: transformações e dinâmica atual** (recuperando uma contribuição de Milton Santos), Salvador, 2008.

MARTINS, Flávio Dantas. **Agrocaatinga: formação da propriedade fundiária, organização social e estrutura econômica em Morro do Chapéu e Xique-Xique (1840-1920)**. 2012. 194f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

MDA - **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2259286>>. Acesso em 08 ago. 2014.

MDS. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>>. Acesso em: 07 ago. 2014.

MELO, Vanessa Paternostro et al. **Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá - Bahia: uma Análise sob a Ótica das Configurações em Rede**. In: Encontro de Estudos Organizacionais, 2, 2002, Recife. **Anais...** Recife: Observatório da Realidade Organizacional: PROPAD/UFPE: ANPAD, 2002.

MOREIRA, R. J. **Críticas ambientalistas à Revolução Verde**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, 15, outubro 2000. p. 39-52.

NASCIMENTO, Carlos Alves. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

NAVES, Flávia. **Construção, subversão e submissão: reflexões sobre estratégias de acesso ao mercado adotadas por agricultores familiares agroecológicos**. In: SECRETO, M. M.; BRUNO, R. **O Campo em Debate: terras, homens, lutas**. Seropédica: EDUR, 2008.

NETO, R L. **Caracterização da degradação e resposta de pastagens com Brachiaria decumbens Stapf.; à interação de N:P na região de Amargosa - BA**. 2002. 131f. Dissertação (Mestrado em Uso, Manejo e Conservação do Solo e Água) – Universidade Federal da Bahia, Cruz das Almas, 2002.

NORDESTE. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/evnweb/atividade/18nov_painel%202_mesa%204_anadete%20crediamigo_201012151812481570.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2014.

NORONHA, Olinda Maria. **De Camponesa a madame: trabalho feminino e relações de saber no mundo rural**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. New York: Cambridge University Press, 1990.

ORTEGA, Antônio César. **Cidades imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Estudos Sociedade e Agricultura, 18, abril, 2002. p 185-190.

PDRH – **Plano Diretor de Recursos Hídricos - BA: Relatório síntese - SRH**, Governo do Estado da Bahia GEOHIDRO; HYDROS, 1995.

LEIN, Clério; FILIPP, Eduardo Ernesto. **Capitalismo, Agricultura Familiar e Mercados**. Revista REDES, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p.98–121, set/dez 2011.

PMA - PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA- . **Meu pedacinho de Brasil**. 2011. Disponível em: <<http://www.amargosa.ba.gov.br/economia.html>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

PMA - PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA. **Meu pedacinho de Brasil**. 2011. Disponível em: < <http://www.amargosa.ba.gov.br/economia.html>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

PONTES, B. M. S. **A organização da unidade econômica camponesa**: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. Revista Nera – ano 8, n. 7 – jul/dez, 2005.

PORTAL NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **FAO lança Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014**. Disponível em: < <http://www.onu.org.br/fao-lanca-ano-internacional-da-agricultura-familiar-2014/>>. Acesso em: 07 ago. 2014.

PORTAL SÃO FRANCISCO. **Ligas Camponesas 2010**. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/ligas-camponesas/ligas-camponesas-1.php>>. Acesso em: 08 jul. 2014.

PROBIO - **Projeto de conservação e utilização sustentável da diversidade biológica brasileira**. Edital PROBIO 03/2004.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. HUCITEC, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.

SANTOS, Rosângela Leal; SANTOS, Margarete Silva dos; FERREIRA, Daíse de Jesus. **Feira livre como alternativa de geração de renda para agricultura familiar no município de Santo Estevão- BA**. Congresso Ibero Americano de Estudos Territoriais e Ambientais, 5, São Paulo, set. 2014.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de pós-graduação em Sociologia Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

SEAGRI, Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura. **Produtores rurais recebem equipamentos do Nossa Raiz**. Disponível em:< <http://www.seagri.ba.gov.br/noticias/2006/11/09/produtores-rurais-recebem-equipamentos-do-nossa-raiz-di%C3%A1rio-oficial>>. Acesso em 08 set. 2014.

SEPLAN. Territórios de Identidades. Disponível em:<<http://www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/mapa>>. Acesso em 20 set. 2014.

SILVA, T. P. **A crise no mundo do trabalho e o processo de migração campo/cidade/campo**. Revista de Letras. Campus de Alto Araguaia-UNEMAT-MT, p 94-137, n.5, 2001/2004.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas:** uma revisão da literatura. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez. 2006, p.20-45.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** Salvador, Bahia: AATR, 2002.

TERRITORIO DA CIDADANIA. Disponível em:< www.territoriosdacidadania.gov.br/o/1635683>. Acesso em: 30 ago. 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais:** A Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Ed. Atlas. 1995. 159p.

VEIGA, José Eli da. **A Questão Agrária Brasileira.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2000 (5a. edição), pp. III-XXIII.

VEIGA, José Eli da. **Delimitando a agricultura familiar.** In: Encontro Nacional de Economia, 24, 1995, Salvador. Anais. Salvador: ANPEC, dez.1995. v. 2, p.41-59.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O “lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno.** In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 35. Anais. Agosto, 1997.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. Passo Fundo, Ed. UPF, 1999.

WHITING, S. S, Faria. D. M. C. P. **Avaliação dos Aspectos Ambientais e Sócio-Econômicos do PRODETUR I,** Agosto, 2001.

ANEXOS

ANEXO A - PLANILHA DE QUESTÕES PARA OFICINA COM AGRICULTORES FAMILIARES.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROJETO	QUESTÕES RELACIONADAS A CADA OBJETIVO	TIPO DE QUESTIONÁRIO (UNIDADE DE PRODUÇÃO E CONSUMO/LOCALIDADE)
Avaliar o tipo de produção existente;	1-quais as atividades agropecuárias mais importantes na localidade? 2- qual a produtividade de cada cultura? 3 qual a cultura que traz maior retorno econômico?	Aplicado por localidade e unidade de produção.
Quantificar os sistemas de produção do município;	4-qual a área estimada utilizada por atividade? 5-qual a produtividade de cada cultura? 6- qual a produção anual estimada?	Aplicado por unidade de produção
Identificar as políticas públicas voltadas para agricultura familiar no município;	7-você é contemplado com alguma política governamental? Qual? 8-quais os programas de governo que mais ajuda no incentivo à produção? 9-você é contemplado com algum programa de governo que não tem relevância para melhoria da produção?	Aplicado por unidade de produção
Verificar as formas de acesso às políticas públicas para os agricultores familiares;	10-com quais instituições/organizações, se articulam? Para que? Como acontece? 11- que relação tem com o sindicato? 12-como você fica sabendo sobre os recursos e programas do governo?	Aplicado por localidade
Delinear o perfil (social, político e econômico) dos agricultores familiares, apontados como público alvo dos projetos oficiais;	13- A terra onde produzem é:() cedida () alugada () arrendada () própria 14- Quantas pessoas da famílias desenvolvem cada atividade? 15- Quais as outras fontes de renda da família? 16- Qual a área da unidade de produção e consumo? 17- Para você, que significa Desenvolvimento? 18-Os Agricultores familiares tem peso nas eleições municipais? Por que? 19- Em sua opinião, como os Agricultores Familiares tem conseguido melhores resultados: () Em ação conjunta com outros Agricultores Familiares () Em ação isolada de outros Agricultores Familiares 20- Já houve ação articulada do conjunto dos Agricultores Familiares? Em que situação? 21- Quais as atividades culturais e religiosas existem? 22- Considera importante a participação em atividades culturais e religiosas? Por que? 23- Realiza atividades fora do campo? Quais e por que? 24- Existe ponto de encontro dos agricultores nas localidades? 25-Qual a importância da terra? 26-Está satisfeito com atividade que exerce?	13- - aplicadopor unidade de produção 14-- aplicadopor unidade de produção 15-- aplicadopor unidade de produção 16-- aplicadopor unidade de produção 17-- aplicadopor unidade de produção 18- por localidade 19-por localidade 20- por localidade 21- por localidade 22- por localidade 23- por localidade 25- por localidade 26- por localidade

	<p>27- Qual o resultado do Desenvolvimento da Agricultura Familiar para sua vida? 28- O que ajuda no Desenvolvimento? 29- O que atrapalha no Desenvolvimento? 30- Quais as maiores expectativas como Agricultor familiar?</p>	<p>27- aplicado por unidade de produção 28- por localidade 29 -por localidade 30- aplicado por unidade de produção</p>
<p>Identificar os produtos cultivados pela agricultura familiar no município;</p>	<p>31- que ou quais produtos você cultiva na sua unidade de produção? 32- qual o produto mais cultivado na sua área (unidade de produção)? 33- qual cultivo traz maior retorno econômico? Por que? 34- qual produto traz menor retorno econômico? Porque?</p>	<p>31-- aplicado por unidade de produção 32- aplicado por unidade de produção 33- aplicado por localidade 34- aplicado por localidade</p>
<p>Avaliar a representação dos agricultores familiares nas instâncias no gerenciamento e desenvolvimento dos projetos;</p>	<p>35- participa das reuniões de interesse dos agricultores familiares? 36- quando participa das reuniões, opina sobre implementação de projetos? 37- você considera que sua participação surte efeito nas decisões? 38- com quais instituições/ organizações se articulam? Para que? Como acontece? 39- participam das decisões da prefeitura? De que forma? 40- quando necessitam de alguma ação da prefeitura, articulam sozinhos ou com outros agricultores?</p>	<p>Aplicado por unidade de produção</p>
<p>Identificar as condições efetivas de participação dos agricultores nos projetos;</p>	<p>41- como você fica sabendo sobre os recursos e programas do governo? 42- quantos e quais projetos você participa? 43- de que forma se dá essa participação? 44- você considera satisfeito com a forma de participação? Porque? 45- que relação tem com o sindicato? 46- existem conflitos entre agricultores familiares e poder público municipal? Por que?</p>	<p>41- aplicado por unidade de produção 42- aplicado por unidade de produção 43- aplicado por unidade de produção 44- aplicado por unidade de produção 45 - aplicado por unidade de produção 46- aplicado por localidade</p>

ANEXO B - QUESTÕES PARA OFICINA COM AGRICULTORES FAMILIARES –
DIRETORES / POR LOCALIDADE

BLOCO 1: AVALIAÇÃO DO TIPO DE PRODUÇÃO EXISTENTE

1-Quais as atividades agropecuárias mais importantes na localidade?

2- Qual o principal destino da produção?

3- Qual a cultura que traz maior retorno econômico?

4- (Marque um X) Fazem tarefas com:

() troca de serviço () mutirão () contratando mão de obra temporária () familiar

**BLOCO 2: VERIFICAÇÃO DAS FORMAS DE ACESSO ÀS POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES**

1-Com quais Instituições/Organizações, se articulam além do Sindicato? Para que? Como acontece?

2- Que relação tem os diretores com o Sindicato?

3- Qual a função do Diretor de localidade perante os agricultores?

4- Qual ou quais políticas de crédito os agricultores tiveram ou tem mais acesso? Qual? De onde veio o recurso?

BLOCO 3: DELINEAMENTO O PERFIL (SOCIAL, POLÍTICO E ECONÔMICO) DOS AGRICULTORES FAMILIARES, APONTADOS COMO PÚBLICO ALVO DOS PROJETOS OFICIAIS

1-Os Agricultores familiares tem peso nas eleições municipais? Por que?

2- Em sua opinião, como os Agricultores Familiares tem conseguido melhores resultados:

() Em ação conjunta com outros Agricultores Familiares () Em ação isolada de outros Agricultores Familiares

3- Quem programa as reuniões com os diretores? Essas reuniões acontecem quantas vezes por mês? Para resolver ou discutir o que?

4- Quais as atividades culturais e religiosas existem?

5-A comunidade desenvolve atividades econômicas no campo, além da agricultura e pecuária? Quais?

6- Realiza atividades fora do campo? Quais e por quê?

7- Existe ponto de encontro dos diretores com outros agricultores nas localidades?

8-Qual a importância de ser representante de uma localidade?

9- Está satisfeito com atividade que exerce?

10- O que ajuda no Desenvolvimento?

11- O que atrapalha no Desenvolvimento?

12- A Prefeitura contribui com alguma política de projeto ou recursos financeiros para os Agricultores familiares? Qual ou quais?

BLOCO 4: IDENTIFICAÇÃO AS CONDIÇÕES EFETIVAS DE PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES NOS PROJETOS

1- Existem conflitos entre Agricultores Familiares e poder público municipal? Por que?

2- Os Agricultores são chamados para falar das suas dificuldades? Quem convoca?

3- Os Agricultores sugerem algum projeto que possa desenvolver para melhorar suas condições? Qual?

4- Existe cooperativa na localidade? Que trabalho desenvolve?

ANEXO C - ENTREVISTA COM A PREFEITA DE AMARGOSA

**PESQUISA DE CAMPO – MESTRADO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL - UCSAL
TÍTULO: AGRICULTURE FAMILY AND PUBLIC POLICIES: RURAL DEVELOPMENT
IN AMARGOSA / BA**

**Autora _ Vanuza Silva Souza
Orientadora _ Dr^a. Cristina Maria macêdo de Alencar**

QUESTÕES:

- 1) O que os Agricultores Familiares representam para o município?
- 2) Existe ainda conflito por terras no município ?
- 3) Quais as Políticas Públicas a senhora prioriza e Agricultores são contemplados?
- 4) Quais projetos são desenvolvidos pelo município que o Público alvo são Agricultores Familiares?
- 5) Existem ações específicas do município para Agricultores Familiares?
- 6) Porque a senhora acha que existem muitas dificuldades no acesso as Políticas Públicas pelos Agricultores Familiares?
- 7) Existe relação de parceria entre Prefeitura e outras Instituições que tratam deste setor?
- 8) Dê sua opinião sobre as organizações sociais que conhece.
- 9) Quais as vantagens e quais as dificuldades geradas pela população rural de Amargosa
- 10) Quais as políticas efetivas e em vigor para os Agricultores Familiares?
- 11) A senhora lembra de algum investimento ou projeto desenvolvido no município por conta dos Agricultores familiares? Quais?
- 12) A senhora acredita que o desenvolvimento dos Agricultores Familiares pode contribuir para o desenvolvimento do município? De que forma?
- 13) Na sua opinião, o que contribui ou contribuiria para o desenvolvimento dos Agricultores Familiares? E o que atrapalha?
- 14) Na sua percepção, o que indica o desenvolvimento no município de Amargosa?
- 15) Qual o reflexo dos Agricultores familiares na oferta de produtos agropecuários?
- 16) A população assentada tem peso na eleição?
- 17) Amargosa por ser um município rural, um percentual acentuado da população vive em espaço rural , desenvolve atividade ligada ao campo ou tem raízes familiares no campo. Quais as ações da prefeitura para os Agricultores Familiares em relação a:
 - 17.1) Apoio a produção e comercialização?
 - 17.2) Educação?
 - 17.3) Saúde?
 - 17.4) Infraestrutura de apoio aos Agricultores (estrada, transporte, saneamento básico)?
- 18) A prefeitura se articula com as demais Instituições envolvidas com os Agricultores Familiares? Quais?
- 19) Como ocorre a articulação entre a prefeitura e os Agricultores Familiares?
 - 19.1) A prefeita vai até as Unidades de Produção? Em que situações?
- 20) Os Agricultores Familiares participam do planejamento e gestão do município?
 - 20.1) Quais os instrumentos de planejamento utilizado pela prefeitura?
 - 20.2) Existe algum instrumento de gestão participativa, além dos instrumentos de gestão representativa? Quais?
- 21) A prefeitura utiliza os Planos de Desenvolvimento Sustentável , como instrumento de planejamento? Porque?

- 22) A Prefeitura tem participação nos CODES?
- 23) Qual a relação da prefeitura com órgãos que desenvolve ATER? Ex: EBDA, MDA, STTR, etc.
- 24) Existe projeto de beneficiamento de produtos?
- 25) Existem políticas para Agricultoras Familiares?
- 26) Os Agricultores Familiares tem peso nas eleições?
- 27) Como a Senhora pensa um projeto de desenvolvimento para Amargosa?
- 28) Existe algum programa de aquisição de alimentos para os Agricultores familiares?
- 29) Como a prefeitura entende a política de desenvolvimento Territorial da SDT?
- 30) Qual a sua opinião sobre a atuação das Instituições Públicas Federais e Estaduais para os Agricultores Familiares?

- 31) Como o Sr^a está percebendo o Governo Dilma? Que perspectiva vê?

ANEXO D - ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA

**PESQUISA DE CAMPO – MESTRADO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL - UCSAL
TÍTULO: AGRICULTURE FAMILY AND PUBLIC POLICIES: RURAL DEVELOPMENT
IN AMARGOSA / BA**

**Autora _ Vanuza Silva Souza
Orientadora _ Dr^a. Cristina Maria macêdo de Alencar**

- 1) Amargosa tem potencial para desenvolvimento da Agricultura Familiar?
- 2) Qual a tendência de melhorias para este setor?
- 3) Quais as maiores dificuldades do poder público na gestão deste segmento?
- 4) Quais as ações do município para este setor?
- 5) Quais as Políticas Públicas do município para este setor?
- 6) Existe algum investimento ou projeto desenvolvido no município por conta dos Agricultores Familiares?
- 7) A prefeitura coordena alguma Política de Estado? Qual?
- 8) De que forma os Agricultores Familiares tem acesso as ações, políticas e projetos do município?
- 9) Todos os agricultores tem acesso e essas políticas? Qual o perfil dos agricultores que tem acesso?
- 10) Existe conflito por terra no município?
- 11) Quais as vantagens e quais as dificuldades geradas pela população rural em Amargosa?
- 12) O senhor acredita que o desenvolvimento da Agricultura Familiar pode contribuir para o desenvolvimento do município? De que forma?
- 13) Na sua opinião o que contribui ou contribuiria para o desenvolvimento da Agricultura Familiar no município? E o que atrapalha?
- 14) Na sua percepção o que indica o desenvolvimento no município de Amargosa?
- 15) Qual o reflexo da Agricultura Familiar na oferta de produtos agropecuários?
- 16) Os Agricultores Familiares tem peso nas eleições municipais?
- 17) Quais as ações da Prefeitura para a Agricultura Familiar em relação a:
 - Apoio a produção e comercialização;
 - Educação;
 - Saúde;
 - Infra estrutura de apoio (Estrada, transporte, saneamento, básico)?
- 18) A Prefeitura se articula com as demais instituições de apoio a Agricultura Familiar? Quais?
- 19) Como ocorre a articulação entre Prefeitura e Agricultores familiares?
- 20) O Secretário vai até os Agricultores? Em que situação?
- 21) Os Agricultores Familiares participam do planejamento e gestão do município?
- 22) Quais os instrumentos de planejamento utilizado pela prefeitura?
- 23) Existe algum instrumento de gestão participativa, além dos instrumentos de gestão participativa? Quais?
- 24) A prefeitura utiliza algum Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável com instrumento de planejamento? Qual?

ANEXO E - ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DO SINDICATO DOS
TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS

**PESQUISA DE CAMPO – MESTRADO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL - UCSAL
TÍTULO AGRICULTURE FAMILY AND PUBLIC POLICIES: RURAL DEVELOPMENT
IN AMARGOSA / BA**

Autora _ Vanuza Silva Souza

Orientadora _ Dr^a. Cristina Maria macêdo de Alencar

- 1) Quais os principais objetivos do STTR?
 - 2) Que atividades você desenvolve na STTR? E no município de Amargosa?
 - 3) Quais as principais PP vigentes atualmente?
 - 4) Quais os maiores entraves no acesso as PP?
 - 5) Quais os produtos mais cultivados ?
 - 6) Qual traz maior retorno econômico?
 - 7) Que parceria o STTR tem com a Sec. De Agricultura e Cooperativa?
 - 8) Quais projetos desenvolvidos pela Prefeitura para os Agricultores?
 - 9) Quais os maiores gargalos no acesso as PP de Estado? E Projetos e de governo em todas as escalas?
 - 10) Todos foram contemplados com o Seguro Safra?
 - 11) Como está o acesso a Assistência Técnica dos órgãos de Estado?
-
- 3) Como você conceituaria desenvolvimento?
 - 4) Qual seria o desenho aproximado de um projeto de desenvolvimento para os Agricultores Familiares?
 - 4.1) De que forma o STTR pode contribuir para esse projeto?
 - 5) Que alternativas você vê para o desenvolvimento dos Agricultores?
 - 6) Como você percebe a atitude dos AF em relação ao acesso às P P?
 - 7) Na maioria das Unidades familiares os produtos cultivados no Sistema consorciado. Essa atividade pode ser considerada uma alternativa para autonomia para os AF?
 - 8) Vocês pensam em alguma alternativa para melhorar a inserção dos jovens, filhos de AF, na unidade produtiva, evitando a evasão?
 - 9) Na sua opinião, quais os fatores que mais atrapalham o desenvolvimento dos AF?
 - 10) Quais os Programas ou Projetos que têm mais impacto no desenvolvimento dos AF?
 - 10.1) Como está a ATER?
 - 10.1.1) Qual a perspectiva de ATER para os AF?
 - 10.2) Como está o acesso ao crédito PRONAF?
 - 10.2.1) Qual a perspectiva para os AF?
 - 10.4) Como tem se dado a utilização dos recursos do crédito instalação?
-
- 11) Na sua percepção, o que indica o desenvolvimento em um município?
 - 11.1) De que forma os AF poderiam contribuir para o desenvolvimento dos municípios onde estão inseridos?
 - 11.2) Você considera uma realidade essa contribuição pela maioria dos AF?
 - 11.3) Os AF participam das decisões e gestão municipal? De que forma?
 - 11.4) Os AF tem peso na eleição? Porque?

- 11.5) Quem compõe a força política do prefeito?
- 12) Essa organização se articula com quais organizações? Com quais objetivos?
- 12.1) Quais os resultados efetivos dessas articulação?
- 13) Qual a sua opinião sobre a atuação dessas Instituições para os AF? INCRA - IBAMA –FETRAG-EBDA- Poder público Estadual Poder público municipal
- 14) Como você vê o fato das lideranças dos movimentos assumirem cargos/funções no governo do Estado/União?
- 15) Como você está percebendo o Governo Dilma? Que perspectiva você vê?
- 16) Como o STTR entende a política de desenvolvimento Territorial da SDT?
- 17) Essa organização participa do Colegiado do Território do Vale do Jiquiriçá?

ANEXO F - PLANILHA COM LEVANTAMENTO GEOREFERENCIADAS DAS
LOCALIDADES RURAIS E PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO
MUNICÍPIO DE AMARGOSA-BA

LOCALIDADE (comunidade)	ELEVAÇÃO	PONTO (coordenadas)	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
Baitinga	367m	S= 13° 01' 13,2" W= 39° 34' 20,3"	Cacau,banana
Baitinga	331m	S= 13° 00' 40,4" W= 39° 34' 35,3"	Mandioca
Cova da Nega	336m	S= 13° 00' 21,6" W= 39° 34' 49,3"	Cabra
Cova da Nega	403m	S= 13° 00' 05,3" W= 39° 34' 21,3"	Batata,banana, cacau, mandioca
Cova da Nega	377m	S= 13° 00' 00,1" W= 39° 34' 15,5"	Mandioca, gado
Patioba	390m	S= 12° 59' 17,2" W= 39° 34' 23,7"	Amendoim
Tiririca	398m	S= 12° 59' 21,4" W= 39° 34' 43,3"	Capim (êxodo rural)
Lagoa Queimada	391m	S= 12° 58' 31,8" W= 39° 35' 08,0"	Andú,mangalô, batata,mamão,abóbora, maracujá
São Roque	382m	S= 12° 58' 20,0" W= 39° 35' 15,9"	Milho
São Roque	299m	S= 12° 57' 32,7" W= 39° 35' 26,1"	Cabra
Capivara	260m	S= 12° 57' 08,0" W= 39° 34' 54,3"	Gado (região muito seca)
Rio Verde	353m	S= 12° 57' 10,8" W= 39° 35' 26,1"	Amendoim, batata
Poço do Urco	335m	S= 12° 57' 06,7" W= 39° 35' 49,4"	Gado (região muito seca)
Tabuleiro da lagoa Queimada	392m	S= 12° 58' 50,0" W= 39° 35' 57,9"	Mandioca, caju,amendoim,batata
Tabuleiro dos Coelhos	390m	S= 12° 59' 22,2" W= 39° 36' 30,5"	Andú,mangalô, banana,batata, abóbora,feijão
Tabuleiro dos Coelhos	383m	S= 12° 59' 30,8" W= 39° 36' 41,1"	Cabra, milho, mandioca
Gentio	385m	S= 12° 58' 47,9" W= 39° 36' 25,6"	Cajú
Lagedo Grande	347m	S= 12° 56' 44,9" W= 39° 37' 53,0"	Vassoura de palha
Lagoa do São João	385m	S= 12° 57' 09,9" W= 39° 37' 38,1"	Pinha,andú,mandioca, laranja, batata, amendoim, café, milho
Tapiá	327m	S= 12° 56' 13,2" W= 39° 33' 09,5"	Capim, carneiro
Mata das Covas	425m	S= 12° 59' 35,6" W= 39° 38' 18,4"	Banana,mandioca,laranja, batata,amendoim, feijão, mangalô

Três Lagoas	395m	S= 12° 58' 35,6" W= 39° 38' 13,4"	Mandioca, café, caju	
Três Lagoas	386m	S= 12° 58' 12,5" W= 39° 38' 25,3"	Plantas medicinais	
Lagoa de dentro	428m	S= 12° 58' 22,7" W= 39° 39' 34,4"	Vaca (latifúndio)	
Banca	410m	S= 12° 58' 43,2" W= 39° 39' 28,0"	Não existe produção	
Mumbuca	398m	S= 12° 59' 17,8" W= 39° 39' 09,9"	Caju	
Mumbuca	425m	S= 12° 59' 16,4" W= 39° 39' 25,5"	Milho	
Cana Brava	454m	S= 12° 59' 19,5" W= 39° 39' 56,2"	Laranja, mandioca	
Serra de Chico Félix	484m	S= 12° 59' 21,6" W= 39° 40' 06,8"	Café	
Serra de ManoelLemos	567m	S= 12° 59' 39,6" W= 39° 40' 30,5"	Cacau, banana, mandioca, milho, mangalô, amendoim, café	
Serra de ManoelLemos	585m	S= 12° 59' 44,2" W= 39° 40' 34,6"	Café	
Serra da baratinha	627m	S= 12° 59' 55,0" W= 39° 40' 43,8"	Banana	
Julião	704m	S= 12° 59' 42,1" W= 39° 41' 24,2"	Café, banana	
Julião	758m	S= 12° 59' 07,3" W= 39° 42' 00,6"	Não existe produção	
Serra da Canoa	776m	S= 12° 58' 44,4" W= 39° 42' 37,7"	Café	
Serra do Ponto	754m	S= 12° 58' 41,4" W= 39° 43' 45,7"	Café	
Ribeirão de Itachama	395m	S= 13° 01' 06,8" W= 39° 41' 16,5"	mandioca	
Sítio barra do Julião				
Agricultor	Localidade (comunidade)	Coordenada X	Coordenada Y	Produção Agropecuária
Manoel- Wilson	Pé da Serra do Chico Félix	12° 59' 47,6"	39° 38' 55,5"	Banana, mandioca, café, cajú, jaca
Negão dos 8 baixos	Olhos D'agua da Jaqueira	13° 00' 39,2"	39° 39' 33,3"	Banana, café, côco
Zé Cabral	Olhos D'agua	13° 00' 39,4"	39° 39' 57,4"	Laranja, cacau, manga, banana
Marcelino	Olhos D'agua	13° 00' 52,8"	39° 40' 07,4"	Cisterna
Marcelino	Olhos D'agua	13° 01' 14,5"	39° 39' 57,9"	Repolho, pimenta, alface, jiló, couve
Antonia	Serra da Conguta	13° 01' 32,7"	39° 39' 41,4"	Banana, café, laranja
Dango	Pilões	13° 01' 58,5"	39° 39' 23,5"	Cajú, café, mandioca

Zé Nery	Serra do Cavaco	13° 02' 16,3"	39° 39' 23,4"	Mandioca
Elizeu	Serra do Cavaco	13° 02' 18,7"	39° 39' 31,9"	Cacau, banana
Maria fabiana	Cavaco	13° 02' 31,6"	39° 39' 39,3"	Banana
Nélson	Cavaco	13° 02' 20,5"	39° 39' 55,0"	Não existe produção
Juracy	Baixa de Areia de Itachama	13° 02' 13,9"	39° 40' 31,9"	Fazendeiro (êxodo rural)
Raimundo Onório-Vegenerolis-Ica	Baixa de Areia de Itachama	13° 01' 52,9"	39° 40' 29,5"	Café, bananeira, cajú
FrancisquinhaArgôlo	Ribeirão de Itachama	13° 01' 43,0"	39° 40' 42,9"	Grande produtor (êxodo rural)
Inês	Ribeirão de Itachama	13° 01' 16,4"	39° 40' 51,1"	Banana, laranja, côco, gado de leite
Iracina	Sede de Itachama	13° 01' 32,0"	39° 42' 33,5"	Milho, mangalô, tomate, mandioca
	Passagem do Lagedo Fazenda Santa Clara	13° 01' 44,7"	39° 43' 24,5"	Gado, cajú, manga
	Fazenda Santa Clara	13° 01' 44,7"	39° 43' 24,5"	Cancela
Antonio Dino	Passagem do Lagedo	13° 00' 00,7"	39° 45' 57,2"	Não existe produção
Euclides	Passagem do Lagedo	12° 59' 38,8"	39° 46' 55,7"	Pesca, exploração de cabeça de frade, caça, barro
	Corrente	13° 01' 40,7"	39° 43' 11,0"	Não existe produção
Ademário	Corrente	13° 02' 14,6"	39° 42' 48,5"	Não existe produção
	Corrente	13° 02' 17,4"	39° 42' 46,6"	Êxodo rural
Marival Almeida	Barra Mansa	13° 02' 30,2"	39° 42' 34,5"	Grande produtor
Chico Belo	Fazenda Floresta Negra	13° 03' 15,5"	39° 42' 33,9"	Grande produtor
Angelizio	Corrente de Dentro	13° 04' 14,5"	39° 42' 13,3"	Jiló, cacau, banana, café
Ademário	Corrente de Dentro	13° 04' 19,5"	39° 42' 13,0"	Cacau, banana
	Correntina	13° 04' 45,7"	39° 42' 48,0"	Mandioca, milho, abóbora

ANEXO G - QUESTÕES PARA OFICINA COM AGRICULTORES FAMILIARES –
DIRETORES DE COMUNIDADES

BLOCO 1: AVALIAÇÃO DO TIPO DE PRODUÇÃO EXISTENTE

1-Quais as atividades agropecuárias mais importantes na localidade?

2- Qual o principal destino da produção?

3- Qual a cultura que traz maior retorno econômico?

4- (Marque um X) Fazem tarefas com:

() troca de serviço () mutirão () contratando mão de obra temporária () familiar

**BLOCO 2: VERIFICAÇÃO DAS FORMAS DE ACESSO ÀS POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES**

1-Com quais Instituições/Organizações, se articulam além do Sindicato? Para que? Como acontece?

2- Que relação tem os diretores com o Sindicato?

3- Qual a função do Diretor de localidade perante os agricultores?

4- Qual ou quais políticas de crédito os agricultores tiveram ou tem mais acesso? Qual? De onde veio o recurso?

BLOCO 3: DELINEAMENTO O PERFIL (SOCIAL, POLÍTICO E ECONÔMICO) DOS AGRICULTORES FAMILIARES, APONTADOS COMO PÚBLICO ALVO DOS PROJETOS OFICIAIS

1-Os Agricultores familiares tem peso nas eleições municipais? Por que?

2- Em sua opinião, como os Agricultores Familiares tem conseguido melhores resultados:

() Em ação conjunta com outros Agricultores Familiares () Em ação isolada de outros Agricultores Familiares

3- Quem programa as reuniões com os diretores? Essas reuniões acontecem quantas vezes por mês? Para resolver ou discutir o que?

4- Quais as atividades culturais e religiosas existem?

5-A comunidade desenvolve atividades econômicas no campo, além da agricultura e pecuária? Quais?

6- Realiza atividades fora do campo? Quais e por quê?

7- Existe ponto de encontro dos diretores com outros agricultores nas localidades?

8-Qual a importância de ser representante de uma localidade?

9-Está satisfeito com atividade que exerce?

10-O que ajuda no Desenvolvimento?

11-O que atrapalha no Desenvolvimento?

12- A Prefeitura contribui com alguma política de projeto ou recursos financeiros para os Agricultores familiares? Qual ou quais?

BLOCO 4:IDENTIFICAÇÃO AS CONDIÇÕES EFETIVAS DE PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES NOS PROJETOS

1- Existem conflitos entre Agricultores Familiares e poder público municipal? Por que?

2- Os Agricultores são chamados para falar das suas dificuldades? Quem convoca?

3- Os Agricultores sugerem algum projeto que possa desenvolver para melhorar suas condições? Qual?

4- Existe cooperativa na localidade? Que trabalho desenvolve?

ANEXO H - REGISTRO FOTOGRÁFICO: MOMENTOS COM OFICINAS-ENTREVISTAS





ANEXO I - PROGRAMAS E PROJETOS DENOMINADOS POLÍTICAS PÚBLICAS
PELO GOVERNO FEDERAL

Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater): É uma política pública que leva assistência técnica às propriedades rurais. Melhora os processos no trabalho e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos agricultores.

Como funciona:

- As parcerias do MDA com instituições públicas estaduais e privadas, principalmente aquelas sem fins lucrativos, garantem apoio ao produtor desde o início da safra até a colocação do produto no mercado;
- As atividades de Ater são vinculadas à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão rural e buscam aplicar conhecimento e tecnologia com a finalidade de aumentar a produtividade e a renda, o acesso as políticas públicas da população rural brasileira, respeitando as diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do País (MDA, 2013).

Reforma Agrária: A meta é combinar quantidade e qualidade para os novos assentamentos, a fim de convertê-los em comunidades rurais autônomas integradas, com garantia de condições de vida digna aos moradores por meio de acesso à cidadania, infraestrutura, fomento à produção e preservação ambiental.

As novas áreas chegam com a marca da integração de políticas públicas. O Incra passou a beneficiar os assentados por meio de ações vinculadas ao Plano Brasil Sem Miséria, como os programas Luz para Todos, PAC Equipamentos e o Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Os programas ampliam os investimentos já garantidos pelo Incra e contribuem para agilizar a implantação e a qualificação dos assentamentos. A seleção das famílias segue os critérios determinados na Lei nº. 8.629 e é realizada pelo Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra). Entre os requisitos, estão a priorização de atendimento de agricultores sem terra que estejam no CadÚnico e a prioridade na destinação de lotes disponíveis para a juventude rural – filhos de assentados ou de agricultores familiares – que estejam, também, no CadÚnico.

Atualmente, a área destinada a assentamento no País soma 87,8 milhões de hectares, o que significa a presença do Incra em mais de 10% do território nacional. O programa está dividido em Novos assentamentos e Assentamentos Verdes (MDA, 2013).

Territórios da Cidadania: Programa de crescimento sustentável voltado para as regiões do Brasil com maior necessidade de políticas públicas. Promove o desenvolvimento econômico e universaliza programas básicos de cidadania pela integração de ações dos governos com participação da sociedade civil. Existem no País 120 Territórios da Cidadania, já definidos pelo Governo Federal. O Territórios da Cidadania é coordenado pela Casa Civil da Presidência da República e sua Secretaria Executiva é conduzida pelo MDA (MDA, 2013).